



LIGA DA DEFESA NACIONAL

 RIO GRANDE DO SUL 

A HISTÓRIA DA LIGA DA DEFESA NACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

JULIO CEZAR BENITES TEIXEIRA
MARCO ELIAS DANGUI PINHEIRO
LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS



FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: 80 ANOS

1945



2025

DAS VITÓRIAS NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Há cerca de um ano atrás, começou-se a esboçar o que se faria para comemorar os cem anos da Liga da Defesa Nacional. Nesta ocasião, uma das coisas que vieram a mente daqueles que estavam organizando o plano de trabalho, foi a edição de um livro.

E este livro, que hoje chega às suas mãos, só foi possível acontecer por conta da colaboração de alguns patriotas, seus autores, que resolveram arregaçar as mangas e torná-lo realidade, visando dar a conhecer a todos, e àqueles que os irão suceder, o que é a LDN.

Esta obra conta, em sua primeira parte, como se desenvolveram as atividades da Liga da Defesa Nacional ao longo do tempo. De que maneira um punhado de brasileiros da maior estirpe houve por bem criar a “Liga,” como é carinhosamente conhecida e chamada.

Desde sua fundação, na cidade do Rio de Janeiro – então Capital Federal, na data mais importante do calendário nacional: sete de setembro, no ano de 1916, vem trabalhando de acordo com seus pressupostos básicos, atendendo a finalidade de “robustecer, na opinião pública nacional, um elevado sentimento de patriotismo”.

Informa quem são os fundadores, fazendo uma síntese biográfica daqueles que mais se empenharam na criação. Expõe qual era o contexto daquela época, os estatutos da recém fundada e transcreve a ata da primeira reunião, escrita de próprio punho por Olavo Bilac.

No que tange ao contexto da época, relata aspectos da Primeira Guerra Mundial, incluindo uma sequência de fatos que levaram o Brasil a entrar na guerra, bem como uma memória cronológica da participação brasileira e a influência que teve para a criação da LDN.

De que modo se deu a sua ramificação para todo o país e quem foram seus primeiros presidentes. Os principais encargos cívicos: a cidadania, a brasilidade, a soberania nacional, a difusão dos valores cívicos.



A História da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul

*Edição Digital Comemorativa dos 80 anos das
Vitórias da Força Expedicionária Brasileira na
Segunda Guerra Mundial*

Julio Cezar Benites Teixeira
Marco Elias Danguí Pinheiro
Luiz Ernani Caminha Giorgis



Heróis sempre lembrados!

Porto Alegre-RS
2025

Imagem da capa: Arquivo da LDN/RS

Editoração da capa: Exclamação

Revisão final: Luiz Ernani Caminha Giorgis

Edição Digital e QR Codização: Jefferson Biajone

Contatos com os autores: ligadadefesars@gmail.com



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Teixeira, Julio Cezar Benites

A História da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul [livro eletrônico] : Edição Digital Comemorativa dos 80 Anos das Vitórias da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial / Julio Cezar Benites Teixeira , Marco Elias Danguí Pinheiro, Luiz Ernani Caminha Giorgis ; [Jefferson Biajone]. -- 1. ed. -- Porto Alegre : Gráfica Regional, 2025.

ePDF

ISBN 978-85-65703-78-9

1. Força Expedicionária Brasileira 2. História do Brasil 3. Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul (RS) - História 4. Militares - Brasil 5. Patriotismo I. Teixeira, Julio Cezar Benites. II. Pinheiro, Marco Elias Danguí. III. Giorgis, Luiz Ernani Caminha. IV. Biajone, Jefferson. V. Título.

25-290313

CDD-940.540092

Índices para catálogo sistemático:

1. Força expedicionária Brasileira : Participação : Guerra Mundial, 1939-1945 : História 940.540092

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



COMPARTILHE ESTE LIVRO

AGRADECIMENTOS

A Liga da Defesa Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, por meio dos autores deste livro, agradece a todas as pessoas, integrantes ou não desta entidade, que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a realização deste trabalho, tanto na sua edição impressa no ano de 2016, comemorativa dos 100 anos da Liga da Defesa Nacional, quanto nas suas duas edições digitais comemorativas, a do ano de 2022, Bicentenário da Independência do Brasil e a do ano de 2025, oitenta anos das Vitórias da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, alguns nomes não podem deixar de serem citados, mercê das formas com as quais prestaram as suas colaborações, quais sejam, os doutores Sandro Dorival Marques Pires e Eduardo Cunha Müller, o Brigadeiro Paulo Roberto de Carvalho Ferro, o Sr. Renato Gutterres Midon e o Prof. Dr. Jefferson Biajone.

Na ocasião em que a Liga da Defesa Nacional rememora os seus 100 anos de fundação e os 80 anos das Vitórias da F.E.B. na Segunda Guerra Mundial, é mister evidenciar as atitudes daqueles cidadãos que prestaram colabração decisiva para a concretização desta obra em suas três citadas edições, demonstrando assim o seu alto espírito cívico e valor patriótico.

Os autores,
em nome da LIGA DA DEFESA NACIONAL
no Estado do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS
25 de Agosto de 2025



Sessão de autógrafos com os autores do livro em
16 de Novembro de 2016 na Câmara Municipal de Porto Alegre.



Sessão de Novembro de 2015 da LDN/RS durante a qual foi idealizada a
criação do livro "A História da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul"

APRESENTAÇÃO - INTRODUÇÃO

No ano de 2016, a Liga da Defesa Nacional (LDN) completou seu primeiro centenário de existência. Nascida no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1916, em plena Primeira Guerra Mundial e no encerramento da Guerra do Contestado, a LDN surgiu no cenário nacional como uma entidade de elevado talão cívico-patriótico.

Seus fundadores, homens de conhecido saber jurídico e verdadeiros líderes no campo da civilidade, souberam montar, com a inestimável contribuição da Presidência da República, esta organização. De 1916 até agora intenso tem sido o trabalho da LDN na promoção de valores patrióticos, do civismo, do serviço militar e dos símbolos nacionais.

Trabalhando dentro da expressão psico-social-cultural do poder nacional, procura a LDN valorizar as outras expressões, quais sejam, a política, a militar e a econômica. O primeiro foco foi no campo militar.

Este trabalho tem, prioritariamente, a humilde pretensão de relatar fatos acerca da memória da LDN no ano em que ela, centenária, continua a cumprir os seus desígnios e a concretizar os seus objetivos.

Um trabalho a seis mãos, mas que contou com a inestimável colaboração de muitos de seus integrantes que a impulsionam em Porto Alegre e também das regionais da LDN no interior do Estado do Rio Grande do Sul (LDN/RS).

Na verdade, muita coisa ainda precisaria ser dita sobre a LDN, sobre seus fundadores e sobre o seu trabalho. Sobre os primeiros, procurou-se neste livro mostrar algo, no sentido de proporcionar aos leitores uma noção do galardão e do alto sentido de civismo daqueles.

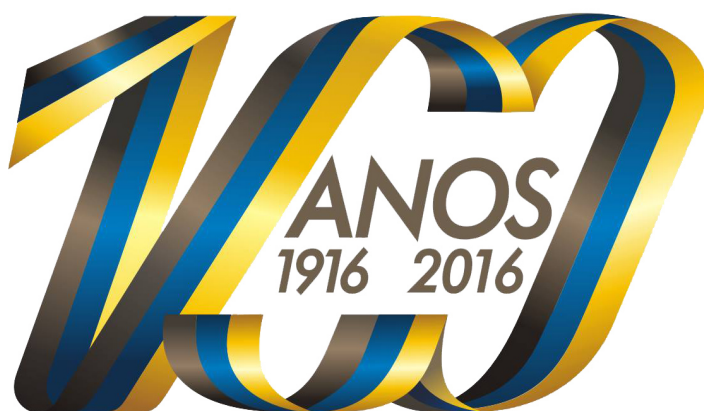
Ainda procurou-se apresentar exemplos das atividades da LDN no país e no Rio Grande do Sul mormente na época da Semana da Pátria e junto à juventude, precipuamente. Atividades estas de alto significado neste terceiro milênio, particularmente na época em que o civismo tem sido relegado, injustamente, a patamares inferiores.

Assim sendo, este livro encontra-se organizado em dois capítulos.

O primeiro capítulo trata da LDN em 1916, de seus fundadores, seus objetivos e dos esforços em torná-la realmente “nacional”, e assim, existente em todo o país.

O segundo capítulo, por sua vez, trata da LDN/RS, sua fundação, seus integrantes, os eventos e atividades que ela realiza e outros dos quais ela participa como vetor do nacionalismo saudável e do civismo.

Constam ainda informações diversas sobre os núcleos, suas atividades e dificuldades, bem como algumas das principais realizações da LDN/RS advindas com a celebração do Centenário da LDN no ano de 2016, até a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil iniciada com a solenidade de lançamento desta edição digital a 2 de Setembro de 2022, em Porto Alegre.



Um século de civismo.



SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Apresentação/Introdução	5
Sumário	7
Prefácio	9

Capítulo I

A origem da Liga da Defesa Nacional (LDN)	14
A Sessão de Instalação do Diretório Central da LDN	15
Pressupostos básicos da LDN, segundo Olavo Bilac	18
Discurso de Olavo Bilac na fundação da LDN	21
Os criadores da LDN	25
A Pátria, segundo Ruy Barbosa	27
Sínteses biográficas de	
Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac	28
Pedro Lessa	31
Miguel Calmon	33
Wenceslau Braz	35
Vice-Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva	37
A vinculação da LDN à obrigatoriedade do Serviço Militar	39
O contexto: a Primeira Guerra Mundial	41
Os Estatutos da LDN	52
A Sessão de Instalação do Diretório Central da LDN	61
Ata da Primeira Reunião da LDN	62
A proposta de atomização da LDN pelo Brasil	69
Os Presidentes da LDN ao longo do tempo.....	70
Os encargos cívicos da LDN.....	71
O amparo legal da LDN em relação aos símbolos nacionais	73
O Dia do Reservista	80
Olavo Bilac – O Patrono	80
O Hino da LDN	82
Partitura do Hino	83
O acróstico da LDN	84
O Brasão da LDN.	85
Significado Heráldico	85

Capítulo II

Olavo Bilac em Porto Alegre e a fundação da LDN/RS.....	89
A iniciativa da re-fundação da LDN/RS	98
Os Estatutos da LDN/RS	100
A Sessão Solene no Colégio Militar de Porto Alegre	124
Texto do Discurso.	125
O Brasão da LDN/RS.....	133
LDN/RS, 35 CTG e Movimento Tradicionalista Gaúcho..	135
O primeiro Presidente da LDN/RS.....	136
Os Presidentes da LDN/RS até 2016	140
A Medalha da Ordem do Mérito Cívico da LDN	168
Histórico da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria	169
As 79 Corridas do Fogo Simbólico da Pátria	176
A Caminhada da Bandeira.....	235
Palestra do Presidente da LDN/RS	241
A formação dos Núcleos da LDN no interior do RS	251
Medalha Jubileu de 100 Anos da LDN.....	252
Carimbo e Selo de 100 Anos da LDN.	253
Inauguração do Monumento Arte Positiva	255
A Última Ordem do Cel Apparício Borges	257
Solenidade de Lançamento desta Edição Digital.	259
Bibliografia	261

PREFÁCIO

Centenário da LDN

Compatriotas:
Não por méritos pessoais, mas, certamente e apenas por ser, nos dias de hoje, o mais idoso e o mais antigo partícipe dos quadros da Liga da Defesa Nacional no Estado, foi com muita honra, e ao mesmo tempo com muito receio, que recebi o encargo de prefaciar esta obra que conta a história da aludida instituição.

Honra, orgulho, em razão de poder figurar no corpo do presente trabalho como testemunha ocular e presencial de fatos por décadas ocorridos com a participação da LDN.

Receio, medo, de não estar à altura da confiança em mim depositada por meus pares.

De qualquer maneira, por entender que a indicação trazia no seu bojo uma verdadeira “mensagem a Garcia”, aceitei a tarefa.

Falar da Liga, significa falar da Pátria, ou seja, falar do Brasil. Falar da Pátria é falar de homens que, estribados nos mais elevados princípios de honradez, dignidade e correção na vida pública e privada, participaram da formatação e da fundação, em sete de setembro de 1916, de uma entidade voltada para o aperfeiçoamento da cidadania do povo brasileiro, incentivando, neste mesmo povo, o culto ao civismo, ao patriotismo.

E lá estavam vultos como Olavo Bilac, Ruy Barbosa, os Presidentes Wenceslau Braz e Rodrigues Alves, Pandiá Calógeras, Pedro Lessa e tantos outros firmatários da histórica ata inaugural.

Os anos e as décadas do século XX se sucederam. A boa semente lançada em solo fértil por aqueles homens germinou, floresceu, surgindo dela excelentes frutos.

A Liga, ao longo de sua existência, espalhou-se pelos Estados do País através de suas Diretorias. Todavia, sem querer ser “bairrista”, devo dizer que a Diretoria do Rio Grande do Sul foi a que mais prosperou, sendo, inquestionavelmente, a mais atuante.

Por ela passaram nomes ilustres como Darcy Vignolly, Francisco Juruena, Poty Medeiros, Fortunato Tonely, Túlio de Rose, Ruy de Paula Couto, Pedro Dauro de Lucena, Lauro Pereira Guimarães, José Mattos de Marsillac Motta e tantos outros não menos ilustres.

Por anos e anos promoveram eles, sob o manto da Liga, significativos eventos, verdadeiras demonstrações de civismo e patriotismo.

Lembro, com emoção, dos grandes desfiles chamados Paradas da Mocidade, na Av. Borges de Medeiros, organizados pela LDN na Semana da Pátria.

Lembro, com emoção, das cerimônias alusivas à chegada do Fogo Simbólico à meia noite de 31 de agosto à pira localizada na confluência da Av. João Pessoa com a Rua Luiz Afonso.

Lembro, com emoção, da salva de tiros efetivada pelos Krupp 75, rodado de carreta, canhões do Curso de Artilharia do CPOR/PA.

Lembro, com emoção, dos corais dos cadetes do CFO da Brigada Militar e das normalistas do Instituto de Educação entoando os hinos pátrios, sob a regência da maestrina prof^a. Diná Néri.

Lembro, com emoção, da revoada de pombos brancos produzida pela Sociedade Columbófila do Rio Grande do Sul.

Lembro, com emoção, do entusiasmo que tomava conta do grande público que, mesmo enfrentando a chuva e o frio cortante característico do final do mês de agosto, para lá acorria, quando, próximo da meia noite, ali chegava a Chama da Pátria, conduzida por vários atletas de clubes lo-

cais e escoltada por blindados CCL pertencentes a um esquadrão operacional do 2º R Rec Mec, unidade então aquartelada no Bairro da Serraria.

Lembro, com emoção, do orgulho com que o escoteiro ou o atleta escolhido empunhava o archote ao subir a longa escada que o conduzia ao beiral da pira.

Lembro, com emoção, da preparação e realização da chamada “Rústica de Porto Alegre”, corrida inserida nos festejos da Semana da Pátria e organizada pela Liga, com a colaboração da então Cia. Jornalística Caldas Júnior, através de um de seus periódicos, a Folha da Tarde.

Lembro, com emoção, dos concursos de vitrines que a Liga promovia, estimulando o comércio local a decorar suas lojas com motivos pátrios.

Lembro, com emoção, do fato dos bondes da Cia. Carris, a pedido da Liga, terem, na Semana da Pátria, preso em suas alavancas, um galhardete com as cores nacionais.

Entretanto, a verdade é que os tempos mudaram.

Nos dias de hoje, não mais se presencia qualquer demonstração espontânea de amor à Pátria.

Nossos símbolos, muitas vezes, são maculados, tripudiados. Nossas datas cívicas caíram no esquecimento.

Por tais razões, no momento em que a LDN completa cem anos de existência, se impõe sejam conclamados todos os brasileiros, para que, irmanados, procurem encontrar formas e fórmulas para um novo despertar de amor à Pátria, despertar este embasado nas premissas e fundamentos sócio-filosóficos que nortearam a fundação daquela entidade.

Ao encerrar, cumpre dizer que entendo que seria pecado imperdoável deixar de manifestar aqui a gratidão e o reconhecimento dos integrantes da LDN do RS ao seu Presidente, o ilustre incentivador de todos os atos pertinentes ao centenário da Instituição, Prof. Júlio César Benites Teixeira, bem como ao valoroso companheiro e culto historiador Prof. Luiz Ernani Caminha Giorgis, Presidente local da

Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS, pessoa que, sensível ao apelo que recebeu, aceitou o “munus” de elaborar, racionalizar e ordenar as peças constitutivas da presente obra.

Aos dois dignos compatriotas, o eterno agradecimento da LDN.

Sandro Dorival Marques Pires

A Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul,

tem a honra de convidar V.Ex^a/VS^a e cônjuge, para participarem do lançamento do livro “A História da Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul” dos autores Júlio César Benites Teixeira, Marco Elias Danguí Pinheiro e Luiz Ernani Caminha Giorgis, a realizar-se no dia 16/11/16, às 17 horas.



Local: Espaço Cultural da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Av. Loureiro da Silva, 255 - Centro Histórico - Porto Alegre.

Contato: (51) 9262-7298 **E-mail:** ligadadefesars@gmail.com





CAPÍTULO

I



A origem da LDN

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC- FGV a Liga da Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro.

Os seus mentores foram Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial.

O objetivo central da LDN era a formulação de uma ideologia para a Defesa Nacional que contemplasse o serviço militar obrigatório, o preparo profissional e, entre outros pressupostos, a destinação regular de recursos para as Forças Armadas.

A guerra ajudava a popularizar a ideia do serviço militar obrigatório e reforçava a importância das Forças Armadas.

Por defender a ideia do "cidadão-soldado" e do serviço militar como escola de cidadania, a Liga recebeu desde o início o apoio do Exército.

A divulgação dos ideais da Liga era feita por meio de livros, panfletos, discursos e viagens por todo país.

Bilac, seu mais importante líder, definia sua ação como um "apostolado de civismo e patriotismo". Em suas palestras, enfatizava a importância do engajamento dos intelectuais na causa nacionalista, apontando-os como responsáveis pela defesa da pátria e pela modernização das estruturas sociais.

A campanha da Liga de Defesa Nacional conseguiu mobilizar a população das principais cidades do país, em especial os estudantes, empolgados por um sentimento nacionalista trazido pela guerra. Conseguiu também que no próprio ano de 1916 fosse realizado o primeiro sorteio militar. Dois anos depois, já se exigia carteira de reservista aos candidatos a cargos públicos.

O Brasil só entraria na I Guerra Mundial em 1917, após os ataques e afundamentos de dez navios brasileiros por ação dos submarinos alemães no Atlântico.

Entretanto, Rui Barbosa já havia fundado em 7 de março de 1916 a Liga Brasileira pelos Aliados para apoiar a Tríplice Enten-

te e contra a Alemanha. Ela era formada por diversos intelectuais.

Quando a LBA foi fundada, a LDN já estava em pleno funcionamento. Seu Patrono, desde o início, foi Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac.

Mas a decisão do governo brasileiro em face do conflito foi, em primeiro lugar, a “neutralidade”, que vigorou de agosto de 1914 a 22 de maio de 1917.

Em 01 de maio de 1916 aconteceu o primeiro ataque a um navio com bandeira brasileira, o Rio Branco.



A Sessão de Instalação do Diretório Central da LDN

As dezessete horas de 7 de Setembro de 1916, no salão das conferências da Biblioteca Nacional, foi aberto a sessão de instalação do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional estando presentes os senhores General CAETANO DE FARIA, OLAVO BILAC e tantos outros que o tempo não nos permite nominar.

Aberta a sessão o Sr. OLAVO BILAC procedeu a leitura de telegramas do conselheiro RUI BARBOSA SILVA e Marechal JERÔNIMO JARDIM, excusando-se por não poderem comparecer e protestando solidariedade à ideia de fundação da Liga de Defesa Nacional.

Terminada a leitura do expediente, falou o Sr. OLAVO BILAC, que proferiu o seguinte discurso:

"Peço permissão para poucas palavras - não um discurso - apenas uma singela nota, que explica sumariamente os motivos desta primeira reunião.

A LIGA NACIONAL DE DEFESA está criada. Contendo representantes de todas as classes produtoras e defensoras do país, este

diretório central, se não congrega todos grandes nomes do Brasil (o que seria impossível), congrega alguns dos maiores, dos mais belos e respeitados, alguns que já fazem parte do patrimônio moral da nossa terra. Perdoareis, de certo, o meu atrevimento pela simplicidade, clareza e brevidade do que vou dizer.

O país já sabe, pela fama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional-militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.

O intuito principal dos que animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para a ação dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurado dos dirigidos.

O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas, esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispensação; e, nessa mesma dispensação deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados.

A extensão do território, a pobreza da comunicação, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a mingua de ventura em muitos sertões desamparados, a inópia da instrução popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostam os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É o tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento.

O protesto e a reação estão nesta Liga, cujo título é claro e sintético. A defesa nacional é tudo para a Nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das Leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.

Todo este programa vasto e complexo não pode ser estudado e esclarecido pela minha palavra incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje confiar-vos esta missão altamente nobre.

Pedimos às vossas luzes um estatuto para a Liga em um corpo de doutrina e de exemplos, de boa palavra e de boa ação, que sejam garantia de conforto para o governo e para o povo.

As vossas mãos entregamos toda a segurança do Brasil. Na minha consciência, na humildade de minha fervorosa esperança, acredito que

este dia será para nossa História o complemento e o remate da obra de 7 de setembro de 1822.



Conforme Tiago Siqueira de Oliveira (2012), em 13 de maio de 1924, foi realizada uma Sessão da LDN para inauguração de sua sede no prédio do Silogeu Brasileiro¹, que era situado na esquina da atual avenida Beira-Mar, no edifício Cais da Lapa, posteriormente denominado de “Syllogeio Brasileiro”.

No mesmo prédio, funcionavam também a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados do Brasil e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O prédio foi demolido para dar lugar, em 1972, a um edifício de 13 andares onde apenas o Instituto Histórico permanece.



¹ Silogeu: casa onde se reúnem associações literárias ou científicas.

Pressupostos básicos da LDN conforme Olavo Bilac

DOS MOTIVOS - LIGA DA DEFESA NACIONAL

Para bem entendermos a existência da Liga da Defesa Nacional e com essa denominação, temos que estudar o papel de Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, seu criador e grande vulto cívico da Pátria. Menino, cujo pai lutava na Guerra do Paraguai, viveu intensamente a angústia, as emoções e também o entusiasmo com que a família acompanhava o desenrolar da campanha, sabendo que lá estava o Exército Brasileiro e o próprio destino do Brasil. Acostumou-se, assim, com a ideia de que a Nação era o povo, que lá estava representada por seu Exército, que era, afinal, o próprio povo em armas, combatendo, sofrendo as agruras de uma luta sangrenta e demorada. Assim, a guerra fortalecia no jovem a imagem da Pátria, retratada na Bandeira Nacional, que aprendeu a amar e cultuar. Sobrevindo a paz, após retumbantes vitórias, os militares voltaram consagrados, até a desmobilização. A crise financeira nacional e a falta de motivação resultaram em escassez de recursos e de entusiasmo para manter as forças em perfeito adestramento, gerando um clima de desinteresse profissional, aumentado pela exploração de parte de políticos que buscavam envolver os militares. A situação começou a melhorar quando um notável soldado, o general Hermes da Fonseca, ascendeu a Ministro da Guerra e passou a incentivar a disciplina e o ardor profissional do Exército, tratando de reorganizá-lo e conseguindo recursos para grandes manobras militares, que iriam sacudir o marasmo da forçada inatividade. Criou, em 1907, a Confederação do Tiro Brasileiro, visando a despertar o entusiasmo da juventude e prepará-la para o Serviço Militar Obrigatório, criado por Lei de 4 de janeiro de 1908, mas estagnada, sem entrar em execução por sete anos. Olavo Bilac, sentindo a necessidade de um grande movimento de opinião que empolgasse a Nação, realizou uma intensa campanha cívica, de âmbito nacional, procurando despertar nos jovens, principalmente, o espírito cívico nacional e, reacender no meio militar,

as lembranças das heroicas jornadas vividas na guerra. Em suas oratórias e nos artigos e livros que escrevia, exaltava os grandes valores da Pátria procurando incutir em todos o orgulho da nacionalidade. As grandes manobras militares, acompanhadas e descritas por Bilac, levantaram o ânimo e o moral da tropa, agora com quadros permanentes formados pelas Escolas Militares e a tropa constituída por sucessivos contingentes, incorporados anualmente, sem qualquer discriminação de caráter político, social, racial ou religioso. Bilac, inspirado no exemplo da França, onde surgiu a Liga da Pátria, decidiu criar a Liga da Defesa Nacional, tornada realidade em 7 de setembro de 1916, visando incentivar o civismo, com devotado culto aos símbolos sagrados da Pátria e a reverência aos vultos históricos que ajudaram a escrever brilhantes páginas de nossa história.

DA FUNDAÇÃO

A de Fundação, lavrada de próprio punho pelo poeta Olavo Bilac, contém relação histórica de seus fundadores, entre eles Cidadãos da estirpe do doutor Pedro Lessa, doutor Miguel Calmon, doutor Wenceslau Braz (à época Presidente da República), Almirante Alexandrino de Alencar (à época Ministro da Marinha) General Caetano de Farias (à época Ministro da Guerra), Conselheiro Ruy Barbosa, doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves, doutor Pandiá Calógeras (à época Ministro da Fazenda), Monsenhor Vicente Lustosa, doutor Miguel Couto e o poeta Coelho Neto. A finalidade da entidade, consubstanciada no seu estatuto inicial, datado de 23 de setembro de 1916, “robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo”, continua em vigor nos dias atuais. Também no estatuto inicial foi expresso que a entidade é independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico. Por definição desse estatuto, o Presidente da Liga da Defesa Nacional seria sempre o Presidente da República, tanto que o doutor Wenceslau Braz foi o seu primeiro presidente e o primeiro signatário do Estatuto original. Tal postura indicava a preocupação dos fundadores em dar à nova entidade uma grandeza concordante com a sua finalidade. A reforma estatutária de 1986 alterou esse dispositivo, pois se

tornaria impraticável, nos tempos atuais, o acesso a tão alta autoridade. O Presidente da República passou a ser o Presidente de Honra da LIGA, situação que permanece até os dias atuais. As diretorias regionais, por sua vez, passaram a ter como seu Presidente de Honra, o Governador do Estado. Pelo valioso teor das suas ideias cívico-patrióticas e pela presença de dirigentes, de figuras de destaque nacional, a Liga teve, por muito tempo, uma marcante atuação, assessorando os dirigentes do País no que se referia o civismo e patriotismo. Pelos serviços prestados à sociedade brasileira, na sua área de atuação, foi considerada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970, condição reafirmada por Decreto de 7 de fevereiro de 1997. A Liga é agraciada com as medalhas Cruz do Mérito da Educação Cívica, Mérito Naval, Mérito Militar e Tamandaré.



AS ATIVIDADES

“... O paiz já sabe, pela fama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrucção primaria, profissional-militar e cívica; e defender com a disciplina - o trabalho; com a força - a paz; com a consciência - a liberdade; e com o culto do heroísmo - a dignificação da nossa historia e a preparação do nosso porvir.”

Ruy Barbosa



Discurso de Olavo Bilac na fundação da Liga da Defesa Nacional

(com a grafia original)

A sua participação na vida nacional está bem expressa pela proposta da Liga ao Governo, que resultou na obrigatoriedade do ensino do português nas colônias de imigrantes, que por longas décadas ensinavam apenas o idioma do país de origem. Também a inclusão do ensino formal de assuntos ligados ao civismo e ao patriotismo, nas escolas, com ênfase para o canto do Hino Nacional, o culto a Bandeira e o conhecimento da história da Pátria, teve origem em sugestão da Liga. Ainda por iniciativa da Liga, foi formalizada a existência da Semana da Pátria, definindo-se seu início e término e os principais atos comemorativos, assim como a abertura com o Fogo Simbólico da Pátria. A Liga tem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, duração indeterminada e jurisdição em todo o território nacional, exercendo suas atividades através de Diretorias Regionais, instaladas nos Estados e Núcleos municipais. Atualmente, dentre as atividades de maior destaque promovidas pela Liga, aparecem a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, a Caminhada do Dia da Bandeira, incluída no calendário oficial de eventos de Porto Alegre, a organização e coordenação dos desfiles próprios para as datas cívicas, bem como a promoção de todos os atos ligados ao espírito do civismo. O Fogo Simbólico da Pátria surgiu da ideia de um grupo de patriotas gaúchos que buscava, em 1937, um símbolo que representasse o ardor patriótico do povo brasileiro. A lembrança do fogo, que vem acompanhando o homem desde os primórdios da sua evolução e a sua presença olímpica, unindo raças, fez com que fosse escolhido como símbolo procurado. Conhecendo a escolha e tendo integrantes seus entre os que trabalharam a ideia, foi ela acolhida e ampliada, tornando-se uma corrida de revezamento, que desejava percorresse todo o chão da Pátria e que se chamaria Corrida Do Fogo Simbólico da Pátria. Assim, em 1938, foi realizada a primeira corrida, num percurso de 26 quilômetros, entre Viamão e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, seguindo-se outra de 411 quilômetros, em 1939 e, desde então, a Corrida vem sendo realizada a cada ano, tendo o

Fogo Simbólico percorrido as mais variadas distâncias e surgido dos lugares mais diversos. Em 1941, partiu do Monumento do Ipiranga e, passando pelo Rio de Janeiro, veio até Porto Alegre. Em 1945, partiu do Cemitério de Pistóia, em Nápoles, na Itália, veio de avião até Natal, Rio Grande do Norte, e de lá, a pé, veio para Porto Alegre. Em 1972, participando das comemorações do Sesquicentenário da Independência, a Liga realizou uma corrida de mais de doze mil quilômetros percorrendo todas as capitais de Estado do País. Desde a construção da Pira da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, em atendimento a uma proposta da Liga, passou a arder permanentemente, naquele monumento, o Fogo Simbólico da Pátria. Por isso que a solenidade do Fogo Simbólico teve uma mudança - ao invés de ir até Brasília partindo de um ponto histórico, passou a ser irradiado simbolicamente, da Pira da Pátria para todo o País. Seguindo esse novo ritual, no dia 1º de setembro, o Presidente da República recebe a apresentação do Fogo Simbólico, colhido da Pira da Pátria e declara iniciada a Semana da Pátria em todo o território nacional. A cada ano, por ocasião de nossa data Pátria maior, a Liga escolhe um tema palpitante para servir de suporte de uma profunda e realista reflexão da qual resulta uma análise crítica sobre importantes assuntos nacionais.

A **LIGA DA DEFESA NACIONAL** é uma entidade cívico-cultural, apartidária, imparcial, independente e transparente, estimulando o patriotismo, o respeito e o culto aos símbolos nacionais, sem credo político, religioso ou filosófico. A síntese de seus esforços está expressa no lema “**CIVISMO É COISA DE BRASILEIRO**”. Sua sede regional no RS é na avenida João Pessoa, 567, bairro Centro, em Porto Alegre.

A LIGA HOJE

Para melhor desempenhar nosso papel na conscientização do cidadão, aproveitamos as modernas ferramentas de comunicação (em breve o site), avançamos na qualificação de nosso sistema organizacional interno, implantamos nosso plano de expansão para o interior, e buscamos participar mais ativamente nos polos de discussão e fiscalização que a sociedade

começa a entender e usar. Fruto disso é o aumento de nossos núcleos no interior - 20 municípios com núcleos constituídos ou em formação - e a realização de nossos seminários estaduais.

Importante também é nossa participação no grupo de entidades que pensa o Rio Grande do amanhã, através da construção da Agenda 2020 e na implantação do Observatório Social. Na área educacional, vimos a concretização de um velho sonho: a inclusão de algumas de nossas atividades na agenda pedagógica 2011 das escolas municipais. É a LDN/RS se preparando para o futuro, sem abandonar práticas tradicionais como a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria e a Caminhada da Bandeira, e as palestras nos estabelecimentos de ensino militares da capital e do interior (EASA, CPOR, NPOR, Colégios Militares), incentivando os jovens a participarem ativamente na sociedade.

Isso tudo só é possível porque conseguimos, além de estreitar nossos laços com tradicionais parceiros, agregar outras entidades em nossas iniciativas, levando-as para espaços públicos, num esforço de colocar nossa mensagem em ambientes que possam reunir plateias numerosas.

Entendemos que somente a integração de todos os brasileiros, independentemente de raça, ou de credo, fará com que a invejável Unidade Nacional Brasileira seja preservada! Temos pregado, no nosso dia-a-dia, incessante e constantemente, a honestidade de propósitos, em todos os escalões da sociedade. A honestidade do homem público, do empresário, do professor, do estudante... Porque entendemos que somente pela via da honestidade a nossa Pátria alcançará o estágio de grandeza que todos nós desejamos.

Quando falamos do Brasil, falamos do Brasil superior a todos os partidos: do Brasil só e puro, essencial e íntegro, abstrato e concreto, sagrado e indiviso; o Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções. Pessoalmente, sou republicano, fundamentalmente republicano. Mas respeito as opiniões de todos os sinceros. Podem os meus irmãos ser monarquistas, republicanos, conservadores, liberais, radicais, unitários, federalistas, parlamentaristas, católicos, protestantes, positivistas, livres-pensadores – contanto que não quebrem, com a anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria. Digladiam-se os partidos! Mas que o Brasil fique acima da peleja; que a

bandeira fique superior às taboetas das facções! Sejam todos brasileiros sinceros e patriotas é o quanto basta. Só não compreendemos nem aceitamos os anarquistas sem fé, os negativistas da necessidade da Pátria, os ironistas sem piedade, os motejadores sem consciência, os egoístas de ignóbil arrivismo. Venham para nós todos os brasileiros que sintam dentro dos seus peitos o Brasil! A grande Pátria aceita todos os credos: só não aceita os que em nada crêem”.

Olavo Bilac



**Poema - BRASIL
de Olavo Bilac**

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este.
Olha que céu! que mar! que rio! que floresta!
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos.
Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
Vê que grande extensão de matas, onde impera,
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
Boa terra! Jamais negou a quem trabalha,
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
Que com suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz e enriquece!
Criança! Não verás país nenhum como este
Imita na grandeza a terra em que nascente!



Os criadores da LDN

A LDN foi criada por iniciativa de diversos intelectuais brasileiros como uma associação cívico-cultural brasileira de cunho notadamente nacionalista e em função da ameaça da guerra.

No caso, a Grande Guerra, depois chamada de Primeira Guerra Mundial. Esses intelectuais defendiam a participação efetiva do Brasil na guerra inclusive com forças militares.

As vinculações da fundação da LDN foram a Grande Guerra e o serviço militar obrigatório, além dos ensinamentos advindos da Guerra do Contestado, que serviu para mostrar as deficiências do Exército Brasileiro.

Neste sentido, os criadores da LDN tiveram o franco apoio dos militares que redigiam a revista “A Defesa Nacional”.

Além de Rui Barbosa, foram os criadores da LDN no Rio de Janeiro Pedro Lessa, Miguel Calmon³ e o Presidente da República Wenceslau Brás.

Rui Barbosa foi um dos Membros-fundadores da LDN. Abaixo, a transcrição da conferência “A Defesa Nacional”, proferida por Rui Barbosa na Biblioteca Nacional em 7 de setembro de 1916, marco da fundação da LDN:

Sobre os sem pátria.

“Negar a pátria é negar toda a vida social e moral. A pátria é um elo que se liga, intermediariamente, com estes dois outros elos: a família e a humanidade. Negar um dos anéis, é negar os outros. Quem não conhece a ideia da pátria não concebe a do lar, nem a da solidariedade humana. Sem pátria e, portanto, sem família e sem sociedade, o homem anula-se. Que é a pátria?

É a paridade de gostos e de costumes, comunidade de língua, coesão de leis, identidade de condições físicas e morais, com participação das mesmas lembranças e das mesmas esperanças.

Quem não compreende nem sente esta tendência e esta necessidade moral não tem alma.”

³ Nota dos autores: Na opinião de Pedro Calmon em História do Brasil, José Olympio Editora, 1959, vol. 6, p. 2153, o verdadeiro “criador” da LDN foi Miguel Calmon, sendo Olavo Bilac o seu “intérprete peregrino”, tornando-se este o líder da LDN em seguida.

Sobre a defesa nacional.

"Mas a boa e verdadeira defesa deve ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente perigos latentes, próximos ou remotos, prováveis ou ao menos possíveis, que ameaçam constantemente todas as nacionalidades, ainda as mais sólidas, fortes e armadas: nada é perfeito nem eterno, na contingência da vida humana. Se este dever de defesa é imprescindível para as nacionalidades mais bem organizadas, - mais imperiosas e mais urgentes devem ser a sua consciência e a sua necessidade para o Brasil, país novo, agitado por um confuso e melindroso labor de formação, pobre de trabalho bem encaminhado, pobre de recursos bem explorados, pobre de instrução primária, profissional e cívica, pobre de coesão, pobre de culto patriótico. Rodeiam-nos perigos externos e internos: e todos eles ameaçam a nossa independência e a nossa unidade. Se queremos viver e viver com fartura, liberdade e honra, é necessário que nos defendamos."

Sobre democracia e instrução.

"Não podemos mais perder tempo. Estamos sendo arrastados para a ruína. Defendamo-nos!

É inconcebível a vitória de uma democracia sem a instrução da massa pública. Estabelecemos a República; mas pode viver dignamente uma República, uma pátria republicana, quando a maior parte dos seus filhos seja de analfabetos, e, portanto de inconscientes?"

Para que haja pátria.

"Para que haja pátria é necessário que haja unidade e coesão. Quando falamos do Brasil, falamos do Brasil superior a todos os partidos: do Brasil só e puro, essencial e íntegro, abstrato e concreto, sagrado e indiviso: o Brasil acima, além, fora das opiniões individuais ou de facções."

Conclusão.

Embora a destruição do país, justamente por uma facção dos "sem pátria" que abominam a democracia e relegam a último plano a defesa da nossa soberania, não podemos esquecer a data memorável de Sete de Setembro de 1822 e a atitude nobre de D. Pedro I que, sendo português, deu-nos uma lição de desprendimento: a Independência. Não importam os motivos pessoais ou da política luso-brasileira. O importante é não ter sucumbido ao egocentrismo.

Em outro discurso, fica bem clara a maneira de atuação da LDN em busca dos seus objetivos (grafia da época):

O paiz já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrucção primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina o trabalho; com a força a paz; com a consciência a liberdade; e com o culto ao heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir. O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para acção dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurado dos dirigidos (LDN, 1916, p. 1).

Em 1917, a Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, atingiu o número de 800 sócios, sendo que 20 deles já eram beneméritos. Alcançou ainda mais 64 remidos e 716 efetivos.



A Pátria, conforme Rui Barbosa

A Pátria não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação.

A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da língua e da liberdade.

Os que servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo.

Porque todos os sentimentos grandes são benignos e residem originariamente no amor.



Síntese biográfica de Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac



Conforme o site da Academia Brasileira de Letras, entidade da qual Bilac fazia parte, é a seguinte a sua biografia.

Olavo Bilac (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac), jornalista, poeta, inspetor de ensino, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 16 de dezembro de 1865, e faleceu, na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918.

Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, criou a cadeira nº 15, que tem como

patrono Gonçalves Dias.

Eram seus pais o Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac e D. Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. Após os estudos primários e secundários, matriculou-se na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, mas desistiu no 4º ano. Tentou, a seguir, o curso de Direito em São Paulo, mas não passou do primeiro ano. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura.

Teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi em favor do serviço militar obrigatório. Fundou vários jornais, de vida mais ou menos efêmera, como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Na seção “A Semana” da *Gazeta de Notícias*, substituiu Machado de Assis, trabalhando ali durante anos. É o autor da letra do Hino à Bandeira.

Fazendo jornalismo político nos começos da República, foi um dos perseguidos por Floriano Peixoto. Teve que se esconder em Minas Gerais, quando frequentou a casa de Afonso Arinos em Ouro Preto. No regresso ao Rio, foi preso.

Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio. Em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal,

cargo em que se aposentou, pouco antes de falecer. Foi também delegado em conferências diplomáticas e, em 1907, secretário do prefeito do Distrito Federal.

Em 1916, fundou a Liga de Defesa Nacional.

Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo, que teve na década de 1880 a sua fase mais fecunda. Embora não tenha sido o primeiro a caracterizar o movimento parnasiano, pois só em 1888 publicou *Poesias*, Olavo Bilac tornou-se o mais típico dos parnasianos brasileiros, ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia.

Fundindo o Parnasianismo francês e a tradição lusitana, Olavo Bilac deu preferência às formas fixas do lirismo, especialmente ao soneto. Nas duas primeiras décadas do século XX, seus sonetos de chave de ouro eram decorados e declamados em toda parte, nos saraus e salões literários comuns na época.

Nas *Poesias* encontram-se os famosos sonetos de *Via Láctea* e a “Profissão de Fé”, na qual codificou o seu credo estético, que se distingue pelo culto do estilo, pela pureza da forma e da linguagem e pela simplicidade como resultado do labor.

Ao lado do poeta lírico, há nele um poeta de tonalidade épica, de que é expressão o poema “O caçador de esmeraldas”, celebrando os feitos, a desilusão e a morte do bandeirante Fernão Dias Paes. Bilac foi, no seu tempo, um dos poetas brasileiros mais populares e mais lidos do país, tendo sido eleito o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, no concurso que a revista *Fon-Fon* lançou em 1º de março de 1913.

Alguns anos mais tarde, os poetas parnasianos seriam o principal alvo do Modernismo. Apesar da reação modernista contra a sua poesia, Olavo Bilac tem lugar de destaque na literatura brasileira, como dos mais típicos e perfeitos dentro do Parnasianismo brasileiro. Foi notável conferencista, numa época de moda das conferências no Rio de Janeiro, e produziu também contos e crônicas.

Recebeu o acadêmico Afonso Arinos.

Um exemplo da maestria poética de Bilac é este soneto sobre o idioma português:

Soneto "Língua Portuguesa" de Olavo Bilac

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...
Amo-te assim, desconhecida e obscura.
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: "meu filho!",
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*



Excerto

A Bandeira Nacional – O Pavilhão da Virtude Nacional

Voei os céus de minha terra com a mente desperta e límpida
como o vento, sonho de menino.

Flâmula de minha alma, glória de aviador, que da janela do seu
aeroplano vê o mundo como ninguém; a vida lhe chega primeiro.

Entre nuvens, o sol nasce no horizonte trazendo vida à escura
noite; a lua vai embora levando as estrelas, como mãe carinhosa pondo
metade do mundo para dormir!

O mar surge lá fora com seus vagalhões a borbulhar no quebrar
da onda, como uma taça de espumante a brindar o novo dia,
'Dezenove de Novembro'.

O voo continua, a vida se renova, só o menino não envelhece, e
o aviador não morre.

Enquanto a Bandeira Brasileira fulgura neste dia todo seu, hoje
e sempre.

Pelas mãos do aviador entregue à Rosa dos Ventos.

(Autoria de Félix T. Pinheiro Da Rocha, em 19/11/2014)

Síntese biográfica de Pedro Lessa



Conforme o site da Academia Brasileira de Letras, entidade da qual Lessa fazia parte, é a seguinte a sua biografia. Pedro Lessa (Pedro Augusto Carneiro Lessa), jurista, magistrado, político e professor, nasceu em Serro, MG, em 25 de setembro de 1859, e faleceu, no Rio de Janeiro, RJ, em 25 de julho de 1921. Era filho do Coronel José Pedro Lessa e de D. Francisca Amélia Carneiro Lessa

e sobrinho do poeta Aureliano Lessa, colega de turma e amigo de Álvares de Azevedo e Bernardo Guimarães. Fez os estudos primários e secundários na Província. Em 1876 partiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Formou-se em 1883, pertencendo a uma turma de nomes brilhantes, na qual se destacavam os de David Campista, Bueno de Paiva, Martim Francisco Sobrinho e Júlio de Mesquita.

Em 1885, iniciou a vida pública, nomeado para o cargo de Secretário da Relação de São Paulo. Dois anos depois, em 1887, inscreveu-se em concurso na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo obtido o primeiro lugar mas não conseguiu a nomeação. Em 1888, prestou outro concurso, em que também obteve a melhor classificação, sendo nomeado, logo a seguir, como professor catedrático.

Em 1891, foi nomeado chefe de polícia do Estado de São Paulo e eleito Deputado à Assembleia Constituinte de São Paulo, deputado da Constituição estadual. Em breve se retirava da ação pública, dedicando-se exclusivamente ao magistério e à advocacia. Em outubro de 1907 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, na aposentadoria de Lúcio de Mendonça.

O livro *Do Poder Judiciário* (1915) é um clássico na matéria.

Publicou também várias outras obras: *Estudos de Filosofia do Direito* (1912), *Dissertações e polêmicas – Estudos jurídicos* (1909), *Discursos e conferências* (1916) e *É a História uma ciência? - Introdução à História da Civilização de Buckle*.

No Superior Tribunal Federal Pedro Lessa foi um modelo de juiz, no tribunal em que teve assento, e o foi pelo saber profundo, pela coragem das atitudes e pela determinação. Na atuação destacada que teve no Supremo Tribunal Federal foi responsável pela ampliação no instituto do *Habeas-Corpus* a outros casos não previstos na Constituição. Participou da Liga da Defesa Nacional. Pertenceu a várias instituições culturais, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Segundo ocupante da cadeira 11, foi eleito em 7 de maio de 1910, na sucessão a Lúcio de Mendonça, e recebido pelo acadêmico Clóvis Beviláqua em 6 de setembro de 1910. Recebeu no IHGB o acadêmico Alfredo Pujol⁴.



⁴ Alfredo Gustavo Pujol foi advogado e político. Nasceu em São João Marcos, RJ, em 20 de março de 1865, e faleceu em São Paulo, SP, em 20 de maio de 1930.

Síntese biográfica de Miguel Calmon



Figura 11. O Dr. Miguel Calmon Du Pin Almeida ocupa local de relevo na vitoriosa campanha pró-instituição do serviço militar obrigatório, para a qual concorreu com o seu imenso patriotismo e parte de seu patrimônio. (Fonte: CALMON, Miguel Calmon e FONSECA et ESCOBAR, *Primórdios da Organização da Defesa Nacional*.)

Miguel Calmon Du Pin e Almeida (sobrinho) nasceu em Salvador em 1879 e faleceu no Rio de Janeiro em 1935.

Foi engenheiro e político brasileiro, correligionário de Rui Barbosa, ministro da Viação e Obras Públicas e, posteriormente, da Agricultura, Indústria e Comércio nas primeiras décadas da "República Velha".

Foi também sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes. Casou-se com Alice da Porciúncula, de família do Rio Grande do Sul.

De 15 de novembro de 1906 a 18 de julho de 1909 foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, do Governo Afonso Pena e depois de Nilo Peçanha.

Retornou ao governo, agora sob a presidência de Artur Bernardes, como Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, de 16 de novembro de 1922 a 15 de novembro de 1926.

Denunciou os crimes do governo Floriano Peixoto contra o proletariado brasileiro durante a Primeira República.

Diz o Ministro Calmon du Pin e Almeida:

"No governo Floriano Peixoto decretou-se o desterro de várias pessoas de notoriedade nacional para Cucuí e Tabatinga. Depois da revolta de 14 de novembro de 1904, fizeram-se deportações "larga manu" para a Amazônia, não se sabendo até hoje o paradeiro das centenas, senão

milhares, de indivíduos largados ao abandono, sem alimentação nem assistência médica, nas margens dos rios do território do Acre, considerado então região mortífera por excelência. (Ministro da Agricultura Miguel Calmon du Pin apud PINHEIRO, 1999, p. 88). Livro "Estratégias da Ilusão".

"Os amotinados foram rapidamente varridos da praça, indo os mais audazes e cabeçudos entrincheirar-se no velho bairro da Saúde, perto das obras do porto, onde, cercados pela infantaria do Exército e bombardeados pela artilharia da esquadra, tiveram que render-se à autoridade. O governo mostrou-se então de uma severidade deveras espantosa para com a gente miserável do Rio de Janeiro. Sem direito a qualquer defesa, sem a mínima indagação regular de responsabilidade, os populares suspeitos de participação em motins daqueles dias começaram a ser recolhidos em grandes batalhas policiais. Não se fazia distinção de sexo nem de idade. Bastava ser desocupado ou maltrapilho e não provar residência habitual, para ser culpado. Conduzidos para bordo do Lloyd Brasileiro, em cujos porões já se encontravam, a ferros e no regime da chibata, os prisioneiros da Saúde, todos eles foram sumariamente expedidos para o acre." (Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, apud PINHEIRO, p. 89-90). Livro "Estratégias da Ilusão".

Em 1936, sua viúva transfere da mansão dos Calmon, na rua São Clemente, em Botafogo para o Museu Histórico Nacional todo um conjunto completo de obras de arte, móveis, tapetes, documentos, fotografias e bibliotecas que ficou conhecido como "Coleção Miguel Calmon". A mostra nos passa a ideia do estilo de vida dos poderosos da Primeira República.

Não deixou descendentes. (Fonte: Google e CPDOC/FGV)



Síntese biográfica de Wenceslau Braz



Conforme o CPDOC/FGV é a seguinte a biografia de Wenceslau Brás Pereira Gomes. Nasceu em São Caetano da Varagem Grande, atual Brasópolis (MG), em 1868. Advogado, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1890. Em seguida, dedicou-se ao exercício da advocacia em municípios do interior mineiro, iniciando sua carreira política como prefeito de Monte Santo (MG). De 1892 a 1898, foi deputado estadual em Minas Gerais. Em seguida, foi nomeado

para a Secretaria do Interior, cargo que ocupou até 1902. Nesse ano, elegeu-se deputado federal, assumindo seu mandato no ano seguinte. Foi então, líder da bancada mineira na Câmara e, em seguida, líder da maioria naquela Casa. Permaneceu no Congresso até 1908.

Em abril do ano seguinte, assumiu o governo de Minas Gerais, em substituição a João Pinheiro da Silva, recém-falecido. Em setembro de 1911, deixou o governo mineiro para ocupar a vice-presidência da República, para a qual fora eleito em março daquele ano na chapa situacionista do marechal Hermes da Fonseca.

Em março de 1914, com o apoio de grupos dirigentes de Minas Gerais e São Paulo, chegou à presidência da República. O período de seu governo coincidiu com a Primeira Guerra Mundial e sua posição inicial diante do conflito foi de neutralidade. Somente em outubro de 1917 é que o governo brasileiro declarou guerra aos alemães.

Seu governo responsabilizou-se, ainda, pelo esmagamento da Revolta do Contestado, conflito entre camponeses e latifundi-

ários, na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, iniciado em 1912.

Em novembro de 1918, deixou o governo brasileiro e retirou-se por vários anos da vida política.

Em 1930, deu apoio à candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República, bem como às conspirações que resultaram no afastamento do presidente Washington Luís em outubro daquele ano, antes da transferência do governo a Júlio Prestes, o candidato oficialmente eleito no pleito de março.

Integrou a seguir o conselho supremo da Legião Mineira, agremiação que visava congregar os elementos que apoiavam o regime surgido da Revolução de 1930. A Legião, contudo, teve vida curta, assim como o Partido Social Nacionalista, igualmente criado em Minas pelos defensores do novo regime e do qual Veneslau Brás também fez parte.

Em 1934, seu nome chegou a ser cogitado como candidato à presidência da República nas eleições realizadas pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte, então reunida.

Anos mais tarde, após o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, foi novamente lembrado para concorrer ao governo de Minas Gerais, sem que, mais uma vez sua candidatura se concretizasse.

Morreu em Itajubá (MG), em 1966.



Síntese biográfica do Vice-Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva



Almirante, engenheiro e físico nuclear brasileiro nascido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pioneiro nas pesquisas sobre energia nuclear no Brasil e idealizador e primeiro presidente (1951-1955) do Conselho Nacional de Pesquisas, o *CNPq*. Seguindo o caminho trilhado por seu pai, o médico Álvaro da Silva, e de seu

avô, o farmacêutico João Álvaro, também seguiu o caminho das ciências. Foi na Escola Naval do Rio de Janeiro, que iniciou seus primeiros estudos e começou a se destacar estando entre os melhores do colégio. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pós-graduou-se pela Ecole Centrale Technique, Bruxelas, Bélgica. Presidente da Sociedade Brasileira de Química (1920-1928), tornou-se catedrático do Departamento de Físico-Química da Escola Naval e incluiu o estudo da física nuclear no currículo da Escola Naval (1939). Tinha em mente a fundação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional.

Nomeado representante brasileiro (1946) na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), associou-se aos representantes russos na rejeição às propostas no *Plano Baruch*, em que os norte-americanos pressionavam para controlar as reservas mundiais de tório e urânio (1946).

Presidente da Academia Brasileira de Ciências, propos ao governo, por intermédio da ABC, a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa e dois anos mais tarde o projeto da criação do conselho era apresentado na Câmara dos Deputados. O Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão para apresentar

um anteprojeto de lei sobre a fundação do conselho de pesquisa (1949).

Presidiu então o Grupo de Trabalho que elaborou o projeto de fundação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o *CNPq*, então denominado Conselho Nacional de Pesquisa, do qual fizeram parte destacadas personalidades da ciência no Brasil como César Lattes, Euvaldo Lodi, Francisco Mafei, Marcelo Dami, Orlando Rangel e Theodoreto Souto.

Depois de ser debatido em diversas comissões, finalmente, dias antes de Dutra passar a faixa presidencial a **Getúlio Vargas**, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (15/01/1951), o CNPq, pela Lei nº 1.310, a qual foi chamada por seu idealizador de *Lei Áurea da pesquisa no Brasil*.

Oficial de Marinha, foi promovido a Almirante (1955) por decreto presidencial em reconhecimento à sua contribuição à formação de oficiais da Marinha e do Exército e também à ciência e à pesquisa no Brasil.

Quando presidiu o CNPq, participou ativamente da criação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e da Comissão Nacional de Energia Atômica. Defendia a construção de usinas de enriquecimento, uma fábrica de produção de hexafluoreto de urânio, além de reatores de pesquisa. Seu nacionalismo e as desconfianças da Comissão de Energia Atômica dos EUA resultaram em sua exoneração do CNPq (1955) e, logo em seguida à sua demissão, foram firmados dois acordos com os EUA: o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Atômica com Fins Pacíficos, e o Programa Conjunto para o Reconhecimento e a Pesquisa de Urânio no Brasil.

Durante mais de 30 anos dedicou-se ao magistério sem abandonar suas pesquisas, especialmente na área de explosivos e também com estudos mais aprofundados na área de energia nuclear.

Respeitado no meio acadêmico, sempre defendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico estava intimamente ligado com a prosperidade do país. E acreditando nisso, deu início a uma nova era na pesquisa científica no país, com a criação

do CNPq, cujo principal objetivo na época e que perdura até hoje é investir no potencial humano.

Faleceu no Rio de Janeiro e em sua homenagem seu nome foi dado ao complexo de produção de energia nuclear situado na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis, RJ: *Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto*.



A vinculação da LDN à obrigatoriedade do Serviço Militar

Afonso Arinos de Melo Franco havia, em discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, em 9 de outubro de 1915, proferido “o primeiro grito de alerta” (Calmon, 1959, 2153) a favor do serviço militar obrigatório.

Portanto, a fundação da LDN deve ser vista no contexto da I GM, na luta pela obrigatoriedade do serviço militar, na divulgação de ideias através da revista *A Defesa Nacional* e na criação dos Tiros de Guerra, além da influência de Venceslau Brás como Presidente da República.

Olavo Bilac, como propugnador que foi, é hoje o Patrono do Serviço Militar Obrigatório. E como um dos criadores da LDN a vinculação foi inevitável.

A LDN nasceu e se criou à sombra da I GM e da obrigatoriedade da prestação do serviço militar nacional.

Entendiam os seus criadores que, antes de ser um dever, o serviço militar é um direito. E que a formação de reservas mobilizáveis é um fator importante de segurança e defesa nacional.

Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento, o Serviço Militar Obrigatório foi implantado depois de uma luta de 42 anos, desde sua legalização editada em 1874 (mas não cumprida), por empenho do Duque de Caxias como Ministro da Guerra e Chefe do Gabinete do Conselho de Ministros. Ideia que iniciou a implementar, mas que foi abandonada com sua saída da vida pública.

Serviço Militar assim definido pelo seu grande propagandista Olavo Bilac e atual Patrono do Serviço Militar, ao ser inquirido “O que é o Serviço Militar Obrigatório”? Resposta de Bilac:

“É o triunfo da Democracia. É o nivelamento das classes sociais. É a escola da Ordem, da Disciplina, da Coesão. É o laboratório da dignidade e do Patriotismo. É a instrução primária, a educação cívica e a higiene obrigatória. É a caserna, como filtro admirável, onde os homens se depuram e se apuram”.



Acima, uma das primeiras reuniões da LDN (Fonte: HEB, vol. 2, p. 808)



O contexto: a Primeira Guerra Mundial

A Grande Guerra de 1914/18, depois chamada de Primeira Guerra Mundial foi a mola propulsora das iniciativas e atividades que levaram as lideranças do país a propugnarem pela criação da Liga da Defesa Nacional e do Serviço Militar Obrigatório.

Os Tiros de Guerra receberam um forte incentivo, posto que a formação básica do combatente passava, como passa hoje, pela sua preparação como combatente/atirador.

Conforme o co-autor Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, o Brasil não enviou tropas para o Velho Continente porque não estava preparado para isso. Esta foi uma das fortes motivações da LDN para a mudança deste contexto e daquela realidade.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

As etapas da participação no conflito

Conforme o estudo do professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro Dr. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa em seu livro 'O Brasil e a Primeira Guerra Mundial'⁵, o Brasil, através de sua política externa, passou pelas seguintes etapas em relação ao conflito na Europa:

- a da neutralidade, entre agosto de 1914 e 22 de maio de 1917;
- a do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, em 11 de abril de 1917;
- a da revogação da neutralidade a favor dos Estados Unidos e, a seguir, a favor das demais potências aliadas, entre 22 de maio e 26 de outubro;
- a da beligerância, após 26 de outubro; e, finalmente,
- a da participação na conferência de paz (VINHOSA, 1990, P. 14).



⁵ Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

As medidas brasileiras

Conforme os autores Luiz Carlos Carneiro de Paula (Org.) e Aureliano Pinto de Moura⁶, o Presidente Hermes Rodrigues da Fonseca adotou as seguintes medidas no início da guerra:

- protesto à Alemanha pela invasão da Bélgica;
- declaração de neutralidade;
- proibição do atracamento de navios de guerra alemães em portos brasileiros;
- proibição do recrutamento de pessoal para lutar no exterior;
- proibição do armamento de navios corsários;
- proibição da exportação de material de guerra;
- proibição de instalações de rádio em apoio às nações beligerantes;
- internação de 46 navios mercantes estrangeiros ancorados em portos brasileiros; e
- instalação de uma guarnição militar na Ilha da Trindade.

O relacionamento brasileiro-alemão anterior à guerra

As relações comerciais eram normais, sendo que a Alemanha era o segundo principal parceiro comercial do Brasil. O primeiro era a Inglaterra. O Brasil exportava café, borracha, cereais, matérias-primas e alimentos. Importava produtos manufaturados. No início da guerra, a Alemanha ficou devendo ao Brasil o valor correspondente a um carregamento de café, compromisso honrado pelo governo alemão somente depois do final da guerra, como resultado da Conferência de Paz.

A influência alemã no meio militar brasileiro era marcante. Três turmas de oficiais brasileiros estagiaram arregimentados no Exército Alemão. A última turma, a de 1910, regressou ao Brasil com ideias renovadoras e seus integrantes fundaram a revista A Defesa Nacional, a qual circula até hoje. Foram apelidados de Jovens Turcos⁷. Um deles foi o porto-alegrense General Francisco de Paula Cidade, que não estagiou na Alemanha mas aderiu aos Jovens Turcos na fundação

⁶ Transformações e evolução das instituições militares no início do século XX (1989-1918). In: História Militar Brasileira II. Palhoça: UnisulVirtual, 2010, p. 153.

⁷ Em alusão aos Jovens Turcos do então Império Otomano, que também haviam estagiado no Exército Alemão e levaram ideias revolucionárias para o seu país (Nota do autor).

da revista ADN, juntamente com Brasília Taborda, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mario Clementino de Carvalho.

Entre 1905 e 1910, o Brasil importou da Alemanha 600.000 fuzis Mauser 7 mm e uma missão militar de instrução alemã no Brasil ficou programada, mas não chegou a ser executada.

A Liga Brasileira pelos Aliados (LBA)

Em 7 de março de 1915, lideranças brasileiras fundaram esta Liga, em apoio à Tríplice Entente e contra a Alemanha. O presidente era Rui Barbosa e a Liga contava também com destacados membros como Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Graça Aranha, Tobias Monteiro, Coelho Neto, José Veríssimo, Antônio Azeredo, Pedro Lessa, Barbosa Lima e outros.

Do lado contrário, simpáticos à Tríplice Aliança, estavam o deputado Dunshee de Abranches, Capistrano de Abreu, João Menezes, Said Ali e outros.

Oliveira Lima, Alberto Torres, Carlos de Laet e outros adotaram uma posição independente, enquanto João Pandiá Calógeras era tido como “galomaníaco”.

O Ministro das Relações Exteriores General Lauro Müller era acusado de ser germanófilo, mas o mesmo sempre negou isso (Vinhosa, 1990, P. 32).

Os primeiros ataques alemães

Em 3 de maio de 1916 o navio Rio Branco, que já não era brasileiro, operando a serviço da Inglaterra e tripulado parcialmente por noruegueses, é afundado pelo submarino alemão UB-27.

Em 3 de abril de 1917, ocorreu o afundamento do cargueiro Paraná pelo submarino alemão UB-32, às 2330 h, no Canal da Mancha, próximo ao Cabo Barfleur (França). Três brasileiros morreram. O navio carregava café e seu destino era o porto francês de Le Havre (Monteiro, 2014, p. 297).

O bloqueio naval alemão

A 31 de janeiro de 1917, o embaixador brasileiro em Berlim recebeu do governo alemão a notificação do bloqueio naval imposto à Grã-Bretanha, França e Itália. Era extensivo a nações neutras que importavam/exportavam com os países da Tríplice

Aliança. Informava também que a marinha alemã atuaria sem restrições ou aviso prévio.

Somente em 3 de fevereiro o governo brasileiro teve o conhecimento oficial, através de um telegrama da legação em Haia, que retransmitiu o telegrama de Berlim. O bloqueio não era direto e específico ao Brasil, mas atingia gravemente o comércio exterior com a Europa e com os EUA. Porisso, o Brasil não reconheceu o bloqueio.

A partir de 13 de fevereiro, o Grande-Almirante Alfred von Tirpitz, Ministro da Imperial Marinha alemã, “autorizou aos submarinos alemães afundarem todo e qualquer navio que entrasse na área de bloqueio sem cumprir as formalidades de vistoria” (UnisulVirtual, 2010, p. 154).

O rompimento das relações

A 11 de abril de 1917, em consequência do afundamento do Paraná, o Brasil rompe relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Conforme Luiz Carlos Carneiro de Paula e Aureliano Pinto de Moura⁸

A decisão do governo, considerada moderada, provocou protestos do povo brasileiro, pedindo a guerra.

Em um discurso inflamado, Rui Barbosa pede a declaração de guerra. Wenceslau Brás, Presidente do Brasil, abriu os portos nacionais para todas as nações aliadas, inclusive permitindo a visita de quatro encouraçados norte-americanos. Abertos os portos, navios brasileiros passaram a patrulhar o Atlântico Sul.

O comportamento alemão levou Wenceslau Brás a enviar ao Congresso Nacional proposta da declaração de estado de guerra com o Império Alemão.

Esta mensagem foi prontamente aprovada pelos congressistas no dia 26 de outubro (De Paula e Moura, 2010, p. 154).

De acordo com Francisco Vinhosa:

a notícia do torpedeamento do Paraná causou profunda indignação no Brasil. Grandes multidões desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro cantando a Marselhesa e dando vazão às suas revoltas atacando estabelecimentos comerciais pertencentes a alemães. Violências semelhantes ocorriam em outras partes do país, principalmente no Rio Grande do Sul (Vinhosa, 1990, p. 111).

⁸ Idem, p. 154.

No mesmo dia, estavam ancorados em portos brasileiros 44 navios mercantes alemães e dois austro-húngaros.

Os ataques seguintes

Em 20 de maio de 1917 o navio brasileiro Tijuca é torpedeado pelo submarino UC-36 e naufraga a cinco milhas de Brest, na costa francesa. Os sobreviventes foram recolhidos de uma baleeira e conduzidos a Portugal pelo navio Garenne (Monteiro, 2014, p. 297).

A 27 de julho, nas proximidades do Estreito de Gibraltar, o navio brasileiro Lapa foi afundado por três tiros de canhão do submarino alemão U-47. Um barco de pesca recolheu os sobreviventes de duas baleeiras (www.naufragiosdobrasil.com.br/1guerranavbrasil.htm).

A revogação da neutralidade

A 1 de junho de 1917, o Brasil revoga o Decreto de neutralidade na guerra. No dia seguinte, o governo brasileiro arresta, a título de “posse fiscal”, 44 navios mercantes alemães e dois austro-húngaros surtos nos portos nacionais, o que gera protestos do governo alemão.

Mais ataques

Entre 18 de outubro e 4 de novembro de 1917, mais três navios brasileiros foram atacados por belonaves alemãs:

- 18 de outubro: o cargueiro Macau, um dos navios alemães arrestados pelo Brasil, com destino ao porto francês Le Havre, foi torpedeado pelo submarino alemão U-93 a 200 milhas do Cabo Finisterra, costa da Espanha, e seu comandante feito prisioneiro. Este afundamento foi um dos principais motivos da entrada do Brasil na guerra.

- 4 de novembro: os navios brasileiros Guaíba e Acari são torpedeados pelo mesmo submarino alemão U-151 na saída do Porto de São Vicente, Cabo Verde (Monteiro, 2014, p. 297).

A Declaração de Guerra, a Lei de Guerra e o Estado de Sítio

Em 26 de outubro de 1917 o Presidente do Brasil Wenceslau Braz Pereira Gomes, com aprovação do Congresso, declara guerra à Alemanha. Até esta data, o Brasil era o único país sul-americano a declarar guerra a alguma das nações beligerantes.

A 16 de novembro foi sancionada a Lei de Guerra, a qual autorizou o governo a decretar o Estado de Sítio, até 31 de dezembro, nas partes do território da União onde fosse necessário e a tomar medidas preventivas e/ou de represália em relação a bens e súditos inimigos. O Estado de Sítio foi declarado no RJ, SP, PR, SC e RS (Moura, 2010, p. 155).

A Conferência Interaliada

Entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917 foi realizada em Paris, pelos países aliados, a Conferência Interaliada. Em face desta conferência, o Brasil decide enviar à Europa uma Missão Médica, um grupo de aviadores militares, e uma parte da Esquadra para a guerra anti-submarina.

A Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França

Externamente à Conferência Interaliada mas em função dela, sem condições de enviar uma força expedicionária à Europa, o governo autorizou a ida de um grupo de 27 oficiais do Exército para estagiar no Exército Francês sob a égide de uma Comissão.

Em 21 de dezembro de 1917, o Ministro da Guerra do Brasil Marechal José Caetano de Faria, através do Aviso Reservado nº 914, desta data, cria a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França (CEOAMF).

Esta Comissão foi para a Europa sob o comando do General Napoleão Felliipe Aché. Conforme o historiador militar Coronel Cláudio Moreira Bento, os oficiais foram os seguintes, além do General Aché:

- Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro;
- Majores João Baptista de Oliveira Brandão Júnior, Tertuliano de Albuquerque Potyguara, Rodrigo de Araújo Aragão Bulcão, Joaquim Moreira Sampaio e Firmino Antônio Borba;
- Capitães Praxedes Theódulo da Silva Júnior, Cleómenes Lopes de Siqueira, João Affonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira e Manoel Esteves de Assis;

- 1ºs Tenentes José Nery Eubanck da Câmara, Alzir Mendes Rodrigues Lima, Izauro Regueira, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Cristóvão de Castro Barcellos, Carlos da Rocha Fernandes, Demócrito Barbosa, Sebastião do Rego Barros e Álvaro Arêal; e

- 2ºs Tenentes Mário Barbedo, Bento Ribeiro Carneiro Monteiro, Carlos de Andrade Neves, Onofre Muniz Gomes de Lima, Octávio Monteiro Aché e Ildefonso Escobar (Bento, 1991, p. 145).

Conforme Aureliano Moura, o caso mais famoso foi o do Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que comandou pelotões de cavalaria de três regimentos diferentes, sendo que, no 504º Regimento de Dragões, chegou a comandar uma subunidade equipada com carros de combate Renault FT-17 (Moura, 2010, p. 155).

Conforme o Cel Cláudio Moreira Bento⁹, as contribuições trazidas por esses oficiais foram:

- a influência para a contratação de missões francesas para o Exército e para a Aviação Militar;
- a introdução dos blindados no EB;
- a reformulação do ensino no Exército, nos moldes da França;
- a idealização da construção da Academia Militar das Agulhas Negras e suas tradições;
- a implantação da Aviação Militar;
- a doutrina para defesa e emprego de gases; e
- a atualização das doutrinas da Artilharia de Costa, da de Campanha, de Infantaria, de cavalaria e de Saúde (Bento, Cipel, 2014, p. 13).

O afretamento dos navios alemães

Atendendo ao interesse da França, a 3 de dezembro de 1917, o Brasil e aquele país firmaram um convênio por um ano para o afretamento de 30 dos 46 navios alemães/austriacos arretados, que estavam de posse da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

Os outros navios brasileiros atacados

Entre janeiro e agosto de 1918, mais dois navios brasileiros foram atacados, o Taquari, alvejado a 2 de janeiro na costa inglesa, e o Maceió, a 3 de agosto, torpedeado e afundado pelo submarino U-43 na costa NE da Espanha (Monteiro, 2014, p. 297).

⁹ Revista do Cipel, 2014, p. 13.

Os aviadores navais brasileiros na Inglaterra, França, EUA e Itália

Conforme Valterian Braga Mendonça (p. 8), em 25 de agosto de 1916 a Marinha havia criado a Escola de Aviação Naval e a Flotilha de Aviões de Guerra na Ilha das Enxadas, Baía da Guanabara. Não existia a Força Aérea Brasileira e a Marinha “estava na vanguarda com seu treinamento em hidroplanos” (McCann, 2009, p. 239).

Em 18 de janeiro de 1918, seguiu para a Inglaterra um grupo de 12 oficiais aviadores e um sub-oficial da Marinha de Guerra brasileira, mais um do Exército, todos solteiros, para treinamento e missões de combate junto à Royal Naval Air Service (futura RAF). Foram os seguintes os militares enviados para a Inglaterra:

Marinha:

- Capitão-Tenente Manoel Augusto Pereira de Vasconcellos;
- Primeiros-Tenentes Virgínius Brito de Lamare, Heitor Varady, Fabio Sá Earp, - Belisário de Moura, Eugênio Possolo¹⁰, Mário da Cunha Godinho e Fileto Santos;

Segundos-Tenentes: Olavo Araújo¹¹, Lauro Araújo e Epaminondas Gomes dos Santos;

- Sub-oficial: Antônio Joaquim Júnior;

Exército:

- Segundo-Tenente: Aljatar de Araújo Martins (Monteiro, 2014, p. 308).

Para os EUA seguiram, para treinamento, dois oficiais e dois sub-oficiais, todos casados, os quais “atuaram em unidades de patrulha anti-submarina” (Idem). Dois deles foram os Tenentes Victor de Carvalho e Silva e Raul Ferreira de Vianna Bandeira. Além destes, “outros aviadores brasileiros chegaram a servir em unidades francesas [...] em missões de guerra, onde alguns perderam a vida” (Moura, 2010, p. 155). Para a Itália, no final de 1918, fruto da compra de material aéreo italiano pela Marinha, foi enviada uma equipe comandada pelo então Capitão-de-Corveta Protógenes Guimarães, a qual recebeu completo treinamento mas não chegou a combater.



¹⁰ Morto em acidente (Monteiro, 2014, p. 307), em choque de seu aparelho com outro avião.

¹¹ Acidentado em serviço, com fratura em uma das pernas.

A Divisão Naval de Operações de Guerra

Pelo Aviso Ministerial nº 501, de 30/01/1918, foi constituída a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), da Marinha brasileira, para atuar na guerra ao lado dos Aliados. O comandante foi o Almirante Pedro Max Fernando de Frontin. Em 1 de agosto ela partiu de Fernando de Noronha com destino a Gibraltar, formada por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um navio auxiliar e um rebocador. Sua missão era patrulhar o Atlântico Norte, subordinada à Marinha Inglesa. Os cruzadores foram o Bahia e o Rio Grande do Sul; os contratorpedeiros foram o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina; o cruzador foi o Belmonte; e o rebocador foi o Laurindo Pitta (Vinhosa, 1990, p. 169).

Em 9 de agosto, a DNOG chega a Freetown, Serra Leoa, permanecendo 14 dias, quando muitos marinheiros foram atacados pela Gripe Espanhola. No final deste mês, já em Dakar, a tripulação foi novamente atacada, com a morte de mais de 100 marinheiros. Ela ficou imobilizada em Dakar por dois meses e em 10 de novembro chegou a Gibraltar. O total de mortos pela gripe foi de 156 marinheiros.

Com o fim da guerra no dia seguinte, 11, após visitas a países europeus aliados sob convite, a DNOG retornou, chegando ao Rio em 9 de junho de 1919, marcando o fim da participação brasileira. Em 25 de junho, foi oficialmente extinta.

A Missão Médica Militar Brasileira

Em 16 de agosto de 1918, partia da Praça Mauá (Rio) no navio francês La Plata a MMB, sob a chefia do Coronel Médico em Comissão José Thomaz Nabuco de Gouveia para atuar na França. Contava com 67 médicos, 15 doutorandos, farmacêuticos, intendentes e pessoal de apoio, totalizando 131 integrantes. Após uma escala em Dakar, quando quatro componentes da Missão foram vitimados pela gripe espanhola, a MMB chegou ao porto de Marselha, em 24 de setembro. Alguns médicos foram destinados ao interior da França, mas a maioria foi:

trabalhar na instalação do Hospital Militar Brasileiro em um antigo convento jesuíta na rua Vaugirard em Paris. Terminada a guerra [...] o hospital foi doado à Faculdade de Medicina de Paris. Hoje, uma placa de bronze enfeitada a fachada [...] onde se pode ler 'Hôpital Brésilien' (Ibidem, p. 157).

Em fevereiro de 1920 a MMB foi extinta.

As Divisões Navais de patrulhamento

Três divisões navais foram organizadas para o patrulhamento marítimo do litoral brasileiro contra navios de guerra alemães:

- a do Norte, com sede em Belém;
- a do Centro, com sede no Rio; e
- a do Sul, com sede em São Francisco do Sul.

Outras repercussões

Conforme a revista *Nosso Século* - 1910/1930¹², em algumas cidades do Brasil houve manifestações populares a favor e contra a guerra. As passeatas realizadas em Porto Alegre em outubro de 1917 passaram da atitude pacífica para ataques a estabelecimentos comerciais de propriedade de alemães ou descendentes como o Hotel Schmidt, a Sociedade Germânia, o Clube Turne-bund (atual Sogipa) e o jornal *Deutsche Zeitung*, que foram invadidos, pilhados e queimados.

Em 16 de outubro de 1918, o Brasil proibiu o funcionamento de três bancos alemães instalados no país.

A 1 de dezembro, terminada a guerra, o senador Rui Barbosa (1849-1923) recusa o convite do Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves para chefiar a Delegação Brasileira para a Conferência de Paz, sendo designado Epitácio Pessoa para a missão.

Em 9 de setembro de 1919, em Paris, ocorreu a assinatura do contrato para a vinda da Missão Militar Francesa de instrução para o Exército Brasileiro, chefiada pelo General Maurice Gamelin.

As vantagens obtidas pelo Brasil pela participação no conflito

Basicamente, foram o ressarcimento, pelos alemães, de um carregamento de café anterior à guerra, a posse brasileira dos navios alemães arrestados antes do Brasil se tornar beligerante e também um lugar de Membro Provisório no Conselho Executivo da Liga das Nações.

¹² 1917: a Guerra Mundial se prolonga nas cidades brasileiras. In: *Abril Cultural*, São Paulo, nº 15, 1980, p. 39.

Epílogo

O Professor Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, na Apresentação da sua obra, assim se referiu à participação brasileira na guerra:

Não nos propusemos a estudar somente o papel desempenhado pelo Brasil como beligerante, o que foi uma aventura funesta, marcada pela insensibilidade oportunista de nosso governo...(Vinhosa, 1990, p. 14).

Sem dúvida, uma posição pessimista do historiador brasileiro, mas fiel à concepção do jornalista, historiador e diplomata inglês Edward Hallett Carr¹³ (Opus Cit, p. 18)

o passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado (Vinhosa, 1990, p. 18, Apud. Carr, 1918, p. 49).

Conforme o mesmo autor, a principal mudança nas relações comerciais brasileiras advindas com a guerra foi a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos da América como “potência dominante da vida econômica brasileira” (Vinhosa, 1990, p. 18), posição que, apesar das mudanças globais na totalidade capitalista, se mantém até hoje, atualmente, porém, ameaçada pela China.



¹³ CARR, E. H. O que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Os Estatutos da LDN

É o seguinte o texto dos Estatutos da LDN¹⁴ (grafia da época).

ANEXO S - Primeiro Estatuto da Liga da Defesa Nacional

Acha-se fundada no Rio de Janeiro, com séde provisoria à rua do Ouvidor 89, a Liga da Defesa Nacional, sociedade de que fazem parte os vultos mais eminentes do paiz, congregados pelo desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação. Empenhados, como andamos, pelos mesmos ideaes, embóra no restricto aspecto da effiçencia militar, é com vivo jubilo que saldamos a patriotica associação que num ambito mais vasto se propõe a fortalecer o caracter nacional, imprimindo aos brasileiros confiança em seu proprio valor. Publicaremos a seguir os estatutos da benemerita instituição.

I - ESTATUTOS DA LIGA DA DEFESA NACIONAL

Art. 1. A Liga da Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1916, independente de qualquer credo politico, religioso ou philosophico, e destinada, dentro das leis vigentes do paiz, a congregar os sentimentos patrioticos dos Brasileiros de todas as classes, tem por fim:

- a) manter em todo Brazil a idéa da cohesão e integridade nacional, procurando facilitar e desenvolver as communicações moraes e materiais entre as unidades da Federação;
- b) propagar a educação popular e profissional;
- c) Difundir, nas escolas primarias, profissionaes secundarias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os

¹⁴ (Registrados no Registro de Título e Documentos – 1º Officio, do Rio de Janeiro, Livro nº 3 do Registro de Sociedades Civis sob o nº 1.324 de 5 de dezembro de 1922 e publicados no nº 282 do Diário Oficial de 23 de dezembro de 1922).

lares, officinas, corporações e associações, a educação civica, o amor à justiça e o culto do patriotismo;

d) defender o trabalho nacional, a lavoura, a industria, o commercio, as sciencias e artes e interessar-se por todas as questões que importarem á prosperidade, á segurança e dignidade do paz.

e) combater o analphabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes;

f) desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiros e batalhões patrioticos, quando autorisados por lei;

g) apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar;

h) aconselhar e facilitar a instrucção militar em collegios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orphanatos, institutos de assistência publica e particular, associações de commercio, indústria, beneficencia sports e diversões.

i) estimular e avivar o estudo e o amor da Historia do Brazil e das nossas tradições;

j) fazer a propaganda da Liga no lar e em publico, por meio de conferencias, comicios, livros, folhetos, revistas, jornaes, festas publicas e prêmios;

k) publicar um cathecismo civico, e livros de educação patriotica, destinados á infancia e adolescentes, para distribuição gratuita:

l) robustecer o sentimento da pátria entre os Brasileiros residentes no estrangeiro;

m) promover o ensino da lingua patria nas escolas estrangeiras existentes no Brazil, e a criação de escolas primarias nos nucleos coloniaes.

Art. 2. A Liga da Defesa Nacional terá um Directorio Central, com um Presidente, onze Vice-Presidentes, uma Comissão Executiva e um Conselho Fiscal, e Directorios Regionaes em todos os Estados.

II - DO DIRECTORIO CENTRAL

Art. 3. O Directorio Cental, permanente, terá sempre cincoenta membros; em caso de morte, desistencia ou perda de cargo, as vagas serão preenchidas por maioria de votos dos presentes.

a) A sede do Directorio Central será no Rio de Janeiro;

b) O Directorio Central superintenderá toda a acção material e moral da Liga, por meio da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, e dos Directorios Regionaes.

c) O Directorio Central nomeará os membros da Comissão Executiva e dos Directorios Regionaes; e nomeará tantas Comissões quantas julgar necessarias, constituídas por membros seus, ou por socios adherentes, encarregadas de estudar e fiscalizar as questões incluídas no programma; O Directorio Central nomeará os tres membros do Conselho Fiscal, cujo mandato será renovado de 2 em 2 annos.

III - DO PRESIDENTE DA LIGA

Art. 4. O Presidente da Liga será sempre o Presidente da Republica.

IV - DOS VICE-PRESIDENTES DA LIGA

Art. 5. Os onze Vice-Presidentes da Liga serão sempre membros do Directorio Central:

- a) serão eleitos de dois em dois annos;
- b) a sua precedencia será regulada pela idade.

V - DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 6. A Comissão Executiva do Directorio Central compor-se-á de: um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretario Geral, um Primeiro e um Segundo Secretario, e um Thesoureiro, eleitos para dois annos e pela assembléa geral do Directório, podendo ser reeleitos.

- a) A Comissão Executiva dirigirá todos os trabalhos da Liga;
- b) No fim de cada anno social, em 7 de setembro, apresentará ao Directorio Central, por meio do Conselho Fiscal, um relatorio de todos os seus trabalhos, com a exhibição minuciosa e documentada da receita e da despeza, e da gestão dos fundos da Liga;
- c) No caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas, dentro do anno social, pela escolha dos outros vice-presidentes da Liga.

VI - DO CONSELHO FISCAL

Art. 7. O Conselho Fiscal, que se comporá de tres membros, inspeccionará o estado financeiro e economico da Liga e a applicação dos seus haveres; e examinará, sempre que entender, todos os documentos convenientes ao seu estudo. Dará, nas épocas previstas pelos Estatutos, o seu parecer por escripto.

VII - DOS DIRECTORIOS REGIONAES

Art. 8. Em cada Estado do Brazil haverá um Directorio Regional de dez a vinte e cinco membros permanentes; em caso de morte, desistencia ou perde de cargo, as vagas serão preenchidas pela nomeação do Directório Central. Estes Diectorios Regionaes:

- a) elegerão as suas Comissões Executivas, com Presidente, Vice-Presidente, Secretario e Thesoureiro;
- b) estabelecerão, sempre que o julgarem necessario, em todas as cidades e nucleos de população, Commissões de Delgados;
- c) dirigirão a acção e a propaganda da Liga nos Estados, de accôrdo com estes Estatutos;
- d) organizar-se-ão por meio de regimentos internos, de accôrdo com estes Estatutos.

Art. 9. Os Presidentes dos Directorios Regionaes serão sempre os Presidentes ou Governadores dos Estados.

VIII - DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10. O Presidente da Commissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, representará esta, em todos os actos, para todos os fins sociaes e juridicos.

IX - DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 11. O Vice-Presidente da Commissão Executiva, que será sempre um dos Vice-Presidentes da Liga, auxiliará e substituirá o Presidente nos seus impedimentos.

X - DO SECRETÁRIO GERAL

Art. 12. O Secretário Geral da Comissão Executiva e da Liga, que será sempre um membro do Directorio Central, dirigirá todo o serviço de correspondencia da Liga. Será auxiliado e substituido em seus impedimentos, pelo Primeiro e pelo Segundo Secretario, respectivamente. Poderá nomear os auxiliares da Secretaria, que julgar necessarios. Será responsavel pela acção da Secretaria.

XI - DO THESOUREIRO

Art. 13. Ao Thesoureiro da Commissão Executiva e da Liga competirá: a arrecadação, depósito, emprego, despesa e movimento geral das contribuições, donativos legados, e de todos os fundos da Liga. Escolherá livremente os contadores, que julgar necessários. Será responsavel pela acção da Thesouraria, recolhendo a bancos os fundos sociaes.

XII - DOS SOCIOS

Art. 14. Haverá duas categorias de Socios adherentes: I - associações: II- indivíduos.

Art. 15. As associações ou ligas adherentes à Liga da Defesa Nacional darão a contribuição anual de 100\$000, em prestações semestraes ou annuaes.

Art. 16. Os Sócios adherentes serão:

- a) Honorarios: os que prestarem serviços relevantes a Liga;
- b) Beneméritos - os que oferecerem à Liga um donativo nunca inferior a 1:000\$000 em uma só prestação, ficando isentos de qualquer contribuição mensal ou annual.
- c) Effectivos - os que contribuirem com a quota annual de 12\$000 em prestações mensaes, trimestraes, semestres e annuaes.
- d) Remidos - as corporações, que fizerem uma contribuição única de 500\$000, e os indivíduos, que fizerem uma contribuição unica de 200\$000.

Art. 17. Serão considerados sócios effectivos e gratuitos todos os professores e sacerdotes que adherirem à Liga.

XIII - DOS FUNDOS DA LIGA

Art. 18. Os fundos da Liga serão constituídos por donativos, legados, etc., e pelas contribuições dos socios.

a) Os donativos, legados etc., provindos de todos os pontos do territorio nacional ou do estrangeiro, serão entregues à Comissão Executiva e por ella administrados e empregados, com assistencia do Conselho Fiscal, destinando-se o principal a constituição do patrimonio da Liga.

b) Das contribuições feitas pelos socios adherentes dos estados aos Directorios Regionaes, 50% serão por estes applicados, para as despesas locaes de expediente; e os 50% restantes serão entregues ao Directorio Central.

c) A Commissão Executiva sustentará e pagará todas as despesas da acção e da propaganda, que se incluem nas alíneas de a a m do Art. 1.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 19. A Liga da Defesa Nacional nunca poderá intervir em lutas eleitoraes, nem em discussões ou propagandas partidarias, políticas ou religiosas; mas intervirá sempre, a titulo de centro de conselho e de continuidade, nas questões de educação, nos problemas sociaes de protecção e de defesa collectiva, dirigindo-se, dentro das garantias da Constituição do paiz, aos governos e ao povo.

Art. 20. Os fundos da Liga nunca poderão ser desviados dos fins especiaes de educação e de defesa nacional, de accordo com alíneas a a m do Art.1.

Art. 21. Sem que o texto seja previamente submetido, no Rio de Janeiro, a consulta do Directorio Central, e nos Estados, à dos Directorios Regionaes – nenhuma publicação poderá ser feita, com o nome da Liga pela imprensa ou pela tribuna.

Art. 22. A idoneidade dos adherentes será julgada pela Comissão Executiva do Directorio Central, ou, nos Estados, pelas Commissões Executivas dos Directorios Regionaes, competindo

ao Directorio Central e aos dos estados resolver sobre a escolha dos socios honorarios.

Art. 23. No caso de ser dissolvida a Liga da Defesa Nacional, o patrimonio será destinado a instituições de instrucção primaria, profissional, militar e cívica, ao alvitre do Directorio Central e ouvido o Presidente da Liga.

Art. 24. As omissões destes Estatutos serão suppridas pelas disposições do Regimento Interno.

Art. 25. A reforma destes Estatutos só poderá ser feita por maioria absoluta dos votos dos membros do Directorio Central e dos Directorios Regionaes.

Art. 26. Os socios da Liga não respondem subsidiariamente pelas obrigações, que os seus representantes contrahirem, expressa ou intencionalmente, em nome da mesma Liga.

Art. 27. O numero de sócios da Liga da Defesa Nacional será illimitado. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1916.

Presidente da Liga – Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República. Vice-Presidentes – Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Almirante Alexandrino de Alencar, Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, General Caetano de Farias, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Osório de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Miguel Couto e Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. Comissão Executiva – Dr. Pedro Lessa, presidente; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente; Olavo Bilac, secretario-geral; Felix Pacheco, 1º secretario; Dr. Joaquim Luiz Osório, 2º secretario; Affonso Viseu, Thezoureiro. Conselho Fiscal – Dr. Homero Baptista, Dr. Alberto de Faria, Dr. Guilherme Guinle. Directorio Central – Conde de Affonso Celso, presidente do Instituto Historico, director da Faculdade Livre de Sciencias Jurídicas e Sociaes, da Academia Brasileira; Affonso Vizeu, commerciante; Alberto de Faria, capitalista; Almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha; Dr. Alfredo Ellis, senador federal pelo Estado de São Paulo; Dr. Aloysio de Castro, director da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Alvaro Zamith, presidente da Federação Brasileira de Sports; Antonio Antunes de Figueiredo, presidente da Federação das Sociedades do Remo; Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, deputado federal pelo Estado de Minas Geraes; Antonio Muller

dos Reis, director commercial do Lloyd Brasileiro; Dr. Augusto Daniel de Araújo Lima, director do Collegio Pedro II; Dr. Augusto Oympio Viveiros de Castro, ministro do Supremo Tribunal Federal; Dr. Bernardo Monteiro, senador federal pelo Estado de Minas; Candido Gaffrée, industrial; Conselheiro Candido de Oliveira, ex-ministro de Estado, director da Faculdade Livre de Direito; Conde Carlos de Laet, da Academia Brasileira, professor; Dr. Carlos Peixoto, deputado federal pelo Estado de Minas; Dr. Cícero Peregrino da Silva, director da Bibliotheca Nacional; Dr. Clovis Bevilaqua, da Academia Brasileira, con-sultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores; Felix Pacheco, da Academia Brasileira, publicista; Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, ex-presidente da Republica, agricultor; Dr. Gabriel Ozório de Almeida, presidente do Conselho Municipal, vice-presidente do Centro Industrial e Agricultor; Guilherme Guinle, industrial; Henrique Coelho Netto, da Academia Brasileira, deputado federal pelo Estado do Maranhão; Dr. Homero Baptista, presidente do Banco do Brazil, agricultor; Almirante Innocencio de Lemos Bastos; Marechal Jeronymo de Moraes Jardim; Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, ex-presidente de Conselho de Ministros; Dr. João Galeão Carvalhal, deputado federal pelo Estado de S. Paulo; João G. Pereira Lima, presidente da Associação Commercial; Dr. João Pandiá Calogeras, Ministro da Fazenda; Dr. João Texeira Soares, ex-presidente do Clube de Engenharia, agricultor; Dr. Joaquim Luiz Osório, estancieiro, deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul; Joaquim Souza Ribeiro, presidente da Liga Metropolitana de Sports Athletics; Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brazil; Marechal Jose Bernardino Bormann; General Jose Caetano de Faria, Ministro da Guerra; Almirante Julio Cezar de Noronha; Dr. Luiz Soares dos Santos, senador federal pelo Estado do Rio Grande do sul; Dr. Miguel Calmon, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, escrivão dos expostos da Santa casa de Misericórdia; Dr. Miguel Couto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, presidente da Academia Nacional de Medicina; Conselheiro Nuno de Andrade, professor e publicista; Olavo Bilac, da Academia Brasileira; Oscar de Porciúncula, estancieiro; Dr. Oscar Lopes, presidente da Sociedade Brasileira de Homens de Lettras; Dr.

Oswaldo Gonçalves Cruz, da Academia Brasileira, director do Instituto de Manguinhos; Dr. Pedro Lessa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da Academia Brasileira; Dr. Raul Pederneiras, presidente da Associação de Imprensa; Conselheiro Ruy Barbosa, presidente da Academia Brasileira, senador federal pelo Estado da Bahia; Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, do Cabido Metropolitano.

Observação: Publicado na Revista de Assumptos Militares, a partir do nº 38, de 10 de novembro de 1916.



A Sessão de Instalação do Diretório Central da LDN (Fonte: Fanti, 2010, p. 191/192)

ATA PRIMEIRA

Às dezessete horas de 7 de Setembro de 1916, no salão das conferências da Biblioteca Nacional, foi aberto a sessão de instalação do Diretório Central da Liga da Defesa Nacional estando presentes os senhores General CAETANO DE FARIA, OLAVO BILAC e tantos outros que o tempo não nos permite nominar.

Aberta a sessão o Sr. OLAVO BILAC procedeu a leitura de telegramas do conselheiro RUI BARBOSA SILVA e Marechal JERÔNIMO JARDIM, excusando-se por não poderem comparecer e protestando solidariedade à ideia de fundação da Liga de Defesa Nacional.

Terminada a leitura do expediente, falou o Sr. OLAVO BILAC, que proferiu o seguinte discurso: "Peço permissão para poucas palavras - não um discurso - apenas uma singela nota, que explica sumariamente os motivos desta primeira reunião. A LIGA NACIONAL DE DEFESA está criada. Contendo representantes de todas as classes produtoras e defensoras do país, este diretório central, se não congrega todos grandes nomes do Brasil (o que seria impossível), congrega alguns dos maiores, dos mais belos e respeitados, alguns que já fazem parte do patrimônio moral da nossa terra. Perdoareis, de certo, o meu atrevimento pela simplicidade, clareza e brevidade do que vou dizer.

O país já sabe, pela fama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional-militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.

O intuito principal dos que animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistência e de conselho, de perseverança e de continuidade para a ação dos dirigentes e para o labor tranquilo e assegurado dos dirigidos.

O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciência própria nunca estiveram ausentes do maior número das almas brasileiras. Mas, esses sentimentos oscilam e vacilam numa vaga dispensação; e, nessa mesma dispensação deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados.

A extensão do território, a pobreza da comunicação, o acordo pouco definido de uma federação mal compreendida, a mingua de ventura em muitos sertões desamparados, a inópia da instrução popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desânimo prostam os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a comunhão enfraquece-se. É o tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarquia e essa tendência para o desmembramento.

O protesto e a reação estão nesta Liga, cujo título é claro e sintético. A defesa nacional é tudo para a Nação. É o lar e a Pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o tra-balho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das Leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política, a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.

Todo este programa vasto e complexo não pode ser estudado e esclarecido pela minha palavra incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje confiar-vos esta missão altamente nobre.

Pedimos às vossas luzes um estatuto para a Liga em um corpo de doutrina e de exemplos, de boa palavra e de boa ação, que sejam garantia de conforto para o governo e para o povo.

As vossas mão entregamos toda a segurança do Brasil. Na minha consciência, na humildade de minha fervorosa esperança, acredito que este dia será para nossa História o complemento e o remate da obra de 7 de setembro de 1822.

Ata da Primeira Reunião da LDN – 1916

A partir da página seguinte, e por mais cinco páginas, transcrevemos a Ata da Primeira Reunião da LDN no Rio de Janeiro em 1916.

Acta 1ª

Às dezesseis horas de 7 de Setembro de 1916, no salão das conferências da Bibliotheca Nacional, foi aberta a sessão de instalação do Directorio Central da Liga da Defesa Nacional, estando presentes os senhores General Pacheco de Pereira, Sr. Pedro Lemos, Sr. Miguel Palmom, Almirante Julio Figueira de Noronha, Tenente Coronel Bernardino Monteiro, Oscar da Bacurucula, Conselheiro João Alfredo Pereira de Oliveira, Promotor da Publicação dos Leis, Conselheiro Nuno de Andrade, Sr. Guilherme Guimaraes, Membro Vicente Lemos, Sr. Flixo Lourenço da Silva, Sr. Honório Baptista, Affonso Vidau, Candido Gaffrin, Almirante Teófilo Bastos, Sr. João Teófilo Soares, Sr. Alberto de Faria, Sr. Oscar Lopes, Alvaro Ramalho, Sr. Osorio de Almeida, Jorge Stuart, Sr. Raul Pederniras, Sr. Pereira Lima, Tenente Coronel Santos, Tenente Bastos de Lact, Sr. Joaquim Luis Osorio, Sr. Arago Lima, Tenente de Affonso Flixo, Felto Netto, Sr. Miguel Flixo, Felix Pacheco, Marechal José Bernardino Boorman, Joaquim de Sousa Ribeiro e Olavo Bilac.

Convidado a occupar a cadeira da presidencia o Sr. General Pacheco de Pereira, aquiesceu, sentando-se a direita de s. ex. o Sr. de Pedro Lemos e a esquerda os Srs. Olavo Bilac e Sr. Miguel Palmom.

Aberta a sessão, o Sr. Olavo Bilac procedeu a leitura de telegrammas dos Srs. Conselheiros Ruy Barbosa, Conselheiro Rodolpho Alves, Marechal Jernonymo Jardim, Tenente Coronel Alfredo Ellis e Deputado Antonio Parlos e encasando-se por não poderem comparecer e protestando inteira solidariedade a idea da fundação da Liga da Defesa Nacional.

o Sr. Cláudio Belas, que proferiu o seguinte discurso: -
'Reço permissão para poucas palavras - não um
discurso - apenas uma simples nota, que explique sum-
mariamente os motivos desta primeira reunião. ... O
patriotismo e a influencia, a fé e a responsabilidade,
a abnegação e o credito - dos Sr. Pedro Lessa e Miguel
Salmon conseguiram reunir-vos. Apellando para
a vossa competencia, para a vossa sabedoria e para
o vosso fervor patriótico, esse duo grandes brasileiros
viram coroada de triumpho a sua nobre iniciativa.
A Liga da Defesa Nacional está fundada. Pontua-
do representantes de todas as classes productoras
e defensoras do paiz, esta Direcção Central, se não
congrega todos os grandes nomes do Brasil. (o
que seria impossivel), congrega alguns dos maio-
res, dos mais bellos e respeitádos, alguns que já
fazem parte do patrimonio moral da nova terra.
Perdoai-me, de certo, o meu atrevimento, attendendo
a estas attenuantes: a simplicidade, a clareza, a
brevidade do que vou dizer. O paiz já
sabe, pela fama, o que esta Liga pretende fazer:
estimular o patriotismo consciente e cohesivo; -
propagar a instrucção primaria, profissional,
militar e civica; e defender: com a disciplina
o trabalho; com a força - a paz; com a conscien-
cia - a liberdade; e com o culto do heroismo, a
dignificação da nossa historia e a preparação
do nosso por vir. O intuito principal do
que nos animam e' este: a fundação de um centro
de iniciativa e de encorajamento, de resistencia
e de conselho, de perseverança e de continuidade
para a acção dos dirigentes e para o labor
tranquillo e assegurado dos dirigidos. O
patriotismo individual, a crecha pessoal

a consciência própria nunca estiveram ausentes - de
maior numero das almas brasileiras. Mas, estes
sentimentos oscilam e vacillam numa vaga disper-
são; e, nessa mesma dispersão deploravel, perdem-
se e dissipam-se os esforços isolados. A natureza
do território, a pobreza das communicações, o accorde
pouco definido de uma federação mal comprehendida,
a mengua da cultura em muitos setores desampara-
dos, a escassa da instrução popular sustentam
e aggravam esta desorganização. A desconfiança e
o desanimado prosternem os fortes; o descontentamento
e a indisciplina imitam os fracos; a communhão
enfraquece-se. É tempo de protestar e de
reagir contra esse fermento de anarchia e essa
tendência para o desmembramento. ①

protesto e a acção estão nesta Liga, cujo titulo
é claro e synthetico. A defesa nacional é
tudo para a Nação. É o lar e a Patria; a
organização e a ordem da familia e da socie-
dade; todo o trabalho, a lavoura, a industria,
o commercio; a moral domestica e a moral po-
litica; todo o mecanismo dos leis e da adminis-
tração; a economia, a justiça, a instrução; a
cidade, a officina, o quartel; a paz e a guerra;
a historia e a politica, a poesia e a philosophia;
a sciencia e a arte; o passado, o presente e o fu-
turo da nacionalidade. Todo este

programma vasto e complexo não pode ser
estudado e esclarecido pela minha palavra
incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje
confiar-vos esta missão altamente nobre. Ge-
damos as vossas luzes um estatuto para a Liga
e um corpo de doutrinas e de exemplos, de boa
palavra e de boa accção, que sejão gu- - e

Spoto, Sr. Nuno de Andrade e Monsenhor Vicente Lustosa. O Sr. General Factans de Faria, submetendo a approvação da assembleia essas propostas, declarou que na referente a directoria não era indicado o presidente por ficar substituido: que o Secretário da Liga seria sempre o Presidente da Republica.

As propostas foram approvadas por aclamação, depois de breves palavras sobre a commissão de estatutos proprias pelo Sr. Fonde de Affonso felles que hinharon a conveniencia de nella figurarem os Srs. Pedro Lessa, Miguel fallmon e Olavo Bilac, o que ficou resbido uma moniment.

Proru un seguida o Sr. Pedro Lessa que, disse ser a Liga da Defesa Nacional obra de Olavo Bilac, criação que sebbou, citando como marco memoravel da actual campanha civica a conferencia do poeta em S. Paulo.

O Sr. Pedro Lessa tem tambem referencias economicas para o Sr. Miguel fallmon, sabentando o seu papel ao lado de Olavo Bilac na fundação da Liga.

Por ultimo fallou o Sr. Miguel fallmon apologizando a obra de Olavo Bilac e o concurso do Sr. Pedro Lessa, tornando publica a satisfação que dominava a Commissão que se intenden com o Sr. Presidente da Republica sobre a Liga da Defesa Nacional, acolhida com a maior sympathia e enthusiasmo pelo Chefe da Nação, o mesmo Sr. D. Wenceslau - Braz.

O Sr. General Factans de Faria agradeceu a presença do directorio e encerrou os trabalhos - at decerto horas.

Durante a sessão presen-
tou guarda de honra o 7º batalhão de
m. l. 1 (1.º - 2.º 5) Da 1.ª l. -

conforto para o governo e para o povo. As nossas
mãos, untegamos toda a segurança do Brasil...
Quisemos que esta primeira reunião do Directorio
Genuino se realisasse neste dia. Assim celebramos
sua solemnidade, mas com o simples e sereno res-
peito dos verdadeiros crentes, o annunciaro da
Independencia... Quisemos que esta celebração
se fizesse neste logar, na casa dos livros, no
templo das ideias, no cerebro do Brasil...

Na minha consciência, na humildade da
minha fervorosa esperança, acredito que este
dia sera para a nossa historia o complemento
e o remate da obra de 7 de Setembro de 1822.

Inaugura-se hoje a victoria inteira da ver-
dadeira independencia da nossa nacionalidade.

Recebo com carinho a Liga da Defesa Na-
cional, creação de Pedro Lessa e Miguel Palmeira.
Deus vos inspire e a Patria vos abençoe. — »

O sr. pandeiro Gaffner, pedindo a palavra, propoz
que a directoria da Liga ficasse assim constituida:
Vice-Presidentes, General factâneo de Faria, conselheiro
João Alfredo Pereira de Oliveira, Almirante Alexan-
drino de Alencar, conselheiro Ruy Barbosa, conselheiro
Francisco de Paula Rodriguez Alvez, Mon-
senhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Oton
de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandia
Palogiras, Dr. Miguel Founte, Dr. Miguel Palmeira
du Pin e Almeida. E, mais propoz para a
Commissão de estatutos os srs. fonde de Affonso Felles,
poelle Netto, Felix Pacheco, Romero Baptista,
Jonquin Luiz Barros, Alfredo Ellis, Marechal
Bormann, Almirante Julio de Noronha, Dr.
Raul Pederneras, Dr. Severina Lima, Alberto
de Faria, Bernardo Monteiro, Dr. Miguel

V.
do edificio da Bibliotheca Nacional re-
cebeu o Directorio Central da Liga da
Defesa Nacional continuencias do batallão
do regimento São m.º 4.º que, prestou por
sua vez as devidas honras ao General Fac-
tans de Sácia, Ministro da Guerra. —

Foi approvada a reunião desta data. 28 de setembro de
1916. Olayo Silva

A proposta de atomização da LDN pelo Brasil

Conforme Tiago Siqueira de Oliveira (2012), em uma Assembleia Geral realizada em 29 de janeiro de 1917, foram estabelecidos os parâmetros para a criação de Diretórios Regionais. Ficou estabelecido que os Diretores Regionais seriam os seguintes:

- Amazonas: Dr Pedro de Alcântara Bacellar (Presidente do Estado);
 - Pará: Dr Antonio Martins Pinheiro (Presidente do Estado);
 - Maranhão: Dr. Herculano Nina Parra (Presidente do Estado);
 - Piauí: Dr. Euripedes de Aguiar (Presidente do Estado);
 - Ceará: Dr. João Thomé de Saboya (Presidente do Estado);
 - Rio Grande do Norte: Dr. Joaquim Pereira Chaves (Presidente do Estado);
 - Paraíba: Dr. Francisco Camillo de Hollanda (Presidente do Estado);
 - Pernambuco: Manoel Borba (Presidente do Estado);
 - Sergipe: General Manoel P. Ollvera Valladão (Presidente do Estado);
 - Bahia: Dr. Antonio Moniz Ferrão de Aragão (Presidente do Estado);
 - Rio de Janeiro: Dr. Nilo Peçanha (Presidente do Estado);
 - São Paulo: Dr. Altino Arantes (Presidente do Estado);
 - Paraná: Dr Affonso Camargo;
 - Santa Catarina: Coronel Fellippe Schimidt (Presidente do Estado);
 - **Rio Grande do Sul: Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros (Presidente do Estado);**
 - Minas Gerais: Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro (Presidente do Estado);
 - Goyaz: Eugenio Rodrigues Jardim (Presidente do Estado);
- (LDN, 1917, p. 6-8).

Além disto, foram organizadas Conferências a serem realizadas nas cidades-sede de Diretórios. Os assuntos das conferências foram os seguintes:

- I – A ideia de Pátria;
- II – A ideia de Justiça;
- III – A Educação Nacional;
- IV – A instrução profissional;
- V – A importância do esporte na vida nacional;
- VI – O problema econômico nas suas relações com a defesa nacional;
- VII – A defesa da língua nacional;
- VIII – A economia individual, com base na prosperidade coletiva;
- IX – A coesão nacional, como foi feita no Império, como deve ser feita na Federação;
- X – O culto do heroísmo militar e cívico;
- XI – A Nação e o Exército; o serviço militar, como benefício físico e moral para o indivíduo, e força, segurança e grandeza para a comunhão.



Os Presidentes da LDN ao longo do tempo

Os presidentes da LDN ao longo do tempo foram os presidentes da República. A decisão de eleger a maior autoridade da nação para ser Presidente da LDN visava privilegiar a finalidade precípua da Liga, qual seja, a de construir uma ideologia de Defesa Nacional, mas com a participação ativa da sociedade civil.

Desta forma, o primeiro foi Venceslau Brás Pereira Gomes e assim por diante até o governo Artur Bernardes. Foram os seguintes os Presidentes da República e também Presidentes da LDN:

- 1) Venceslau Brás Pereira Gomes (15 Nov 1914 a 15 Nov 1918);
- 2) Delfim Moreira Bueno de Paiva (15 Nov 1918 a 28 Jul 1919);

- 3) Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (28 Jul 1919 a 15 Nov 1922);
4) Artur da Silva Bernardes (15 Nov 1922 a 15 Nov 1926);

A partir de 21 de outubro de 1924, o presidente da LDN passou a ser escolhido e eleito pelos próprios diretores e membros. Assim, o primeiro foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edmundo Muniz Barreto.

Em 7 de fevereiro de 1997, através de Decreto-Lei do Presidente da República Dr. Fernando Henrique Cardoso, a LDN foi restabelecida com o título de “utilidade pública federal”. Decreto publicado no DOU nº 28, de 12 de fevereiro de 1997, página 2476.



Os encargos cívicos da LDN

A LDN mantém, desde a sua criação, diversos encargos diretamente ligados ao civismo. Esses encargos são provenientes dos objetivos precípuos da LDN desde a sua criação. De maneira geral, são os seguintes:

- robustecer na opinião nacional, um elevado sentimento de patriotismo.
- defender a ideia da integridade territorial e de integração nacional;
- promover a formação moral da pessoa humana em todas as suas dimensões;
- prestigiar a cultura e os valores nacionais;
- estimular a participação da juventude em campanhas, concursos e outros ventos de caráter cívico, em especial sobre vultos históricos;
- difundir a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo por toda a comunidade;
- estimular o estudo e o amor à História do Brasil e às nossas tradições;

- divulgar suas atividades através dos meios de comunicação de massa;
- integrar-se ao Movimento Escoteiro Nacional, apoiando-o e nele se apoiando para a consecução dos seus objetivos;
- atuar à classe empresarial, no sentido de obter a publicação de brevíários e livros de educação cívica, destinados à infância e à adolescência, para distribuição gratuita;
- colaborar com o governo da União, dos Estados do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, mediante convênios ou de acordo na prestação de serviços inerentes às suas atividades.
- a valorização do conceito do "cidadão-soldado";
- a cidadania;
- a brasilidade;
- a Soberania Nacional;
- a educação nacional;
- o "apostolado de civismo e patriotismo", conforme Olavo Bilac;
- a causa nacionalista, dentro dos princípios democráticos pluralistas;
- a difusão de valores cívicos, morais e patrióticos, sem qualquer envolvimento com atividades políticas, credos religiosos ou filosóficos;
- a formação de um estado unido;
- as comemorações da Semana da Pátria;
- a Cerimônia do Fogo Simbólico da Pátria;
- realizar anualmente a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, institucionalizada desde 1938, e a campanha, "Uma bandeira para cada escola".
- a ocupação, defesa e guarda da Amazônia;
- a valorização das crianças e dos professores, para uma educação séria, didática, cativante e promissora;
- a ética e os bons costumes;
- a valorização dos deveres antes dos direitos;
- o serviço militar obrigatório.

Os objetivos e encargos da LDN são considerados de altíssimo valor e significado para os objetivos nacionais permanentes e atuais.

Para a conquista e manutenção dos seus objetivos, a LDN mantém as diretorias regionais nos estados abaixo relacionados, além do Distrito Federal.

- Amazonas; Ceará; Maranhão; Pará; Paraíba; Paraná; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Rondônia; Roraima; Santa Catarina e São Paulo.

Por conseguinte, pelo menos até o fechamento deste livro, os estados abaixo relacionados ainda se ressentem da falta de diretoria regional, sendo que em alguns já existiu e deixou de existir Diretoria:

- Acre; Alagoas; Amapá; Bahia; Espírito Santo; Goiás; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Pernambuco; Rio Grande do Norte; Sergipe; Tocantins.

***“Minha honra me pertence. Minha alma pertence a Deus.
Meu sangue pertence à Pátria.
Amamos a Pátria não porque ela é grande, mas porque é
nossa”.***



O amparo legal da LDN em relação aos símbolos nacionais

Fonte: FGV em www.cpdoc.fgv.br

LIGA DA DEFESA NACIONAL (LDN) Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros.

Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, era “congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de to-

das as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”.

Foi considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970 e em 1995 teve sua diretoria transferida do Rio de Janeiro para Brasília.

ANTECEDENTES

A fundação da Liga da Defesa Nacional foi um desdobramento da campanha, promovida entre 1915 e 1916 pelo poeta Olavo Bilac em prol da implantação do serviço militar obrigatório no Brasil. Essa campanha, lançada pela primeira vez em 1907, no governo Afonso Pena (1906-1909), quando o general Hermes da Fonseca ocupava a pasta da Guerra, recebeu então o apoio do general Caetano de Faria, ministro da Guerra do presidente Venceslau Brás (1914-1918). O serviço militar era concebido pelos seus defensores como um instrumento capaz de apagar as fronteiras entre civis e militares, através da disseminação da “consciência civil” nos quartéis. O “cidadão-soldado”, fruto desse processo de amálgama que desembocaria na identificação Exército-nação, constituiria uma “força nacional real”, de grande importância para a solução dos problemas do país. A defesa do serviço militar obrigatório instituído em outubro de 1916 inseria-se no quadro maior de uma campanha nacionalista em grande escala, centrada no tema do patriotismo e do culto às tradições brasileiras. Essa cruzada de civismo produziu, além da LDN, a Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em dezembro de 1916 por estudantes da Faculdade de Direito.

PRIMEIROS ANOS

Fundada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a LDN incorporou o nome da mais importante publicação militar da época, A Defesa Nacional (lançada em 1913), procurando atestar com isso a identidade de interesses de civis e militares. Integrada por elementos desses dois setores, a liga restringiu inicialmente suas atividades ao nacionalismo e ao serviço militar: as conferências e os debates sobre o nacionalismo eram de responsabili-

dade dos civis, ao passo que aos oficiais (sobretudo do Exército) cabia a parte prática do serviço militar. Entretanto, a emergência das reivindicações e greves operárias no final da década de 1910 levou a liga a dedicar sua atenção às questões sociais. Compartilhando as posições das entidades patronais, a LDN manifestou-se contra as reivindicações do operariado. Durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), quando o governo reprimiu violentamente os líderes operários anarquistas, a instituição, através de Alfredo Pinto, protestou contra a realização de greves e comícios no Rio, “provocados por elementos estrangeiros”, concitando os trabalhadores a “auxiliarem o governo nas medidas de repressão ao anarquismo”.

NO ESTADO NOVO

O período compreendido entre os anos de 1938 e 1945 correspondeu a uma fase muito particular da história da Liga da Defesa Nacional. Em 10 de novembro de 1937, culminando o processo de fechamento político iniciado em 1935 com a promulgação da Lei de Segurança Nacional e a repressão à Revolta Comunista, foi implantado o Estado Novo, assumindo o presidente Getúlio Vargas poderes ditatoriais. A suspensão das liberdades públicas, o fechamento do Congresso e a extinção dos partidos políticos, acompanhados da montagem de um vasto aparelho repressivo, silenciaram quase totalmente a oposição.

Liberais e esquerdistas de diversas tendências (socialistas, comunistas, trotskistas) tiveram - sobretudo os últimos - suas organizações desmanteladas pela polícia especial do regime, esbarrando em enormes dificuldades para desenvolver suas atividades políticas. Foi nesse contexto que, a partir de 1938, os oposicionistas começaram a se aproximar individualmente da LDN, tentando abrir um espaço para a luta contra a ditadura. Naquele momento, faziam parte da direção da liga o conde Ernesto Pereira Carneiro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Francisco Tavares da Cunha Melo e a advogada Orminda Bastos, todos os três politicamente conservadores, mas não identificados com o Estado Novo.

A maior parte dos demais membros da diretoria era constituída por professores dos colégios e escolas militares do país. O primeiro adversário da ditadura varguista a ingressar na instituição foi o major do Exército Jeová Mota, ex-deputado federal e antigo membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) - organização de direita que alcançara grande penetração no Brasil na década de 1930 - que romperá publicamente com o integralismo em plena Câmara dos Deputados em junho de 1937.

A seguir, ingressaram na liga o major do Exército Júlio Machado de Oliveira, que participara da repressão à Revolta Comunista de 1935, mas posteriormente, a exemplo de Jeová, colocara-se contra Getúlio, e outros militares, como Henrique Oest, Péricles Vieira de Azevedo e o capitão Humberto Freire de Andrade, que então dirigia a Revista do Clube Militar. A presença de um grupo de associados relativamente jovens - com menos de 40 anos - dinâmicos, militares em sua maior parte e, acima de tudo, politicamente insuspeitos, o que lhes garantia a confiança da instituição, provocou uma mudança sensível na atuação da liga.

Ao lado das tradicionais campanhas cívicas de exaltação à nação e a seus símbolos e vultos históricos, a LDN passou a patrocinar conferências antifascistas em sua sede, nas quais as ditaduras de Hitler e Mussolini eram criticadas. No entanto, seus promotores tomavam a precaução de não dar margem a correlações entre os regimes da Alemanha e da Itália e o Estado Novo.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a luta antifascista da liga ganhou nova dimensão, sendo lançada a palavra de ordem de barrar o avanço nazista a qualquer preço. A entidade começou a promover conferências fora de sua sede, em grandes casas comerciais do Rio como a Mesbla e O Camiseiro.

A partir de 1940, intelectuais, estudantes e profissionais liberais - além de operários, em segundo plano - passaram a frequentar a LDN. Nesse grupo incluíam-se, entre outros, Artur Ramos, Gilberto Freire, Aníbal Machado, Dalcídio Jurandir, Emil Farhat, Augusto Rodrigues, Aidano do Couto Ferraz, Valdir Medeiros Duarte, Benedito Calheiros Bonfim, José Mascarenhas Sampaio, Irum Santana e o líder bancário Spencer Bittencourt,

que em 1934 chefiara a primeira greve geral de bancários do Brasil.

Em 1942, o desenrolar das ações de guerra começou a mostrar-se favorável aos Aliados, o que beneficiou a campanha antifascista e a luta pela entrada do Brasil no conflito.

Inicialmente, o governo brasileiro proclamou neutralidade em relação às partes envolvidas na guerra, embora, na realidade, houvesse nos meios governamentais uma forte tendência favorável às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). No entanto, essa posição de neutralidade foi-se tornando cada vez mais insustentável, sobretudo devido às pressões dos Estados Unidos - que em dezembro de 1941 haviam entrado na guerra ao lado dos Aliados (Inglaterra, França e União Soviética) - e ao afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães. Nesse sentido, a política externa brasileira foi progressivamente se identificando com as nações aliadas. Em janeiro de 1942 o governo rompeu relações diplomáticas com o Eixo, e em agosto declarou o estado de guerra contra a Alemanha e a Itália.

Em agosto de 1943, foi estruturada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada para guarnecer o território nacional contra eventuais ataques do Eixo e para lutar nas frentes de batalha da Europa junto aos Aliados.

A LDN, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Sociedade Amigos da América - fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo - e outras entidades antifascistas lideraram o movimento de conscientização da população contra os países do Eixo e a favor dos Aliados. Durante esse período, estendendo-se até o final do confronto, a liga foi a principal promotora de três grandes campanhas em todo o país: a do envio de um corpo expedicionário brasileiro para a Europa - concretizada entre julho e novembro de 1944, com o embarque de mais de 25 mil homens da FEB; a do esforço de guerra, ou seja, da criação de toda uma infraestrutura que permitisse ao país arcar com os problemas trazidos pelo conflito mundial, e, finalmente, a do “ajudismo”, ou auxílio material aos soldados brasileiros no front, com o envio de alimentos, roupas e objetos de uso pessoal.

Em maio de 1943, a liga participou da Semana Antifascista, que reuniu no Rio representantes da UNE, da Sociedade Amigos da América e do Conselho Antieixista do Banco do Brasil, e contou com o apoio de várias autoridades. A promoção compreendeu solenidades e sessões públicas, incluindo visitas aos túmulos das vítimas do integralismo e do fascismo e o julgamento simbólico do líder integralista Plínio Salgado.

No final desse mesmo ano, foi fundada a seção fluminense da LDN, cuja presidência foi entregue ao comandante Ernâni Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro e genro de Getúlio Vargas. Esse fato atesta a força da propaganda democrática e antifascista em círculos do próprio governo. Nesse momento, as diferentes correntes que integravam a LDN começaram a marcar mais nitidamente seus contornos dentro da instituição. Foi o caso do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que depois de uma quase completa desorganização no início do Estado Novo conseguiu se reestruturar, sobretudo após a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943.

O dirigente comunista João Amazonas explicou mais tarde a presença de militantes do partido dentro da LDN, afirmando que o objetivo do PCB era “ajudar os dirigentes da liga a levar a efeito uma grande campanha de massa, de arregimentação popular para apoiar o esforço de guerra do governo. Pela justeza da linha política do partido, os comunistas ganharam enorme prestígio nesse organismo, principalmente no Distrito Federal, São Paulo e Ceará, e conseguiram em curto prazo ligá-lo às massas”.

Em 1945, o processo de redemocratização do país avançou muito, influenciado pela pressão interna das oposições e, no plano externo, pela vitória final dos Aliados sobre as potências do Eixo.

Além da anistia aos presos políticos, da restauração das liberdades públicas e da legalização do PCB, foi então iniciada a reorganização partidária. Frente a esse novo quadro, os membros mais atuantes da liga durante a ditadura deixaram a instituição: os liberais foram para a União Democrática Nacional (UDN) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto os

elementos de esquerda tomaram o rumo da Esquerda Democrática e do Partido Comunista.

Com o fim do Estado Novo, a Liga da Defesa Nacional retornou à sua linha de atuação tradicional, voltada para a promoção de campanhas cívicas.

Sérgio Lamarão

FONTES:

CARONE. E. República velha;

CARONE, E. Terceira;

ENTREVISTA: MASCARENHAS, JOÃO;

LIGA DA DEFESA NACIONAL: Estatutos.



O Dia do Reservista

16 de dezembro



Alegoria do artista plástico Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia sobre o trabalho de Olavo Bilac em prol do civismo e do Serviço Militar Obrigatório. Fonte: arquivo dos autores.

Olavo Bilac - O Patrono

No início do século passado, Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, poeta, jornalista, fundador e membro da Academia Brasileira de Letras, nacionalista, abolicionista e grande propugnador do Serviço Militar Obrigatório e dos Tiros-de-Guerra, percorreu o País conclamando a mocidade para servir à Pátria que ele tanto amava.

Foi o mais ardoroso defensor do modelo de recrutamento vigente há quase um século no Brasil. A constatação do ajustamento do sistema de conscrição à atualidade brasileira é, por si só, prova da visão prospectiva desse grande patriota.

Bilac empenhou-se na ação educacional cívica buscando a promoção dos mais puros ideais da nacionalidade.

Sob essa inspiração, fundou a Liga de Defesa Nacional, em 1916, para trabalhar pela preservação de nossos valores. Nessa mesma época, sob a influência das dificuldades vividas pelos países europeus em face da Primeira Guerra Mundial, foi implantado no Brasil o recrutamento militar mediante sorteio.

Em 1939, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, instituiu o “Dia do Reservista” como reconhecimento pelo trabalho realizado por Olavo Bilac em prol do serviço militar e do desen-volvimento do civismo no País.

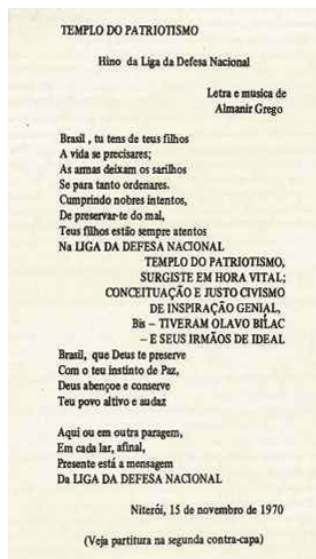
Ficou estabelecido que esse dia seria comemorado, anualmente, a 16 de dezembro, data de nascimento do poeta.

A universalidade do serviço militar, estabelecida na Constituição Federal,

“é o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina e da coesão; laboratório da dignidade própria e do patriotismo...” (Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac).



O Hino da LDN



TEMPLO DO PATRIOTISMO

Hino da Liga da Defesa Nacional

Letra e música de Almanir Grego

***Brasil, tu tens de teus filhos
A vida se precisares;
As armas deixam os sarilhos
Se para tanto ordenares
Cumprindo nobres intentos,
De preservar-te do mal,
Teus filhos estão sempre atentos
Na LIGA DA DEFESA NACIONAL***

***TEMPLO DO PATRIOTISMO
SURGISTE EM HORA VITAL
CONCEITUAÇÃO E JUSTO CIVISMO
DE INSPIRAÇÃO GENIAL***

***Bis - TIVERAM OLAVO BILAC
- E SEUS IRMÃO DE IDEAL***

***Brasil, que Deus te preserve
Com o teu instinto de Paz,
Deus abençoe e conserve
Teu povo altivo e audaz***

***Aqui ou em outra paragem,
Em cada lar, afinal,
Presente está a mensagem
Da LIGA DA DEFESA NACIONAL***

Niterói, 15 de novembro de 1970

Partitura do Hino

Hino da Liga da Defesa Nacional

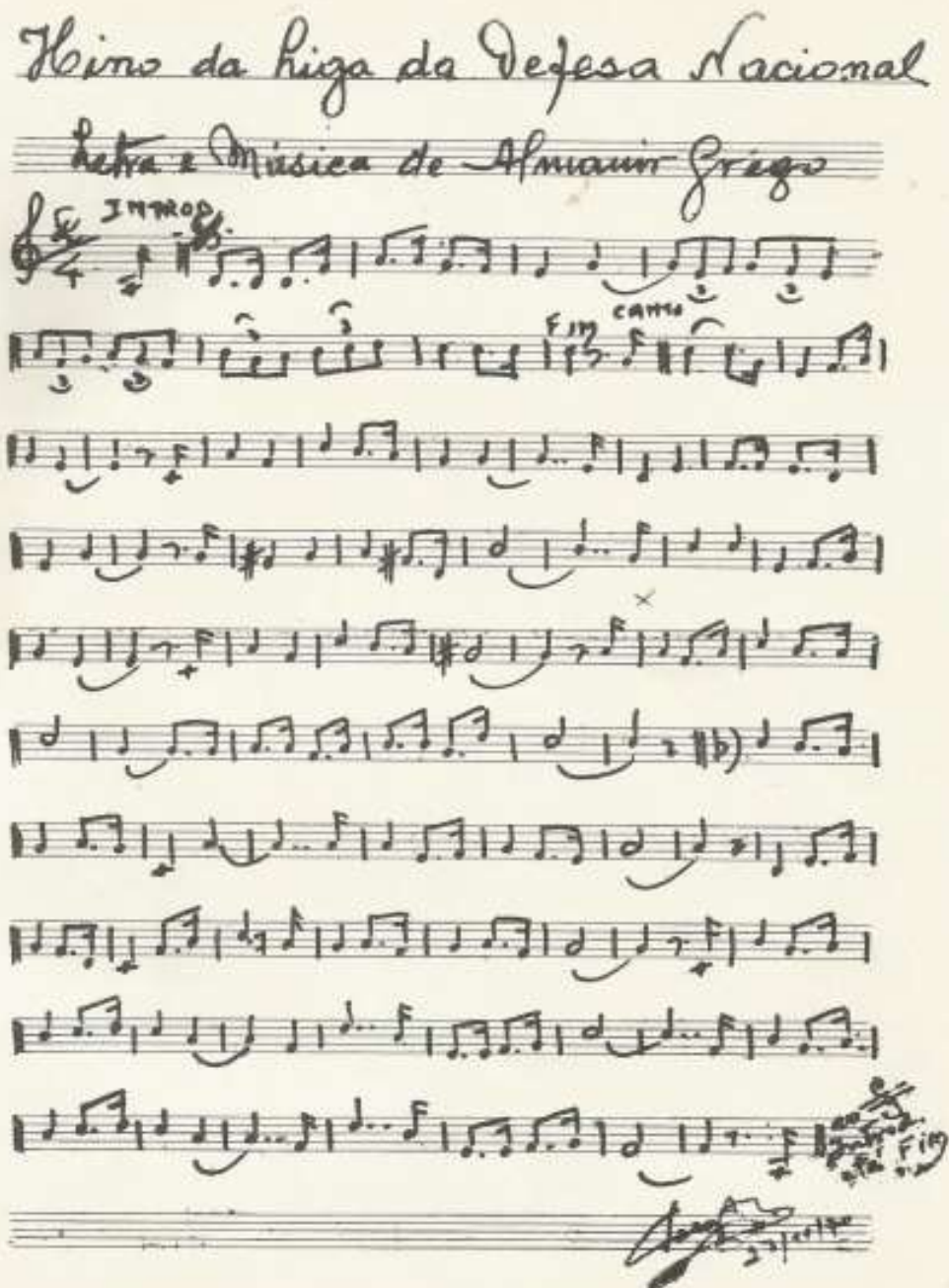
Letra e Música de Almarim Frigo

INTRO

FIM

CANTO

FIM



O acróstico da LDN

(Autor: Aviador Félix Tibiriçá Pinheiro da Rocha)

**Libertos do domínio colonial com chuva ou sol
Imortais filhos da República.
Gerações de brasileiros de arrebol a arrebol
Alertas Compatriotas! Desejam a Ordem no Brasil
aplicar.**

**De puro sentimento pátrio e
Amor cívico. Vamos a nação construir.**

**Divulgando os símbolos nacionais ajuizemos
Ecoar entre os brasileiros a cantar
Fortaleza cívica e moral antevemos.
Edificada por Olavo Bilac a bradar,
Somos Uno, somos Fortes, organizamos.
A inteligência da Pátria, iluminando o País, e divulgar.**

**Nascidos no Brasil, de todas as etnias, sois filhos
Brasileiros.
Ardor da glória de nosso povo a clamar.
Compatriotas! São cem anos há comemorar!
Irmãos do leste, do oeste, do norte e do sul cantam seu
Orgulho, expresso no Fogo Simbólico da Pátria há
coruscar.
No coração vibrante da Nação altaneira,
Azul e branca, verde e amarela fazem rutilar a
Liga Da Defesa Nacional.**

O Brasão da LDN



Significado Heráldico

Na época das Cruzadas, o espírito cristão uniu-se ao militar, surgindo as Ordens de Cavalaria, consagradas pela Igreja, no movimento contra os Muçulmanos da Palestina. Surgiram, então, a Cavalaria Religiosa, com os Hospitalares, Templários e Teutônicos, e a Cavalaria Profana.

A investidura era uma solenidade grandiosa. Ao receber a Espora de Ouro da Cavalaria, o novo paladino tinha que demonstrar sua capacidade no "PASSO D'ARMAS" na "JUSTA" e no

"TORNEIO", para, depois, assumir o compromisso de ser honrado e leal, de defender a Igreja e a sua Dama, bem como todos os fracos e perseguidos, sobretudo as viúvas e os órfãos.

O "Passo d'Armas" era o ataque ou defesa de uma passagem difícil, de um desfiladeiro ou de uma ponte; a "Justa" consistia em um duelo; no "Torneio", duas tropas, de igual efetivo, terçavam em torno da liça, empenhando-se em luta.

O esplendor da Cavalaria deu-se no século XIII, quando os cavaleiros uniam a bravura à caridade. Morrer combatendo em defesa do bem-estar, da segurança de seu povo e da igreja, era galgar o mais alto degrau da carreira que o cavaleiro poderia aspirar.

Os ideais da Cavalaria da Idade Média são identificáveis com os da Liga da Defesa Nacional, particularmente no que se refere ao empenho em estimular os valores cívicos e defender a Nação. Daí a Liga haver adotado o símbolo do Cavaleiro Medieval, com suas armas de ataque e de defesa, caracterizando a permanente Defesa da Pátria Brasileira.

Descrição heráldica

Sobre campo de blau (azul), figura equestre (cavaleiro), de perfil, portando armadura de cor cinza; Elmo de cavaleiro em prata (branco), com viseira aberta, deixando visível fundo de jalne (ouro), encimado de plumas de forma irregular, no mesmo esmalte do elmo (branco); segura na mão direita uma lança em sinopla (verde), terminada em ponta, com estandarte em prata (branco), com 5 estrelas raiadas de 5, em blau (azul) representando o Cruzeiro do Sul; na mão esquerda segura as rédeas (em sinopla), em escudo clássico, em campo de prata (branco), com 5 estrelas raiadas de 5, em blau (azul) representando o Cruzeiro do Sul; ainda à sua esquerda, abaixo do escudo, vê-se uma parte da bainha da espada, em sinopla (verde); cavalo galopante, em marrom, de perfil, cabeça de frente a 2/3, com testeira em prata (branco) e uma estrela em blau (azul), mesmo motivo do escudo e do estandarte; cabeçada em sinopla (verde); rédea em sinopla (verde); paralela à rédea, uma faixa de blau (azul), ornada por 7 elementos decorativos em sinopla (verde),

em forma de X; sela em jalne (ouro) com suportes de sustentação em sinopla (verde); peitoral em prata (branco) com duas estrelas em blau (azul), mesmo motivo do escudo e do estandarte; as limitações em sinopla, marrom e prata; crina em sinopla (verde); patas em sinopla (verde); circundando, uma borda em prata (branco) com a legenda Liga da Defesa Nacional, 1916, em jalne (ouro).

Ao que chamamos de cor, a Heráldica chama de esmalte. Os esmaltes dividem-se em Metais, Cores e Peles.

Metais são: o

- JALNE (ouro) - que denota nobreza, magnanimidade, riqueza, ardor, força, descortino, autoridade e preeminência; e a
- PRATA - expressão de pureza, firmeza, integridade, esperança, paz, vigilância, vitória.

Cores são: o

- GOLES (vermelho), denotando coragem, ousadia; o
- BLAU (azul), denotando justiça, lealdade, temperança, beleza, fidelidade; a
- SINOPLA (verde) denotando fé, respeito, amor, juventude, alegria, força, espírito, cortesia e galanteria; o
- SABLE ou SAIBRO (negro) denotando honestidade, desilusão; e o
- SANGUINHO (violeta ou púrpura), denotando sabedoria, grandeza.

Peles (pêlos) são: o arminho, o contra arminho, o veiros e o contraveiros.

(Fonte: Boletim da Diretoria do ERJ/LDN, 1º trimestre de 1983)





CAPÍTULO

II



A presença de Olavo Bilac em Porto Alegre e a fundação da LDN/RS

(fonte: <https://bit.ly/3ABeQFS>)

A Campanha Nacionalista no Rio Grande do Sul: visita de Olavo Bilac

Na “campanha nacionalista” Olavo Bilac, depois de passar por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, no domingo de 1º de outubro de 1916, chegou a Porto Alegre. Sua chegada que já era aguardada com “ansiedade” e vasta divulgação pela imprensa, causou verdadeiro frenesi na sociedade porto alegreense.

Por 14 dias esteve na capital rio-grandense cumprindo extensa agenda de visitas, desfiles, bailes, festivais, conferências e solenidades. Foi recebido com honras civis e militares. Para encontrá-lo uma comissão central, formada por altas autoridades da capital, foi ao seu encontro no rebocador “*Julio de Castilhos*”, acompanhados da banda de música do 2º Batalhão da Infantaria da Brigada Militar.

As homenagens começaram quando Olavo Bilac passou do “*Mercedes*” – a embarcação que o trouxe do porto de Rio Grande – para bordo do “*Julio de Castilhos*”. Foi apresentado a todos pelo amigo e colega da ABL Alcides Maia. A partir daí por onde passou foi saudado como *celebridade*.

Porto Alegre teve sua rotina alterada durante a estada do poeta. Seu objetivo era falar da finalidade da Liga de Defesa Nacional e do nacionalismo aos patrícios do Rio Grande do Sul e, em especial, aos intelectuais locais. Em seu quarto dia na capital do estado, foi recepcionado solenemente pela Academia de Letras do Rio Grande do Sul, que era presidida pelo Monsenhor Mariano da Rocha, no Theatro São Pedro.

Em seu discurso, “*perante uma assistência numerosíssima e seleta*”, Olavo Bilac enalteceu o “*nacionalismo literário*” dos homens de letras do sul, declarando: “*não vim aqui pregar o patriotismo e o civismo, que já aprendestes em dois séculos de valor*”.

Na verdade Bilac estava estabelecendo a agenda intelectual a ser seguida pelos intelectuais rio-grandenses que deveria ter o nacionalismo como núcleo e cumprir o *dever* patriótico:

A vossa literatura é uma força. Já a provas-tes para a coesão e consciência dos rio-grandenses: coligindo e catalogando as lendas do povo, os contos singelos e as ingênuas trovas dos vossos campinos, e, depois, com o vosso talento e a vossa cultura, estabelecendo em romances e poemas os vários aspectos do trabalho, das lutas, do amor, do entusiasmo de toda a vida da população – de certo modo criastes a existência moral da sociedade em que viveis, porque a fixastes em beleza artística. Deveis agora aproveitar esta força para uma multiplicação de coesão e consciência, - para o trabalho de unidade da Pátria. Professai e pregai, em todas as páginas que escreverdes, este princípio: a riqueza, o progresso, a ventura de cada um dos fatores da Federação não devem ser unicamente inventados e aumentados para o engrandecimento próprio, mas para o engrandecimento do Brasil.

Todos os passos de Olavo Bilac em Porto Alegre foram registrados nos jornais da época, pelos jornalistas que o acompanhavam para onde quer que fosse. Em todos os eventos dos quais participou, o “*eminente poeta*”, atraiu “*multidões*” e a “*concorrência do que de mais fino em Porto Alegre*”, e a cada discurso arrancava “*verdadeiras ovações*” de suas assistências.

A única figura da capital que aparentemente permaneceu indiferente à presença do festejado poeta foi o presidente do estado, Borges de Medeiros. Nos 14 dias em que Bilac esteve em Porto Alegre, o poeta da Liga e o líder republicano não se encontraram. Em telegrama publicado no jornal *O Diário*, Bilac lamentou o encontro que não houve. Embora, tenha sido exitoso em sua missão de dar aos intelectuais rio-grandenses a diretriz da nacionalidade à produção intelectual local, quanto ao propósito de fazer propaganda da Liga de Defesa Nacional, seu esforço foi momentaneamente malogrado. Em parte, talvez isso se deva a aparente apatia do presidente do estado em relação ao tema.

Para se ter uma idéia do pouco caso que Borges de Medeiros teve para com a missão de Olavo Bilac, no dia 30 de outubro, morreu, em Porto Alegre, o Coronel Freitas Valle, intendente de Alegrete. Com celeridade, após tomar conhecimento do fato, o presidente do estado foi ao velório do correligionário republicano.

Outra indicação, é que a seção sul-riograndense da Liga foi fundada somente em 1º de dezembro de 1917, com certo atraso, e, depois da reprimenda do Presidente da República a Borges de Medeiros (Gertz, 2002, p.93) (grifo dos autores)¹⁵.

Acompanhado e ciceroneado pelo colega, Alcides Maia, depois do dia 14 de outubro, Bilac saiu em excursão pelo Rio Grande, passando pelas cidades de Cachoeira, Santa Maria, São Gabriel, Santana do Livramento, Bagé, Pelotas e Rio Grande. Pelo interior do estado, a recepção e as homenagens ao poeta continuaram efusivas. Em Santa Maria, por exemplo, a chegada de Bilac parou literalmente a cidade que “*fechou o comércio*” para recebê-lo. Em Pelotas, Bilac chegou em 1º de novembro para divulgar a pregação nacionalista, sendo recebido com “*verdadeira apoteose*”, permanecendo até o dia 6. As palavras do “*egrégio legionário da Defesa Nacional*” aos pelotenses reunidos no Clube de Tiro 31, são lembradas com orgulho pelo historiador de Pelotas, Fernando Luis Osorio.

Senti cheios de fé os vossos corações, transbordando fervor patriótico, ressoando da música da saúde e da alegria; e admirei encantado, a vossa robustez e o vosso entusiasmo, a vossa bravura e o vosso desinteresse, o belo desempenho, a disciplina e exaltação cívica, congregados em torno do vosso presidente e do vosso instrutor. A simpatia com que me acolheis é a clara demonstração do vivo civismo e do intenso brasileiro que sempre viveram e arderam na fiel a radiante Pelotas. (Osorio, 1918, p. 172).

¹⁵ Portanto, este é o registro primeiro da fundação da LDN/RS, conforme o historiador e professor da PUC, Renê Ernaini Gertz.

Também serviu para inflar o ego nacionalista de Fernando Osorio, o fato de Bilac, no *Clube de Tiro 31* de Pelotas, ter armado o primeiro escoteiro no dia 5 de novembro de 1916, e, segundo o cronista da cidade,

“o poeta fez colocar na sala de honra da Liga da Defesa nacional, no Rio de Janeiro, quadros de propaganda cívica compostos pela direção do Escotismo de Pelotas: significou ‘seu inteiro apoio oficial à patriótica iniciativa’”. (Osorio, 1918, p. 173).

Neste contexto e na esteira da propaganda de Bilac, o *Clube de Tiro 31* de Pelotas, na época era presidido por Fernando Luis Osorio, publicou o livro *Pátria Nova* (1916) – uma coletânea de poesias e discursos nacionalistas de poetas e escritores rio-grandenses, entre os quais Alcides Maia. Fernando Osorio também publicou o livro *O espírito das armas brasileiras* (1918). Em seus livros constantemente refere-se a Alcides Maia e a Olavo Bilac para referendar suas idéias de nacionalismo, deixando clara a sua filiação intelectual. Fernando Osório estabelecia trocas epistolares com Alcides Maia, frequentemente citadas em seus livros. Com Bilac, *“Príncipe dos poetas brasileiros”*, Osório mantinha uma relação de profunda admiração. A presença de Bilac em Pelotas, onde Osório proferiu o discurso no Teatro 7 de Abril, na sua recepção, fê-lo assimilar as idéias patrióticas de modo muito profundo. Assim, percebe-se a integração do Rio Grande do Sul em um sistema intelectual que, a partir de 1916, torna-se marcadamente nacionalista.

Assim, apresentamos ao leitor a figura de Jorge Salis Goulart, um jovem poeta que começou sua trajetória intelectual neste momento em que o pensamento brasileiro estava impregnado pela ideia do nacionalismo, em que a função do artista e do intelectual haviam adquirido um novo sentido e, sobretudo, os padrões e as normas de legitimidade intelectual haviam se modificado. Portanto, aos novos artistas, poetas, escritores era “imposta” uma nova “agenda” na qual o caráter nacionalista deveria aparecer com destaque. Na ocasião da visita de Olavo Bilac a Pelotas em 1916, Jorge Salis Goulart tinha 17 anos e era aluno do

Ginásio Pelotense. Esta instituição recebeu a visita do poeta do nacionalismo e rendeu-lhe homenagens do corpo docente e discente. (O Diário, 4-11-1916, p. 3)

A cidade de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, dá-nos mostras do quanto estas ideias haviam impregnado o pensamento intelectual da época. Cidade de forte tradição artística e intelectual, que já havia sido o núcleo da vida artística e “cultural” do estado, quando gozava da condição de principal pólo econômico da província nos tempos do Império, mas que nunca perdeu o interesse pelas atividades literárias, continuava a fornecer escritores e produções intelectuais e artísticas. Esta característica era assinalada e tida como motivo de orgulho para os pelotenses. Assim se expressa Jorge Salis Goulart, nascido em Bagé, mas radicado em Pelotas, cidade que estabeleceu como sua base profissional: *“É este espírito de Pelotas, que na verdade a cidade tem um espírito: de aristocracia e de amor a tudo quanto é belo”* (Goulart, 1922).

Salis escreveu essas palavras em artigo publicado na revista *Ilustração Pelotense*, de publicação quinzenal, na seção *Impressões literárias*, no ano de 1922, por ocasião do lançamento do livro *A cidade de Pelotas – Corpo, Coração e Razão*, de Fernando Luis Osório. Tratava-se de um trabalho monográfico impregnado da visão organicista da sociedade com laivos poéticos e exaltados sobre a cidade de Pelotas e repleto de apelos patrióticos aos jovens, que revelam a fecundidade e perenidade da pregação patriótica de Bilac, como se vê neste trecho:

A juventude brasileira é como floração renovadora das robustas gerações da Independência, da Abolição e da Propaganda. Sobre ela o Brasil ergue a fé, vanguarda da raça, linha avançada, aqui do civismo pelotense transborda o seu fervor no centenário político desse imenso colosso gigante que lhe cumpre erguer de pé a voz deste hino de amor, que é o hino da Pátria, e em reverência à soberba e admirável Bandeira que no Brasil transmite como a própria alma do povo, traduzidas nas vivas cores da luz, do sol e da esperança – o verde tropical e o ouro das minas anunciando o futuro, insígnia que recebemos da Independência

dência e que ao firmamento arrancou, para representar a União Brasileira – um símbolo de estrelas. (Osório, p. 8).

Neste momento, Fernando Luis Osório era um prestigiado intelectual em sua cidade natal, professor da Faculdade de Direito de Pelotas e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que integrava uma ampla e sólida rede de relações sociais, políticas e intelectuais em âmbito local, regional e nacional. Era irmão do deputado Joaquim Osório que fora membro da Comissão de Redação dos Estatutos da Liga de Defesa Nacional. Enquanto Jorge Salis Goulart era um bacharel em direito recém formado que tinha um único livro de poesias publicado, e buscava conquistar seu espaço no meio intelectual regional. Em sua crítica, Salis Goulart acerta na avaliação do “confrade” pelo-tense situando-o no seu contexto histórico, e assim, destaca e justifica o forte caráter nacionalista da obra:

“Filho do momento é ainda o Dr. Fernando Osório. Na verdade ele é um dos tantos que tem surgido dessa alevantada campanha do nacionalismo, que com sua seiva eficiente percorre o nosso organismo social de sul a norte”.

Esta fala, a meu ver, mostra que Salis Goulart era consciente da importância e alcance da temática “nacionalista” no mundo das letras do Brasil.

Na sequência do texto, Salis deixa entrever que o “espírito” do nacionalismo de 1922 já não é o mesmo de Bilac lá em 1915-16. Bilac pronunciou-se no contexto da I Guerra, quando a questão nacional estava diretamente ligada a postura do Brasil frente ao conflito bélico internacional, portanto o apelo às armas fazia todo sentido ao se falar em patriotismo.

Em 1922, o contexto é outro. É um período de paz e comemorações cívicas pelo centenário da Independência do Brasil. Portanto, na sua leitura do nacionalismo Salis expressa críticas ao nacionalismo das armas:

[...] nacionalismo compreendido num sentido amplo e não somente no daqueles que pensam que ser nacionalista é por uma carabina no ombro ou dar um plantão á porta de uma companhia do quartel, abrangendo a regeneração dos nossos costumes, de nossa moralidade, combatendo o egoísmo, a hipocrisia, a deslealdade, tendo por norma a nossa probidade administrativa e a nossa instrução, que penetra no fundo das casernas a fim de que a mocidade brasileira ali encontre mais incentivos para amar a Pátria, mais equidade, mais ideais e menos rudeza, que afugentou das almas todos os estímulos elevados, penetrados por um sopro seco do deserto, pela brutalidade do materialismo absorvente [...](Ilustração Pelotense, 1922).

Numa perspectiva mais geral, no que diz respeito ao sentido e qualidade da obra, o critério utilizado por Salis na avaliação demonstra o alcance e a permanência da visão pregada por Bilac e outros intelectuais no pós-guerra. Funde a qualidade poética e o patriotismo de Fernando Osorio expresso no texto para reconhecer e reivindicar-lhe o valor intelectual. Em outras palavras, confirma que o livro de Osorio corresponde ao padrão de legitimidade intelectual vigente na época:

*E ainda é mais importante notar que o dr. Fernando conserva a mesma alma de **patriota entusiasmado** e de idealista ardoroso, de verdadeiro **poeta da história**, que ele faz amar e admirar através da sua palavra incendiada e dos seu estilo fluente. [...] essa qualidade poética, longe de prejudicar a perfeição da obra, é no entanto muito importante, sendo mesmo um **fator de utilidade social**. (grifo nosso).*

Salis termina o seu artigo na *Ilustração Pelotense* sugerindo que o livro *A cidade de Pelotas*

“editado em menores proporções e redigido em estilo muito simples, fosse adaptado nos colégios de Pelotas a fim de que os futuros cidadãos se educassem no amor a terra natal [...]”.

Isto ilustra mais uma vez o entendimento prevalecente do papel pedagógico do intelectual cuja função era guiar a sociedade à consciência patriótica.

O processo de (re)formulação de uma identidade para o Rio Grande do Sul, nos anos 20, pode ser vinculado em um contexto mais amplo, dentro do movimento intelectual que após a Primeira Guerra tornou-se marcadamente nacionalista à medida que as esperanças de salvação para o Brasil voltaram-se para a construção de uma identidade nacional. (Costa, 1967, p. 401, 402)

Como uma questão regional, que se impunha dentro do contexto da crise dos anos 20, havia a busca de *reconhecimento* e espaços – políticos e intelectuais – para o Rio Grande do Sul nos centros de poder do país. (Nedel, 1999) Este *reconhecimento* implicava aos intelectuais gaúchos a criação de vias de acesso e trânsito no meio literário-intelectual nacional rompendo com o “isolamento da província”. O que estava em jogo não eram apenas aspirações políticas, mas intelectuais também. Neste aspecto, o Rio de Janeiro não era somente a capital política da República, mas também a capital “do mundo das letras” do país. No cenário nacional das letras Alcides Maia obteve relativo êxito. Seus livros tiveram boa receptividade pela crítica do centro do país. Porém, no Rio Grande do Sul seu papel como intelectual alcançou maior destaque. O valor simbólico de pertencer a Academia Brasileira de Letras lhe valia a consagração como escritor e poeta no âmbito local. Foi um importante e diligente divulgador das idéias nacionalistas através da sua produção literária de caráter regionalista e suas peças jornalísticas. Por seu turno, o início trajetória de Jorge Salis Goulart evidencia que as tomadas de posição do escritor “novo” para alcançar o reconhecimento intelectual passavam necessariamente pela adoção do discurso nacionalista.

De certa forma, pode-se dizer que o ambiente intelectual regional, a partir da segunda década do século XX, tendia a ajustar-se à agenda intelectual nacional. O jovem escritor para ser aceito pelos pares que já tinham sua posição “definida” no “campo” intelectual regional ou nacional, precisava jogar de acordo com as regras estabelecidas, seguindo as normas e padrões aceitos e instituídos pelos agentes e instâncias que detinham o poder

de legitimação no campo intelectual. Salis Goulart agiu desta forma na década de 1920, assim como Alcides Maia o fizera na década anterior.

Referências:

ALMEIDA, Marlene Medaglia. Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EDIPUCRS/ IEL, 1994.

AMARAL, Giana Lange do (org.). Gymnásio Pelotense, Colégio Municipal Pelotense: Entre a Memória e a História – 1902-2002. Pelotas: Educat, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (Dir.). Enciclopédia de literatura Brasileira. 2.ed. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/ Academia Brasileira de Letras, 2001.

GERTZ, René. O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GOULART, Jorge Salis. Impressões Literárias. In: Ilustração Pelotense, 1922. (Arquivo Jorge Salis Goulart, IHGRS, livro I)

MAIA, Alcides. Crônicas e Ensaios. Porto Alegre: Globo, 1918.

MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/IEL, 1978.

MURARI, Luciana. Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922. In: ANTARES, nº. 2, jul-dez 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OSÓRIO, Fernando Luis. A Cidade de Pelotas . Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VELLOSO, Monica. A Brasilidade Verde-Amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: Estudos Históricos, vol. 6, nº 11, 1993.

Fontes:

O Diário, Porto Alegre, 1º-11-1916 à 16-11-1916.



A iniciativa da refundação da LDN/RS

Conforme Tiago Siqueira de Oliveira (2012), a LDN/RS havia se afastado das lides concernentes à LDN no período 1923/1926¹⁶:

Em maio de 1926 foi planejado o retorno do Rio Grande do Sul à Liga da Defesa Nacional.

Foi realizada uma nova reunião do Diretório Central. Esta sessão foi realizada com a finalidade de reorganizar o Diretório Regional do Estado do Rio Grande do Sul. O Presidente Muniz Barreto declarou aos presentes que logo após a fundação da Liga, foi organizado o Diretório do Rio Grande do Sul, o qual não exerceu sua função por mais de 3 (três) anos, sendo considerado como não existente, de acordo com a Alínea 13, do Capítulo III, do Regulamento da Entidade.

Diante do exposto, foram indicados para exercerem as funções de membros do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, os seguintes nomes:

- Desembargador André da Rocha;
- Arcebispo João Becker;
- Dr. Sérgio Ulrich de Oliveira;
- Dr. José Montauray;
- Dr. Octávio Rocha;
- Sinval Saldanha;
- Othelo Rosa;
- Alberto Bins;
- Alfredo Mostardeiro; e
- General Eurico de Andrade Neves.

Todos sob a presidência honorária do Chefe do Executivo rio-grandense Borges de Medeiros. O objetivo inicial da Liga, no Rio Grande do Sul era o combate ao analfabetismo.

As ações de combate ao analfabetismo no RS estão no Livro de Atas da Comissão Executiva da LDN, nas páginas 20, 21, 22 e 23. Estavam presentes os Sr. Edmundo Muniz Barreto, João Teixeira Soares, Francisco de Oliveira Passos, Aloysio de Castro, Antonio Moitinho Doria, Breviário de Souza, General Tasso Fragoso, Athaulpho de Paiva, Gui-

¹⁶ Em face das revoluções de 1923, 24, 25 e 26 no RS.

Iherme Guinle, Alberto de Faria, Goulart de Andrade, Gregório da Fonseca, Oscar Castro, Almirante José Maria Ferrido, Alberto Moreira.

Foi registrado em Ata que Gregório da Fonseca fizera contato, pessoalmente, com os indicados para a composição daquele Diretório Regional, no Rio Grande do Sul, cuidando com grande zelo para constituição da representação, naquele Estado. O presidente da Sessão ressaltou ainda, que em breve, seriam submetidos ao Diretório Central os nomes que iriam constituir os Diretórios do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Reforçou ainda a campanha contra o analfabetismo.

Percebe-se a mobilização dos participantes na ampliação dos quadros da entidade. Interessante ressaltar que fora um militar a realizar os contatos com os líderes políticos do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, percebe-se a tendência dos militares de participar da Entidade, dando configuração e sustentação à condição da Liga como expressão de Partido Militar. O estabelecimento de diálogo, com a introdução do trabalho, faz-se necessário, pois os militares realizavam costuras políticas, juntamente com os civis, para viabilizar os objetivos da entidade. O que não pode ser interpretado como desqualificação à grande participação de civis na empreitada. Tais atitudes eram imperativas para o fortalecimento da Instituição, no cenário nacional. O apoio dos governadores de Estado constituía-se como questão fundamental na legitimação da LDN.

Antes de ocupar o prédio atual, que é um Próprio Nacional do Exército Brasileiro, a LDN/RS tinha como endereço um imóvel situado à Av. Sen. Salgado Filho, nº 160, Apto. 22, Centro, Porto Alegre, RS.

O Termo de Permissão de Uso do Ministério do Exército, através da 3ª Região Militar, que autorizou a ocupação de parte do 2º andar do prédio da Av. João Pessoa, 567, é de 28 de julho de 1994, sendo o Presidente da LDN o Sr. Jonas da Silva Paiva.



Os Estatutos da LDN/RS

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Artigo 1º - A Liga da Defesa Nacional DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – LDN/RS, organizada nos mesmos moldes da Liga da Defesa Nacional – LDN, com Sede e Foro, na cidade de Porto Alegre – RS, na Avenida João Pessoa, nº 567/2, rege-se pelo presente Estatuto.

§ 1º - É vedada à LDN/RS, como instituição, participar, de forma direta ou indireta, de disputas político-partidárias, adotar posição a respeito de temas ideológicos e/ou religiosos.

§ 2º - A LDN/RS adota, como símbolos, a Bandeira Nacional e o Emblema da Liga da Defesa Nacional - LDN.

§ 3º - A LDN/RS - adota o dia 16 de dezembro como sua data máxima, que marca o nascimento do seu Patrono Olavo Bilac.

Artigo 2º - A Liga da Defesa Nacional (LDN) é uma associação cívico-cultural, fundada em 7 de Setembro de 1916, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, considerada de utilidade pública pelo Decreto nº 67.576, de 16 de novembro de 1970, com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, técnica e financeira, duração indeterminada e jurisdição em todo o Território Nacional, com sede na Capital Federal e regida por estatuto próprio.

Artigo 3º - A LDN/RS tem como finalidade precípua robustecer, na opinião pública nacional, um elevado sentimento de Patriotismo.

Parágrafo único - Para atendimento da sua finalidade, a LDN/RS tem como objetivos:

- a. Defender a idéia da integridade territorial e da integração nacional;
- b. Promover a formação moral da pessoa humana em todas as suas dimensões;
- c. Prestigiar a cultura e os valores nacionais;
- d. Estimular a participação da juventude estudantil e operária em Campanhas, Concursos e outros eventos de caráter cívico, em especial sobre vultos históricos;
- e. Difundir a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo, por toda a comunidade;
- f. Estimular o estudo e o amor à História do Brasil e às nossas tradições;
- g. Divulgar suas atividades através dos meios de comunicação;

- h. Integrar-se ao Movimento Escoteiro Nacional e a outras entidades educacionais, culturais e afins, apoiando-as e nelas se apoiando, para a consecução dos seus objetivos;
- i. Atuar junto à Classe empresarial e Instituições culturais no sentido de obter apoio para a publicação de breviários e livros de educação cívica, destinados à infância e à adolescência, para distribuição gratuita, bem como recursos para a realização de atividades cívico-patrióticas;
- j. Realizar anualmente a CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA; Estimular a campanha uma BANDEIRA NACIONAL para cada Escola, Sindicato ou Entidade de Classe;
- k. Colaborar com o Governo da União, das Unidades da Federação e dos Municípios, mediante convênio ou acordo, na prestação de serviços inerentes a estes objetivos.

CAPÍTULO II - DO QUADRO SOCIAL

Artigo 4º - O Quadro Social é constituído de Sócios Efetivos, Mantenedores e Beneméritos.

- a. O Quadro Social é vinculado à Diretoria Regional ou a um Núcleo Municipal;
- b. Sócios Efetivos são aqueles que, aceitos pela Diretoria, mantenham-se como contribuintes, através do pagamento de mensalidade ou anuidade, fixada pela Diretoria;
- c. Sócios Mantenedores são aqueles que, aceitos pela Diretoria, ficam compromissados com a manutenção da Entidade, procedendo ao pagamento da mensalidade ou anuidade, em valor previamente estipulado;
- d. Sócios Beneméritos são aqueles que, em face de relevantes serviços prestados à PÁTRIA ou à LIGA DA DEFESA NACIONAL, sejam indicados pela Diretoria Nacional ou Estadual e tenham seus nomes aprovados pelo Conselho Consultivo;
- e. Os nomes dos Sócios Beneméritos devem ser informados à Diretoria Nacional, para cadastramento;
- f. Os Sócios Beneméritos tem presença assegurada nas Sessões de todas as Diretorias da LDN/RS, tendo direito a voto apenas naquela Diretoria a que estiver vinculado.

Parágrafo único – Fazem parte também do Quadro de Associados Beneméritos aqueles que integravam a Diretoria Regional ou os Núcleos Municipais, quando da instalação da Diretoria Nacional em Brasília, DF, em 1982. Esse Quadro se extinguirá com o desaparecimento do seu último integrante.

Artigo 5º - São direitos dos associados:

- a. Usufruir os benefícios que cada Diretoria proporcionar;
- b. Exercer qualquer tipo de direito ou função que, legitimamente, lhe tenha sido conferido;
- c. Solicitar afastamento, temporário ou definitivo;
- d. Identificar-se como associado, ostentando a insígnia da LDN e a Carteira de Sócio;
- e. Apresentar sugestões de interesse da LDN/RS à sua Diretoria;
- f. Postular perante a Diretoria na defesa dos seus direitos;
- g. Participar das reuniões administrativas, sem direito a voto;
- h. Participar dos eventos promovidos pela LDN/RS;
- i. Receber Boletim Informativo da Diretoria;
- j. Interpor recurso, na forma e prazos que forem estabelecidos.

Artigo 6º - São deveres dos associados:

- a. Ter conhecimento, cumprir e fazer cumprir o Estatuto e os Regulamentos da LDN/RS;
- b. Acatar as decisões formais da Direção da LDN/RS;
- c. Satisfazer o pagamento da contribuição mensal ou anual, se sócio contribuinte e a acordada, se sócio mantenedor;
- d. Zelar pelo patrimônio moral e material da LDN/RS;
- e. Portar a insígnia da LDN, quando em atividade de representação.

Artigo 7º - São infrações dos associados:

- a. Praticar atos, individuais ou coletivos, que possam deslustrar a LDN/RS ou que contrariem a sua finalidade e os seus objetivos;
- b. Adotar, individual ou coletivamente, qualquer decisão ou atitude em nome da LDN/RS, sem prévia autorização da sua Diretoria;
- c. Investir-se de representante da LDN/RS em evento de qualquer natureza, sem estar devidamente credenciado.

Artigo 8º - São penalidades a serem aplicadas, pela Diretoria, aos associados;

- a. Admoestação;
- b. Suspensão;
- c. Desligamento do quadro social.

§ único - Capítulo próprio do Regimento Interno estabelecerá as normas disciplinares da LDN/RS, prevendo os tipos de infrações puníveis com as penas aludidas no Caput, bem como o rito para a aplicação das mesmas.

Artigo 9º - Do direito de defesa:

- a. Será assegurado, sempre, o direito de defesa;
- b. Da decisão da Diretoria que punir o associado, caberá recurso ao Conselho Consultivo;
- c. Da punição aplicada a membros da Diretoria, do Conselho Consultivo ou do Conselho Fiscal, caberá recurso à Assembléia Geral.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 10º - Para cumprir os seus objetivos, a LIGA DA DEFESA NACIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (LDN/RS), adota uma estrutura organizacional sistêmica, com uma Diretoria Regional, sediada em Porto Alegre, e Núcleos Municipais – LDN/RS/NM, em cada município;

§ 1º - A Diretoria Regional é o órgão dirigente no Estado do Rio Grande do Sul, cabendo-lhe baixar normas que disciplinem e coordenem as atividades dos Núcleos Municipais;

§ 2º - Cabe a Diretoria Regional o desenvolvimento das atividades da LDN/RS em Porto Alegre e daquelas de âmbito estadual;

§ 3º - Cabe aos Núcleos Municipais a execução, em seu território de abrangência, das determinações deste estatuto, dos regulamentos e demais deliberações da Diretoria Regional como abrangente a sua área jurisdicional e de tudo o mais que for compatível como deveres inerentes à LD/RS.

Artigo 11º - São poderes harmônicos e independentes da LDN/RS:

- a. A Assembléia Geral (AG);
- b. A Diretoria Executiva (DE);
- c. O Conselho Consultivo (CC);
- d. O Conselho Fiscal (CF).

Parágrafo único – No seu conjunto, estes poderes são chamados de Diretoria Regional.

Artigo 12º - A Diretoria Regional é administrada pela Presidência e Diretoria Colegiada, contando com o apoio do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes discriminados no presente Estatuto.

Artigo 13º - A Assembléia Geral – AG é o poder maior da LDN/RS.

Artigo 14º - Os dirigentes da Diretoria Regional deverão ter residência e domicílio na cidade-sede da Diretoria.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO - SEÇÃO I

Artigo 15º - A Diretoria Regional representa a LDN/RS no Estado.

Artigo 16º - A LDN/RS tem personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, subordinando-se normativa e doutrinariamente à Diretoria Nacional.

Artigo 17º - A Diretoria Regional, na medida das suas disponibilidades, pode, a qualquer tempo, repassar recursos para a Diretoria Nacional, podendo, da mesma forma, receber recursos da Diretoria Nacional.

Artigo 18º - A Diretoria Regional é dirigida por uma Diretoria Executiva composta por:

- a. Presidente;
- b. 1º Vice-Presidente;
- c. 2º Vice-Presidente;
- d. Diretor de Planejamento e Coordenação;
- e. Diretor de Relações Institucionais;
- f. Diretor do Interior;
- g. Diretor Cultural;
- h. Diretor Social e de Assistência Social;
- i. Diretor de Patrimônio e Sede;
- j. Diretor de Comunicação e Divulgação;
- l. 1º e 2º Tesoureiros;
- m. 1º e 2º Secretários.
- n.

Artigo 19º - O Presidente de Honra da Diretoria Regional é o Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único - A entrega do Diploma ao Governador far-se-á na forma definida pelo Cerimonial do Governo do Estado.

Artigo 20º - Os membros diretivos da LDN/RS exercerão seus cargos sem remuneração.

SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 21º - A Assembléia Geral é o poder de decisão da LDN/RS e se constitui da reunião dos associados efetivos, mantenedores e beneméritos.

Artigo 22º - A Assembléia Geral é convocada, ordinariamente, pelo Presidente da Diretoria Regional da LDN/RS, com o objetivo de, anualmente, na segunda quinzena do mês de novembro, apreciar as contas do exercício anterior e para eleger e dar posse, nos anos correspondentes ao término de seus mandatos, à Presidência da Diretoria, ao Conselho Consultivo e ao Conselho Fiscal.

§ 1º - A posse dos eleitos dar-se-á na mesma sessão da eleição.

§ 2º - A convocação da Assembléia Geral é feita pelo Diário Oficial da União ou pelo Diário Oficial do Estado.

Artigo 23º - A convocação da Assembléia Geral sempre se procederá, pelo menos, até 15 (quinze) dias antes da sua realização.

Artigo 24º - A Assembléia Geral reúne-se, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente da Diretoria Regional ou pelo Presidente do Conselho Consultivo - através do Presidente da Diretoria - explicitando-se o motivo da convocação.

Artigo 25º - A Assembléia Geral pode ser convocada, em casos especiais, por um quinto (1/5) dos Associados quites com suas obrigações pelo Presidente da Diretoria ou, por omissão deste, pelo Presidente do Conselho Consultivo - sendo claramente explicitado o motivo da convocação.

Artigo 26º - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, é presidida pelo Presidente da Diretoria Regional.

§ 1º - A Assembléia Geral reúne-se, em primeira chamada, com, no mínimo, metade mais um do número de associados e, em segunda chamada, com qualquer número.

Artigo 27º - As divergências entre a Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal serão julgadas pela Assembléia Geral, convocada, extraordinariamente, pelo Presidente da Diretoria.

Artigo 28º - É competência exclusiva da Assembléia Geral:

- a. Eleger e Destituir o Presidente, o Primeiro Vice-Presidente e o Segundo Vice-Presidente, os membros do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, na forma deste estatuto;
- b. Aprovar alterações neste Estatuto.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 29º - A Diretoria Executiva da Direção Regional da LDN/RS é composta pelos seguintes cargos:

- a. Presidente;
- b. 1º Vice-Presidente;
- c. 2º Vice-Presidente;
- d. Diretor de Planejamento e Coordenação;
- e. Diretor de Relações Institucionais;
- f. Diretor do Interior;
- g. Diretor Cultural;
- h. Diretor Social e de Assistência Social;
- i. Diretor de Comunicação e Divulgação;
- j. Diretor de Patrimônio e Sede;
- k. 1º e 2º Tesoureiros; e
- l. 1º e 2º Secretários.

§1º - O Presidente, 1º Vice-Presidente e o 2º Vice-Presidente são eleitos para um período de 3 (três) anos, com mandato renovável por mais 2 (dois) períodos iguais.

§ 2º - Os cargos listados nas alíneas “d” ao “m”. do caput deste artigo são de livre escolha e nomeação do Presidente.

§ 3º - O Presidente e os Vice-Presidentes da Diretoria Executiva também o são da Liga da Defesa Nacional do Estado do Rio Grande do Sul – LDN/RS, identificada como Diretoria Regional do Rio Grande do Sul.

Artigo 30º - A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou do seu substituto legal.

Artigo 31º - As decisões da Diretoria Executiva são tomadas pelo voto da maioria simples dos Vice-Presidentes, Diretores, Secretários, Tesoureiros e associados beneméritos presentes à reunião, cabendo ao seu Presidente o voto de desempate.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria Executiva são tomadas com qualquer quorum presente à reunião.

Artigo 32º - Compete à Diretoria Executiva:

- a. Criar e extinguir Diretorias;
- b. Criar e extinguir comissões especiais;
- c. Assessorar o Presidente na administração da LDN/RS.
- d. Constituir comissão para propor alterações neste Estatuto e no Regulamento Geral;

- e. Propugnar para que seja implantado um Núcleo Municipal em cada município do Estado;
- f. Coordenar e orientar as atividades desenvolvidas pelos Núcleos Municipais através de diretrizes;
- g. Conceder o Diploma do Mérito Cívico;
- h. Conceder Diploma de Honra ao Mérito;
- i. Fazer indicações de candidatos à Liga da Defesa Nacional para inclusão ou promoção na Ordem do Mérito Cívico;
- j. Instituir, "*ad referendum*" do Conselho Consultivo, prêmios por reconhecimento de mérito;
- k. Aplicar sanções aos associados por descumprimento deste Estatuto e do Regulamento Geral da LDN/RS, com grau de recurso ao Conselho Consultivo e à Assembléia Geral, em última instância;
- l. Admitir e eliminar associados;
- m. Julgar, em grau de recurso, as sanções aos associados aplicadas pelos Núcleos Municipais - LDN/RS/NM;
- n. Apreciar os assuntos que lhe forem encaminhados pelos Presidentes dos Núcleos Municipais - LDN/RS/NM.

Artigo 33º - Compete ao Presidente da LDN/RS:

- a. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da LDN/RS;
- b. Representar a LDN/RS ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em qualquer ato público ou particular podendo constituir procuradores e mandatários e designar representantes sempre para fins específicos e com limitação de período nunca superior a um ano;
- c. Presidir as reuniões que a LDN/RS levar a efeito ou indicar quem as presida, respeitadas as imposições estatutárias e regulamentares dos demais membros da Diretoria Executiva;
- d. Presidir, nos termos do § 1º, Artigo 5º, da Resolução Nº 01/2002 - peça integrante do Regulamento Geral - o Conselho Gaúcho Pró Pátria e Brasilidade, ensejando condições para o desenvolvimento das suas ações externas, conforme estabelecido no Artigo 8º do citado texto regulamentar.
- e. Dirigir, coordenar e orientar as atividades da LDN/RS;
- f. Submeter ao Conselho Fiscal, trimestralmente, os balancetes elaborados no decorrer do exercício e, até o final de março do ano seguinte, a prestação de contas da LDN/RS;
- g. Convocar a Assembléia Geral, por iniciativa própria ou a pedido do Presidente do Conselho Consultivo ou ainda de 1/5 (um quinto) do Quadro Social;

- h. Convocar extraordinariamente o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal;
- i. Submeter ao exame do Conselho Consultivo, até 31 de março, o Plano Anual de Trabalho do exercício e até 30 de novembro o Orçamento Anual do período subsequente;
- j. Remeter ao Conselho Consultivo, até o dia 5 do mês de dezembro, nos anos previstos para o término do mandato, o Relatório conclusivo do período e a respectiva Prestação de Contas e, nos demais, até a segunda quinzena do mês de março posterior ao que se refere, o Relatório e Prestação de Contas do exercício;
- k. Movimentar, com o Tesoureiro ou seu substituto legal, as contas bancárias da LDN/RS;
- l. Remeter para a Diretoria Nacional, até o dia 31 de março de cada ano, o Relatório Anual.
- m. Assinar com o Tesoureiro os documentos de responsabilidade financeira;
- n. Assinar com o Secretário as atas de reuniões e as correspondências externas;
- o. Assinar contratos de parceria com outras instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de atividades que busquem atingir os objetivos da LDN/RS;
- p. Assinar contratos onerosos depois de referendados pelo Conselho Consultivo;
- q. Convocar a Assembléia Geral Ordinária com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência ao término do mandato dos membros do Conselho Consultivo;
- r. Criar comissão especial para estudar e emitir parecer para a Assembléia Geral sobre alterações neste Estatuto;
- s. Presidir as reuniões que envolvam representantes de Núcleos Municipais;
- t. Zelar pelo patrimônio da LDN/RS, responsabilizando-se pela sua guarda, manutenção e conservação;
- u. Manter o Quadro Social informado sobre as atividades desenvolvidas pela LDN/RS.

Artigo 34º - Compete ao 1º Vice-Presidente:

- a. Substituir o Presidente em seus impedimentos, faltas ou licenças;
- b. Coordenar as atividades que envolvam mais de uma Diretoria, de acordo com as orientações do Presidente;
- c. Coordenar todas as atividades da LDN/RS, consoante as orientações emanadas do Presidente;

- d. Coordenar as atividades dos Núcleos Municipais de acordo com as orientações emanadas do Presidente;
- e. Executar encargos do seu nível diretamente atribuídos pelo Presidente.

Artigo 35º - Compete ao 2º Vice-Presidente:

- a. Substituir o 1º Vice-Presidente em seus impedimentos, faltas ou licenças;
- b. Coordenar todas as atividades-meio da LDN/RS, consoante as orientações emanadas do Presidente;
- c. Presidir a comissão de redação e/ou alteração do Regulamento Geral, indicando seus membros;
- d. Planejar, organizar e executar as Festividades da Semana da Pátria, no município de Porto Alegre, o Desfile da Mocidade tendo como público alvo os estudantes do ensino fundamental e médio, das escolas públicas e privadas, para promover o civismo e o patriotismo, de acordo com as diretrizes do Presidente;
- e. Estabelecer normas de coordenação e controle no que se refere à execução do Plano Anual de Trabalho e ao Orçamento Anual;
- f. Executar encargos do seu nível, diretamente atribuídos pelo Presidente.

Artigo 36º - Compete ao Diretor de Planejamento e Coordenação:

- a. Coordenar, segundo as diretrizes do Presidente, a elaboração das propostas de Plano Anual de Trabalho e do Orçamento Anual, coordenando e controlando a sua execução, de acordo com normas estabelecidas pelo 2º Vice-Presidente;
- b. Executar encargos do seu nível diretamente atribuídos pelo Presidente ou pelos Vice-Presidentes da LDN/RS.

Artigo 37º - Compete ao Diretor de Relações Institucionais:

- a. Promover articulação das atividades da LDN/RS com outras instituições, mantendo o 1º e o 2º Vice-Presidente informados sobre os contatos realizados;
- b. Encaminhar parcerias da LDN/RS com outras instituições, públicas ou privadas, para o encaminhamento de atividades que busquem atingir as finalidades e objetivos da Entidade;
- c. Representar a Presidência da LDN/RS nos fóruns de articulação com outras instituições;
- d. Executar encargos do seu nível diretamente atribuídos pelo Presidente ou pelo 1º Vice-Presidente da LDN/RS.

Artigo 38º - Compete ao Diretor do Interior:

- a. Assessorar o 1º Vice-Presidente na coordenação dos Núcleos Municipais;
- b. Promover a articulação entre a Diretoria Executiva da LDN/RS e os Núcleos Municipais, mantendo informado o 1º Vice-Presidente;
- c. Manter os Núcleos Municipais informados sobre as atividades desenvolvidas pela LDN/RS;
- d. Estimular a criação de um Núcleo Municipal em cada município do Estado;
- e. Coordenar a criação de Núcleos que reúnam mais de um município, quando esses não possuírem condições de organizar um núcleo próprio;
- f. Planejar, organizar e coordenar a execução da “Corrida do Fogo Simbólico” de acordo com as diretrizes do Presidente;
- g. Executar encargos de seu nível diretamente atribuídos pelo Presidente e pelo 1º Vice-Presidente.

Artigo 39º - Ao Diretor Social e de Assistência Social compete:

- a. Organizar e desenvolver o cerimonial dos eventos promovidos pela LDN/RS;
- b. Preparar o ambiente para a realização de eventos sociais e culturais na sede da LDN/RS;
- c. Providenciar para que todos os associados da LDN/RS, em evento por ela promovido, sejam identificados como tal, através da insígnia da LDN;
- d. Promover eventos sociais visando a integração do Quadro Social da LDN/RS;
- e. Manter organizadas e sempre atualizadas listas de convidados para os eventos sociais promovidos pela LDN/RS;
- f. Manter atualizada lista de efemérides ligadas aos integrantes do Quadro Social, enviando congratulações sempre que oportuno;
- g. Promover campanhas de solidariedade às camadas menos favorecidas da Comunidade;
- h. Planejar e conduzir a participação da LDN/RS em eventos de assistência social promovidos por Entidades da Sociedade Organizada, Públicas ou Privadas;
- i. Divulgar, através de boletim informativo, as atividades da LDN/RS;
- j. Manter Quadro de Informações na sede da LDN/RS divulgando assuntos de interesse publicados na imprensa;
- k. Planejar e desenvolver eventos para fomentar a integração da LDN/RS junto às Entidades da Sociedade Organizada, juntamente com as demais Diretorias, visando atingir seus objetivos e finalidades.

- l. Planejar e desenvolver eventos sociais para promover a integração dos Associados.
- m. Desenvolver atividades de relações públicas junto ao público interno e externo.

Artigo 40º - Ao Diretor Cultural compete:

- a. Planejar, organizar e executar campanha de doação da Bandeira Nacional e a do Estado do Rio Grande do Sul, em seu território de atuação, quer através dos Núcleos Municipais ou diretamente, para as Escolas do ensino fundamental e médio das Redes Pública e Privada, para promover o civismo e o patriotismo, de acordo com as diretrizes da Diretoria Executiva e do Presidente.
- b. Planejar, organizar e executar no mínimo um evento anual em nível Estadual e no Município de Porto Alegre, tendo como público alvo os estudantes do ensino fundamental e médio, das Escolas Públicas e Privadas, para promover o civismo e o patriotismo, de acordo com as diretrizes da Diretoria Executiva e do Presidente, através da 1ª Vice-presidência.
- c. Planejar e realizar conferências, palestras, seminários, painéis e estudos sobre temas culturais que busquem atingir as finalidades e objetivos da LDN/RS, em eventos voltados tanto para o Quadro Social e seus convidados, quanto para a comunidade em geral e estudantil em particular.
- d. Incentivar entidades Públicas e Privadas a promoverem o hasteamento das Bandeiras Nacional e do Rio Grande do Sul.

Artigo 41º - Ao Diretor de Patrimônio e Sede compete:

- a. Manter sob sua guarda e controle o patrimônio da LDN/RS;
- b. Manter a Biblioteca da LDN/RS sob sua guarda e administração, zelando pelos livros e documentos ali existentes;
- c. Promover, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento da Biblioteca da LDN/RS, especialmente em literatura que se relacione com os objetivos e finalidades;
- d. Formar índice indicativo dos livros e autores apresentando relatório das atividades a cada ano;
- e. Manter sob sua guarda, em pastas apropriadas, uniformes e individualizadas anualmente, os registros das atividades promovidas pela LDN/RS;
- f. Registrar em Livro Tombo todos os bens patrimoniais da LDN/RS, móveis e imóveis, assim como manter sob sua responsabilidade a guarda, controle, preservação e manutenção de tais bens;

g. Manter sob sua responsabilidade a guarda, controle, preservação e manutenção da sede da LDN/RS.

Artigo 42º - Ao Diretor de Comunicação e Divulgação compete:

- a. Difundir tudo o que diga respeito à filosofia, estrutura e ação da LDN/RS;
- b. Fomentar o relacionamento da Entidade com os Órgãos de comunicação social e demais Entidades com as quais a LDN/RS mantenha ou possa vir a manter qualquer espécie de relacionamento;
- c. Divulgar os feitos e os fatos da Entidade, especialmente os relacionados à sua programação.

Artigo 43º - Ao Diretor de Comunicação e Divulgação compete:

Difundir tudo o que diga respeito à filosofia, estrutura e ação da LDN/RS;

- a. Fomentar o relacionamento da Entidade com os Órgãos de comunicação social e demais Entidades com as quais a LDN/RS mantenha ou possa vir a manter qualquer espécie de relacionamento;
- b. Divulgar os feitos e os fatos da Entidade, especialmente os relacionados à sua programação.

Ao 1º Tesoureiro compete:

- a. Dirigir os serviços da tesouraria;
 - b. Recolher as contribuições dos Associados Efetivos e Mantenedores, passando recibo e registrando-as em livro próprio;
 - c. Efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente;
- Movimentar contas bancárias juntamente com o Presidente ou, na sua ausência, com o seu substituto legal;
- d. Receber recursos de qualquer natureza e origem, dando recibo e registrando em livro próprio;
 - e. Apresentar à Diretoria Regional, trimestralmente, a demonstração da receita obtida e da despesa realizada no período considerado;
 - f. Apresentar à Diretoria Regional o Balanço e as contas do exercício anterior, encerrado em 31 de dezembro, na primeira semana de março do ano subsequente a que se referir;
 - g. Prestar conta da posição patrimonial da LDN/RS anualmente, no mês de março;
 - h. Conservar sob sua responsabilidade e em boa guarda os valores monetários pertencentes a LDN/RS;
 - i. Manter em dia e em ordem a documentação contábil, sempre à disposição do Conselho Fiscal, do Presidente e da Diretoria Executiva;

j. Preparar e apresentar anualmente a Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e os demais documentos na forma e momentos determinados por lei.

Parágrafo Único - Ao 2º Tesoureiro compete substituir o titular em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas tarefas, sempre que solicitado.

Artigo 44º - Ao 1º Secretário compete:

- a. Preparar e expedir a correspondência da LDN/RS, quer administrativa ou social;
- b. Assinar com o Presidente, ou seu substituto legal, as correspondências administrativa e social;
- d. Manter sob sua guarda todos os documentos da LDN/RS, organizando os serviços da Secretaria e o seu arquivo;
- e. Encaminhar à Diretoria Executiva as propostas de admissão e de eliminação de associados, para apreciação e julgamento.
- f. Expedir as carteiras sociais e os Diplomas para os Associados Efetivos, Mantenedores e Beneméritos;
- g. Preparar a pauta para as reuniões semanais da Diretoria Executiva, de acordo com as diretrizes do Presidente da LDN/RS;
- h. Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva, lavrando as atas em livro próprio;
- i. Manter sob sua responsabilidade um livro de registro de presenças nas reuniões da Diretoria Executiva e nos eventos promovidos pela LDN/RS.
- j. Manter atualizado o registro de dados pessoais dos Associados Efetivos, Mantenedores e Beneméritos.
- k. Manter atualizado o livro registro de concessão de Diplomas do Mérito Cívico e de Medalhas do Mérito Cívico;
- l. Executar encargos de seu nível, diretamente atribuídos pelo Presidente da Diretoria Executiva ou Vice-Presidentes.

Parágrafo único - Ao 2º Secretário compete substituir o 1º Secretário em seus impedimentos e auxiliá-lo em suas tarefas, sempre que por ele solicitado.

SEÇÃO IV - DO CONSELHO CONSULTIVO

Artigo 45º - O Conselho Consultivo é o mais alto órgão de assessoramento ao Presidente da Diretoria, em todos os níveis de atividade, não lhe cabendo, no entanto, poder decisório.

§ 1º - O Conselho Consultivo é composto de, no mínimo, 16 (dezesesseis) e de, no máximo, 32 (trinta e dois) Membros Titulares e de, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 20 (vinte) Membros Suplentes.

§ 2º - Integram o Conselho, com assento permanente, os Ex-Presidentes da LDN/RS, quando residentes na Cidade Sede da Diretoria.

§ 3º - O quantitativo de Membros necessários para completar o Conselho é eleito dentre os Associados, para um mandato de 3 (três) anos, renovável por mais 2 (dois) períodos.

§ 4º - O Conselho Consultivo tem um Presidente e um Vice-Presidente.

§ 5º - O Secretário do Conselho Consultivo será nomeado por seu Presidente.

Artigo 46º - O Conselho Consultivo somente poderá deliberar, em primeira convocação, com mais da metade dos seus Membros Titulares e, em segunda convocação, trinta minutos após o início da sessão, com qualquer número.

§ 1º - Os Conselheiros Suplentes presentes à reunião serão convocados pelo Presidente para completar o quorum necessário.

§ 2º - Os Conselheiros Suplentes, na condição de titularidade, por ausência do titular, serão substituídos por esses tão logo se façam presentes, na ordem inversa de sua inclusão no quorum.

§ 3º - As vagas de Conselheiros Titulares, porventura existentes, serão preenchidas por Conselheiros Suplentes convocados pelo Presidente do Conselho.

§ 4º - Se depois de convocados todos os Conselheiros Suplentes, o número de Conselheiros for inferior a 16 (dezesesseis), o Presidente do Conselho solicitará ao Presidente da Diretoria Executiva a convocação de Assembléia Geral Eletiva para a eleição de novos Conselheiros, que completarão o mandato dos substituídos por vacância.

Artigo 47º - As deliberações do Conselho serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus Membros presentes, Conselheiros Titulares ou Suplentes na função de Titulares, cabendo ao Presidente o voto de desempate, sendo registradas em livro próprio com cópia da ata encaminhada à Diretoria Executiva para conhecimento e providências.

Artigo 48º - O Conselho, por ocasião da sua primeira reunião, elege o seu Presidente, o seu Vice-Presidente e o seu Secretário Geral.

§ 1º - O Presidente do Conselho é substituído, em seus afastamentos ou impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º - O Conselho pode ser convocado, extraordinariamente, pelo seu Presidente ou pelo Presidente da Diretoria, explicitado o motivo da convocação.

Artigo 49º - No caso de vacância, por afastamento definitivo do Presidente do Conselho, o Vice-Presidente assumirá a Presidência.

Artigo 50º - O Conselho Consultivo reúne-se, anualmente em 3 (três) sessões ordinárias:

- a. Até 20 de março, para conhecimento do Relatório Anual e da Prestação Anual da Diretoria, apresentado pela Diretoria Executiva;
- b. Até 31 de julho, para tomar conhecimento da programação detalhada da “Corrida do Fogo Simbólico da Pátria” do ano em curso e das medidas adotadas para o seu pleno êxito.
- c. Até 31 de outubro, para analisar as propostas do Plano Anual de trabalho e do Orçamento Anual, referentes ao exercício seguinte.

Artigo 51º - O Conselho Consultivo poderá ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente ou pelo Presidente da Diretoria Executiva, explicitados os motivos da convocação.

Parágrafo único - Nas sessões extraordinárias, as deliberações do Conselho são tomadas segundo as mesmas regras adotadas nas sessões ordinárias.

Artigo 52º - Ao Conselho Consultivo compete:

- a. Referendar a criação de novos Núcleos Municipais pela Diretoria Executiva;
- b. Cumprir e fazer cumprir esses Estatutos e o Regimento Interno da LDN/RS;
- c. Zelar para que a Diretoria Regional cumpra as finalidades e objetivos da LDN/RS;
- d. Em primeira instância, analisar o Plano Anual de Trabalho e o Orçamento Anual do exercício seguinte e o Relatório Anual do exercício findo, recomendando as correções que julgar necessárias;
- e. Em primeira instância, apreciar as contas do exercício anterior, encaminhadas pelo Conselho Fiscal, emitindo julgamento prévio a ser encaminhado para deliberação final da Assembléia Geral;
- f. Apreciar e propor soluções aos assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e dos Membros do próprio Conselho Consultivo;

- g. Encaminhar ao Presidente da Diretoria, para providências junto à Assembléia Geral, os assuntos controversos cuja solução não tenha sido dada pelo Colegiado da Diretoria;
- h. Julgar em grau de recurso, penalidades e sanções aplicadas pela Diretoria Executiva;
- i. Julgar e aplicar sanções aos membros da Diretoria Executiva, aos Membros do próprio Conselho Consultivo e aos membros do Conselho Fiscal e aos membros da administração de Núcleos Municipais;
- j. Registrar as reuniões em livro próprio;
- k. Convocar Assembléia Geral Extraordinária através do seu Presidente, de acordo com o artigo 24.

SEÇÃO V - DO CONSELHO FISCAL

Artigo 53º - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros titulares e de 03 (três) membros suplentes.

Artigo 54º - O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03 (três) anos, renovável por mais 04 (quatro) períodos, dentre os Associados.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal, eleitos pela Assembléia Geral, são empossados juntamente com os membros do Conselho Consultivo.

§ 2º - O Conselho Fiscal elege o seu Presidente, dentre seus membros, para um mandato de 1 (um) ano, prorrogável por dois períodos.

§ 3º - O Presidente do Conselho Fiscal tem como substituto, em seus impedimentos, o Conselheiro mais idoso.

Artigo 55º - O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com o quorum mínimo de 3 (três) membros no exercício da titularidade.

Parágrafo Único - Os conselheiros suplentes presentes à reunião preencherão a vaga dos titulares ausentes, concorrendo para o estabelecimento do quorum mínimo, sendo substituídos pelos titulares tão logo se façam presentes, na ordem inversa da sua inclusão.

Artigo 56º - As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros presentes, titulares ou suplentes na função de titulares, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Artigo 57º - As deliberações do Conselho são registradas em livro próprio e encaminhada cópia à Direção Executiva e ao Conselho Consultivo para conhecimento e providências.

Artigo 58º - O Conselho Fiscal reúne-se, anualmente, em quatro sessões ordinárias:

- a. até 10 de março - para analisar, julgar e emitir parecer sobre o Balanço Anual, as Contas e os Balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro do exercício anterior, com o movimento encerrado no dia 31 de dezembro;
- b. até 30 de abril, para analisar, julgar e emitir parecer sobre os Balancetes referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março do exercício corrente;
- c. até 31 de julho, para analisar, julgar e emitir parecer sobre os Balancetes referentes aos meses de abril, maio e junho do exercício corrente;
- d. até 31 de outubro, para analisar, julgar e emitir parecer sobre os Balancetes referentes aos meses de julho, agosto e setembro do exercício corrente;

Parágrafo Único - Nos anos em que devem ocorrer eleições para a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal terá prazo até o dia 30 de novembro para julgar e emitir opinião sobre o Balanço de Final de Gestão e a correspondente Prestação de Contas.

Artigo 59º - O Conselho Fiscal poderá ser convocado extraordinariamente pelo seu Presidente, pelo Presidente da Diretoria Executiva ou pelo Presidente do Conselho Consultivo, explicitados os motivos da convocação.

Artigo 60º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regulamento Geral da LDN/RS;
- b. Emitir e encaminhar ao Conselho Consultivo parecer sobre Balancetes Mensais, sobre as contas do exercício anterior da LDN/RS e sobre o Balanço Anual;
- c. Deliberar sobre as contas do exercício anterior;
- d. Opinar sobre as demonstrações contábeis e a proposta orçamentária formulada para o exercício seguinte;
- e. Deliberar sobre os balancetes apresentados pela Diretoria Executiva;
- f. Fiscalizar a satisfação das obrigações fiscais oficiais, bem como todo o recolhimento de impostos, taxas e tributos;

- g. Zelar pela escrituração contábil da LDN/RS;
- h. Acompanhar a execução do Orçamento;
- i. Examinar, a qualquer tempo e por iniciativa própria, livros e documentos relacionados com a escrituração financeira e patrimonial;
- j. Apreciar os assuntos que lhe forem encaminhados pelo Presidente da Diretoria Executiva, e do Conselho Consultivo;
- k. Submeter à Assembléia Geral as discordâncias havidas com a Diretoria Colegiada;
- l. Registrar as reuniões em livro próprio.

SEÇÃO VI - DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS

Artigo 61º - Em cada município, poderá formar-se um Núcleo Municipal, cuja homologação deve ser submetida à aprovação da LDN/RS.

Artigo 62º - Os Núcleos Municipais reger-se-ão por Estatuto próprio, submetido previamente à LDN/RS, com autonomia patrimonial, administrativa, técnica e financeira, submetendo-se à coordenação e fiscalização da LDN/RS, nos termos deste Estatuto e do seu Regimento Interno.

Artigo 63º - Os Núcleos Municipais serão coordenados pelo 1º Vice-Presidente da LDN/RS, que exercerá sua ação através do Diretor de Interior.

Artigo 64º - Para homologação de Núcleo Municipal pela LDN/RS, deverá ser encaminhada previamente a minuta de Estatuto, onde deverá constar a natureza, os objetivos e as finalidades perseguidas pela LDN/RS;

§ 1º - O Estatuto e o Regimento Interno do Núcleo poderão ser adaptados às peculiaridades locais.

§ 2º - Satisfeitas as exigências acima, o Núcleo estará apto a receber a credencial de reconhecimento de efetividade da LDN/RS.

§ 3º - A qualquer momento, e por sua iniciativa, a LDN/RS poderá reavaliar a concessão da credencial de reconhecimento de determinado Núcleo Municipal, cabendo-lhe, inclusive, realizar intervenção, através de delegado especialmente credenciado, nas hipóteses de não obediência por parte dos Núcleos Municipais às decisões emanadas pela LDN/RS, irregularidades administrativas, e/ou atos que maculem a imagem da LDN.

Artigo 65º - A Presidência de Honra do Núcleo poderá ser exercida pelo Prefeito Municipal.

Artigo 66º - O Núcleo Municipal, instalado em um Município, poderá representar, também, Municípios vizinhos.

Artigo 67º - É vedado aos Núcleos Municipais participar, de forma direta ou indireta, de disputas político-partidárias.

Artigo 68º - Caberá ao Conselho Consultivo da LDN/RS a aplicação de qualquer sanção ao Núcleo Municipal ou aos seus membros diretivos, com recurso à Assembléia Geral Extraordinária da LDN/RS especialmente convocada para tal finalidade.

Artigo 69º - Em caso de dissolução de Núcleo Municipal, por qualquer motivo, seu patrimônio será destinado a uma instituição congênere, ouvida a Diretoria Regional, para onde deverão ser encaminhados todos os arquivos existentes no LDN/RS/NM.

Artigo 70º - Os membros do Núcleo Municipal exercerão seus cargos sem remuneração.

Artigo 71º - Os Núcleos Municipais adotam a Bandeira Nacional e o emblema da LDN, sendo vedada à criação de outros símbolos oficiais.

Artigo 72º - Os integrantes dos Núcleos Municipais podem utilizar o distintivo de lapela da LDN.

CAPÍTULO V - DAS ELEIÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Artigo 73º - A eleição dos membros da Diretoria Executiva mencionados no Art. 28, § 1º, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, deve ser realizada na 2ª quinzena de novembro, no ano de encerramento de cada gestão, definindo o edital de convocação da Assembléia Geral expedido pelo Presidente da LDN/RS os seguintes itens:

- a. objetivo da convocação;
- b. dia, local e horário para início e termino do período de recepção pela secretaria geral da LDN/RS da nominata das chapas concorrentes para cada conselho, isoladamente;
- c. dia, local e período para instalação da Assembléia Geral Eletiva, definindo o credenciamento dos eleitores e período destinado à votação;
- d. data, hora e local da cerimônia de posse dos eleitos;

§ 1º - Caberá ao Presidente da LDN/RS conduzir a abertura da Assembléia Geral Eletiva.

§ 2º - Estão aptos a concorrer às eleições somente àqueles Associados admitidos há mais de doze (12) meses em relação à data da eleição e que estiverem em dia com suas obrigações pecuniárias junto a LDN/RS.

§ 3º - Caberá ao Presidente da Assembléia Geral Eletiva o voto de desempate na eleição para o Conselho Consultivo ou Fiscal.

§ 4º - Não será aceito voto por procuração.

Artigo 74º - A indicação de nomes para concorrer à eleição de membros para os cargos de Conselheiros e da Presidência da Diretoria deve ser feita através de chapa, apresentada na Secretaria da Diretoria, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da eleição.

Parágrafo Único – A transmissão solene dos cargos de Presidente, do 1º e 2º Vice-Presidentes eleitos, bem como dos demais integrantes da Diretoria Executiva, se dará no dia 16 (dezesesseis) de dezembro.

Artigo 75º - Os candidatos comporão uma chapa, indicada por, no mínimo, 3 (três) associados efetivos.

Artigo 76º - Caberá ao Presidente da Assembléia o voto de desempate na eleição do Presidente, dos 1º e 2º Vice-presidentes e integrantes dos Conselhos Consultivo e Fiscal.

Artigo 77º - Nos casos de vacância ou de afastamento superiores a 30 (trinta) dias e que não excedam 60 (sessenta) dias, quer do Presidente da LDN/RS ou dos seus Vice-Presidentes, assim se procederá:

- a. O Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente;
- b. O 1º Vice-Presidente será substituído pelo 2º Vice-Presidente;
- c. O 2º Vice-Presidente será substituído pelo Diretor de Planejamento e Coordenação, que acumulará com suas funções.

Artigo 78º - Nos casos de vacância ou de afastamento acima de 60 (sessenta) dias, da Presidência ou das Vice-Presidências, o cargo é considerado vago, devendo, dentro de quinze dias, contados do início da vacância ou do afastamento, ser convocada Assembléia Geral Eletiva, para eleger substituto.

Artigo 79º - No caso de impedimento ou afastamento temporário de Diretor, esse será substituído por outro Diretor, nomeado pelo Presidente da LDN/RS, que acumulará atribuições.

Parágrafo único - Em caso de afastamento definitivo ou superior a 60 (sessenta) dias, o Presidente considera o cargo vago e indica substituto titular.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E RENDA

Artigo 80º - O patrimônio social é ilimitado e se constitui de bens móveis e imóveis, livros, documentos, peças de museu e artesanato, títulos de renda, dinheiro em espécie, depósitos bancários em conta-corrente, aplicações financeiras e quaisquer outros valores pertencentes a LDN/RS.

Artigo 81º - Todos os bens, exceto os de natureza exclusivamente financeira, serão tombados em livro próprio, o qual será conferido toda a vez que ocorrer alternância de Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Admite-se, para este caso, os tombamentos feitos com registro eletrônico dos dados.

Artigo 82º - Os bens imóveis somente poderão ser alienados mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho Consultivo e referendada pela Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim, com o voto favorável de 2/3 dos associados efetivos presentes à reunião, em segunda chamada.

Artigo 83º - A renda social é constituída de:

- a. contribuições cobradas dos associados efetivos;
- b. contribuições dos associados mantenedores;
- c. doações eventuais recebidas da Liga da Defesa Nacional – LDN;
- d. contribuições, doações, auxílios e subvenções concedidas por pessoas de direito público ou privado;
- e. participações em convênios;
- f. valores resultantes de promoções diversas; e
- g. receitas financeiras.

Artigo 84º - O registro do movimento financeiro é feito através de escrituração contábil, de onde deverão ser extraídos balancetes parciais e o balanço anual, os quais serão examinados e deverão receber parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 85º - As rendas e os recursos da LDN/RS somente poderão ser aplicados no Território Nacional, no cumprimento dos fins por ela visados, não podendo haver distribuição de lucros, dividendos ou bonifi-

cações a Associados, assim como pagamento de salário a dirigentes, sob qualquer forma ou pretexto.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 86º - A extinção da Liga da Defesa Nacional do Estado do Rio Grande do Sul – LDN/RS somente poderá ocorrer no caso de impossibilidade no cumprimento de suas finalidades, mediante decisão da Assembléia Geral, em sessão especialmente convocada para esse fim, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, através de edital publicado em jornal de grande circulação da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 1º - Em caso de extinção da Liga da Defesa Nacional do Estado do Rio Grande do Sul – LDN/RS, após o pagamento das eventuais dívidas, seus fundos e Patrimônio serão destinados a outro órgão da LIGA DA DEFESA NACIONAL, conforme designação da Assembléia Nacional de Presidentes.

§ 2º - Os bens doados retornarão aos seus doadores e, não sendo possível, serão também destinados a outro órgão da LIGA DA DEFESA NACIONAL, conforme designação da Assembléia Nacional de Presidentes.

§ 3º - Não se consumará a dissolução da LDN/RS se 20 (vinte) Associados Efetivos, Mantenedores ou Beneméritos a isso se opuserem, compondo minimamente os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal.

§ 4º - O conteúdo do parágrafo anterior deverá constar no edital de convocação dessa Assembleia Geral Extraordinária, e citado ao seu início.

Artigo 87º - O presente Estatuto será complementado por um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Consultivo, a quem compete, igualmente, reformá-lo no todo ou em parte.

Artigo 88º - O presente Estatuto somente poderá ser modificado, total ou parcialmente por Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim.

§ 1º - O projeto de reforma de que trata este artigo deverá ser levado ao conhecimento do Quadro Social com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data estabelecida para a sessão da Assembléia Geral Extraordinária em que tiver de ser votado, através de material posto à disposição na sede da LDN/RS.

§ 2º - A Assembléia deverá ser convocada com até 15 (quinze) dias de antecedência à sua realização.

§ 3º - A reforma do estatuto será legítima se tomada por 2/3 (dois terços) dos Associados presentes em primeira chamada, ou trinta minutos após, em segunda chamada, não podendo a Assembléia deliberar em primeira chamada sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 (um terço) em segunda chamada.

Artigo 89º - Os cargos exercidos na Diretoria Executiva ou nos Núcleos Municipais e nos respectivos Conselhos são honoríficos e por isso, sem remuneração.

§ 1º - Quando no desempenho de missão atribuída pela Diretoria, o Diretor ou Conselheiro é ressarcido das despesas correspondentes a transporte, alimentação e pousada, devidamente comprovadas.

§ 2º - A relevância de pertencer à LDN/RS, impõe que o integrante de qualquer dos seus Órgãos que venha a faltar, sem justificativa, a (três) reuniões consecutivas, possa perder o seu mandato.

Artigo 90º - Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da LDN/RS.

Artigo 91º - Os casos omissos neste Estatuto serão definidos pelo voto de 2/3 do Conselho Consultivo, com recurso à Assembléia Geral.

Artigo 92º - Compete à Diretoria Executiva providenciar no sentido de que a entidade cumpra todas as alterações contidas nesta Reforma Estatutária e, inclusive, aos Registros Cartorários decorrentes.

Artigo 93º - Os Núcleos Municipais em atividade terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento do presente, para proceder à adaptação de seu Estatuto ao presente.

Artigo 94º - Revogam-se as disposições em contrário.
Porto Alegre, 12 de Dezembro de 2006.



A Sessão Solene e o discurso de Olavo Bilac no Salão Nobre do Colégio Militar de Porto Alegre em 11 de outubro de 1916

Olavo Bilac percorreu o Brasil defendendo o Serviço Militar Obrigatório. Seu trabalho rendeu os frutos desejados. Várias leis foram aprovadas e as Forças Armadas puderam contar com esse direito, mais do que um dever.

A Diretoria de Serviço Militar do Exército Brasileiro (DSM) em sua página na Internet (dsm.dgp.eb.mil.br) publica um interessante histórico sobre o Serviço Militar Obrigatório:



**Olavo Bilac discursando no Salão Nobre do CMLA
(Fonte: Museu do CMLA).**

----- Transcrição -----

O Serviço Militar Obrigatório surgiu, no BRASIL, quando o sistema administrativo adotado era o das Capitanias Hereditárias e buscava permitir a defesa contra os inimigos estrangeiros e índios rebeldes. Assim, em 09 de setembro de 1542, na Câmara de

São Vicente, foi promulgado um “Termo”, organizando uma milícia formada por colonos e índios. Em 1574, a “Provisão sobre as Ordenanças”, segundo alguns autores, assinalou o início da regulamentação sobre a prestação do Serviço Militar, pois todo o cidadão, entre quatorze e sessenta anos, era obrigado a servir nas Companhias de Ordenanças. No Império e após a Independência, foi reafirmada a obrigatoriedade do Serviço Militar, na Constituição de 1824:

“Art. 145. Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos.”

Após 1880, foi estabelecida norma, que perdura até hoje, na qual a admissão em Serviço Público só poderia ser feita se o cidadão provasse ter cumprido as obrigações militares.

OLAVO BILAC, nos anos de 1915 e 1916, desencadeou campanha, pregando a necessidade do Serviço Militar, como preito de amor à Pátria, e o Quartel, como escola de civismo. Como justa e merecida homenagem, OLAVO BILAC foi escolhido o Patrono do Serviço Militar e a data de seu nascimento - 16 de dezembro - consagrada como o Dia do Reservista. Após leis e decretos editados em 1918, 1920, 1939 e 1946, a Lei do Serviço Militar foi finalmente promulgada em agosto de 1964, entrando em vigor no dia 20 de janeiro de 1966, com a publicação de seu Regulamento. A Constituição Federal de 1988 confirmou a obrigatoriedade do Serviço.

-----Final de Transcrição-----

Texto do discurso de Olavo Bilac no Salão Nobre do CMPA em 11 de outubro de 1916

(a partir da página seguinte)

AOS ESTUDANTES DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre. 11 de Outubro
de 1916.

Decidindo esta minha visita ao Rio Grande do Sul, deliberei logo que algumas palavras minhas vos seriam dirigidas. Já aos moços estudantes de São Paulo e de Minas abri o meu coração cheio de sustos e esperanças; e, como a elles e a vós, ainda pretendo falar aos vossos irmãos de outras capitães do sul e do norte do Brazil, se lograr vida e saúde para esta peregrinação que me rejuvenesce e consola.

O presente, ás vezes, entristece-me: já não posso esperar prodigios de coragem e desinteresse da maior parte da gente da minha geração, amadurecida e envelhecida no olvido do civismo. Na vossa terra, não ha motivo para que a minha alma se desanime: aqui a facilidade das communicações, a abundancia do trabalho, a intensidade do povoamento favoreceram a riqueza natural e a organização economica; a vizinhança proxima de outra raça e de outro idioma, e o espectaculo constante de uma mistura de outras raças e de outros idiomas no seio do vosso dominio estimularam o vosso nativismo e robusteceram o vos-

so orgulho; isto explica o vosso adeantamento, e a igualdade da vossa condição social, de modo tal, que não é possível affirmar aqui a existencia de um verdadeiro sertão, no sentido pejorativo, de uma zona bruta tocando e contrastando com a zona civilizada. Mas o Brazil é grande. E nesta grandeza, que me amedronta, nem sempre se encontram a felicidade e a consciencia, que aqui se evidenciam. Em muitos pontos, a escassez do trabalho, a pobreza e o desamparo do povo, e a indifferença ou a maldade dos mandões deixaram immensos tractos cobertos de matas incultas e de populações apathicas. Dos responsaveis d'esta miseria já não é possível que venham redempção e remedio... Porém tudo é possível exigir do verdor e do calor das almas que desabrocham á vida. Por isso, é aos moços principalmente, que prégo. Nelles confio, nelles renasço, nelles me alegro, — depositarios do futuro, predestinados para dias de maior alegria.

Alimentei durante muitos annos no meu coração o desejo de ver o Rio Grande do Sul. Desde menino, quando comecei a amar o Brazil pelo estudo da nossa geographia e da nossa historia, comecei a admirar especialmente este trecho da nossa terra, este confim da nossa nacionalidade e da nossa lingua, — campo limitrophe, em que se bateram e definiram duas metropoles, duas colonias, e, depois, tres povos e tres patrias. Enthusiasmou-me a leitura dos vossos annaes, em que sopra um largo vento de liberdade e arde uma continua chamma de heroismo. Mais tarde, depois de conhecer o vosso passado, conheci o vosso pre-

sente; e, tratando e amando, durante a minha mocidade e a minha idade madura, muitos filhos do Rio Grande do Sul, senti o meu amor alargado e enraizado por vós.

Conheço-vos bem. Sois bravos; e a bravura é a nobreza das almas fortes; sois generosos, e a generosidade é inseparavel da verdadeira bravura; sois ousados, e a ousadia, impulso da iniciativa, é uma clara virtude da força e da intelligencia. Se sois, ás vezes, rudes, — a vossa rudeza, sendo um excesso da franqueza, é apenas o recato com que disfarçaes a bondade; e se, ás vezes, sois um tanto quichotescos, — não vos envergonheis d'este defeito, se é que é defeito este exaltado impeto, com que, logo á primeira assomada do brio, arrancaes á mão-tenente contra a injustiça real ou apparente que vos irrita: porque, no fundo de todo o homem leal existe um Quichote; e o quichotismo sincero sempre é mais nobre do que um pancismo interesseiro e medroso...

Conheço-vos bem. Saudando-vos, moços, que tão liberalmente me recebeis e acolheis, saúdo todo o Rio Grande do Sul, todas as vossas cidades da campanha e da serra, rumorejantes de escolas e de fabricas, e todos os vossos campos cobertos de lavouras e de rebanhos, e toda a vossa gente leal e simples, amorosa e sonhadora, hospitaleira e dadivosa, em que revivem a independencia e a bondade dos primeiros pastores e arvicultores da alvorada da civilização humana.

Sei que amaes ardentemente este sólo que pisaes, este ar que respiraes, e as tradições de nobreza de alma que os vossos maiores vos

legaram. O que peço e ambiciono é que este vosso amor constantemente se alargue e difunda, abrangendo, além das raias do vosso domínio de unidade da federação, toda a imensa patria, que precisa da vossa força material e moral. O Rio Grande do Sul é rico e feliz. Mas nem todo o Brazil é opulento e venturoso... Nos lares, em que as prendas naturaes ou adquiridas se não distribuem igualmente pelos irmãos, a unidade da familia exige que os mais dotados se sacrifiquem pelos menos favorecidos. A nossa federação é uma familia ainda mal organizada. E devemos organizal-a pelo affecto: o amor tem uma força especifica e soberana, que vale máis do que a autoridade das leis da razão.

Amanhã sereis chamados á educação e á administração do vosso Estado. Lembrae-vos sempre este principio velho como a civilização, que já professava Aristoteles, ha vinte e dois seculos: «Toda a sociedade humana é uma associação de familias, cujo unico fim é conseguir uma cohesão capaz de inventar a felicidade commun.» Não sois sómente riograndenses: sois brasileiros. A terra em que viveis não pode suggerir-vos um estreito provincialismo, um amor nativo de curta envergadura. A vossa paizagem liberta a vossa intelligencia do captivo do egoismo. O raio moral, aqui, é graduado pelo raio visual. Entre as ramificações da vossa serra maritima, alargam-se leguas e leguas de varzeas sem fim, estendidas em planicies calmas, ou na suave ondulação das coxilhas: neste descampado, nasce a liberdade e viça o desprendimento. Não tendes deante de vós, nem dentro de vós,

a idéa de um torrão mesquinho, ambito parco de posse e de carinho onde o vosso coração se possa contentar com a unica ventura da riqueza avara e da solidariedade medida: a familia e o gado. os pagos e as lavouras, a mediania no pão e na dedicação. A força das azas está na razão directa do desdobramento do horizonte. Sentis bem que, para além das divisas do Rio Grande do Sul, está o Brazil. Sentis que a vossa terra não acaba alli nas aguas do Pelotas e do Uruguay, da barra de Mampituba ao Pepiry-Guassú. Amplia-se o vosso regionalismo e desdobra-se em nacionalismo; expande-se em patriotismo o vosso nobre orgulho domestico. Sentis que, como filhos de uma espalhada familia, deveis amar e defender a nutrição, a ventura e a dignidade de irmãos, que nunca vistes, mas que vivem no vosso coração: e pela consciencia da vossa força, e pela responsabilidade do vosso nome, sentis que, estando o Rio Grande do Sul dentro do Brazil, todo o Brazil está dentro do Rio Grande do Sul.

Sede brasileiros sempre! E, sendo instruídos, sede fortes; sede soldados do Brazil!

Procurando deturpar o que, ha um anno, disse aos moços de São Paulo, alguém inventou que indiquei o quartel como o unico laboratorio da regeneração do character... Nunca disse isto, porque, felizmente, não sou um espirito desvairado. Espirito desvairado é o que machinou esta necedade... Quero e sempre quize a instrucção e a defesa do paiz pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das patrias depende da intelligencia e da força: o es-

tudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo.

Ha sempre um perigo nacional. As nações, como os homens, por mais robustas que sejam, estão sujeitas a doenças iminentes e traiçoeiras. A vida é uma estrada desconhecida, em que o viajante, a cada passo, adivinha uma surpresa e uma emboscada: em cada cotovello da trilha, apparece o monstro, que Edipo entestou no caminho de Thebas. A mais forte das nações da America, a grande Republica dos Estados Unidos do Norte, forrada de milhões e de fortalezas, abastecida de plantações, de fabricas, de escolas e de arsenaes, acaba de sentir no ar este perigo vago, este presentimento inconsistente, — rebate salutar, alarma benéfico: e augmentou a sua defesa, e adarvou de novas forças de terra e de mar a sua nacionalidade. Se têm esta cautela as nações em plena saude, como não hão de tel-a as nações enfermas, como a nossa, enfraquecida pela ignorancia publica, pelo desprestigio dos governos, pela mingua de estadistas superiores, — extensissima e desarmada, desaconselhada e indisciplinada, arriscando-se á pobreza e á anarchia?

Disse Michelet um dia: «A França é um soldado!» De todas as nações deve dizer-se o mesmo. Cada nação deve ser um soldado sempre armado, sempre alerta, sempre vigilante: não um soldado de conquista, nem de terror, como uma ameaça constante contra o socego dos vizinhos e dos hospedes, mas um soldado de defesa, como uma constante segurança para o socego dos donos e dos amigos da casa.

Pelas vossas tradições, meus amigos, já podeis dizer que: «O Rio Grande é um soldado!» Esperemos que em breve, seguindo toda a nossa patria o vosso exemplo, possamos com razão dizer: «O Brazil é um soldado!»

Excerto

A Bandeira Rio-Grandense

Em Nosso céu Azul sem fronteiras rasgo o espaço,
diante de pátrias por mim conquistadas. Em visitas na paz
dos homens perante outros pavilhões desfraldados me
imponho pela graça, pela moral e pelo brio do meu povo
varonil.

Pois, sou o Pendão, sou Povo; Passado, Presente e
Futuro da Pátria sou a Nação do meu Bom Povo, que
contempla o Cruzeiro Do Sul.

Ah! Quem me vê assim repousando serena, Hasteada
como Guardiã do Poder Farroupilha no Palácio do Governo
Rio-grandense. Com emoção ame e louves, pois já fui
esfarrapada na guerra entre irmãos, estava nos dois campos
da batalha, Içada.

Sou a Bandeira do Extremo Sul, primeiro suporte
basilar do Brasil, que entre Colunas abrigo meu povo. No
Verde, no Vermelho e no Amarelo, sou a Memória, o
Espírito, o Coração do Gaúcho, a Lenda dos Pagos, As Flores
do Campo em respeito aos Irmãos tombados pelo amor à
nossa Terra. Salve a Bandeira do Rio Grande do Sul.

(Autoria do Aviador Félix T. Pinheiro Da Rocha,
03/04/2016)



O Brasão da LDN/RS



Descrição Heráldica do Brasão da LDN/RS

- 1 - Sobre campo de blau (azul) circular, tem a figura equestre de um cavaleiro andante, de perfil, portando armadura de cor prata;
- 2 - Elmo do cavaleiro, em prata, com viseira aberta, deixando visível fundo em jaine (ouro), encimado por plumas de formas irregular, no mesmo esmalte do elmo;
- 3 - O cavaleiro segura na mão direita, uma lança em sinopla (verde), terminada em ponta, com estandarte em prata (branco), com 4 estrelas radiadas de 5 pontas, em blau, colocadas em forma de "ele" invertido;
- 4 - Segura na mão esquerda, as rédeas em sinopla, um escudo clássico, em campo de prata, com 5 estrelas raiadas de 5 pontas, em blau, representando o Cruzeiro do Sul;
- 5 - Ainda à sua esquerda, abaixo do escudo, vê-se uma parte da bainha da espada, em sinopla;

- 6 - Cavalo galopante, em bronze (marrom castanho) de perfil, cabeça a 2/3, com testeira em prata e uma estrela em blau, mesmo motivo do escudo e do estandarte;
- 7 - Cabeçada e rédea em sinopla. Paralela a rédea, uma faixa em prata, ornada por 7 elementos decorativos em sinopla, em forma de "x";
- 8 - Sela em jaine, com os suportes de sustentação em sinopla;
- 9 - Peitoral em prata, com duas estrelas em blau, mesmo motivo do escudo e do estandarte; as limitações em sinopla, bronze e prata;
- 10 - Crina e patas, em sinopla;
- 11 - Circundando todo o conjunto, uma borda em jaine, com a legenda LIGA DA DEFESA NACIONAL - 1916, em prata;
- 12 - Todos esses elementos, sobre um campo em sinopla, de forma retangular;
- 13 - Abaixo do conjunto o texto em caracteres latinos RIO GRANDE DO SUL, de ouro, acompanhando a linha curva da base do conjunto.
- 14 - À esquerda e à direita do conjunto, duas orelhas tricolores simetricamente colocadas, sendo a da esquerda com as três cores da Bandeira Nacional e a da direita com as cores da Bandeira do Rio Grande do Sul.
- 15 - Este brasão ainda não está oficializado.



A LDN, o 35 CTG e o Movimento Tradicionalista Gaúcho

As raízes do 35 Centro de Tradições Gaúchas e, por conseguinte, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), estão na formação do Grupo dos Oito, que foram os pioneiros da Tradição Gaúcha através da fundação do Departamento de Tradições Gaúchas do Colégio Júlio de Castilhos em 1947.

Foram eles os seguintes:

- Antonio João de Sá Siqueira;
- Cilso Araújo Campos;
- Ciro Dias da Costa;
- Cyro Dutra Ferreira;
- Fernando Machado Vieira;
- João Carlos Paixão Cortes;
- João Machado Vieira; e
- Orlando Jorge Degrazia.

Em 1947, conforme o site do 35 Centro de Tradições Gaúchas (<https://35ctg.com/>), a primeira instituição a ser procurada pelos fundadores do DTG/CJC, do 35 CTG e do MTG foi a Liga da Defesa Nacional, através do seu Presidente da época, o então Major Darcy Vignoli.

A LDN/RS era a entidade organizadora dos festejos da Semana da Pátria e os precursores do MTG propuseram ao Major Darcy Vignolly a retirada de uma centelha do Fogo Simbólico da Pátria para dar origem à Chama Crioula.

Assim foi estabelecido, e no dia 7 de setembro, antes de ser extinto o Fogo Simbólico à meia-noite, uma centelha foi retirada e acesa a “Chama Crioula”, a qual ardeu até o dia 20 de setembro, no 112º aniversário do início da Revolução Farroupilha.

Esta é a vinculação da LDN com o MTG.



O primeiro Presidente da LDN/RS

O primeiro Presidente da LDN/RS foi o então Governador do Estado do Rio Grande do Sul Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Conforme o CPDOC/FGV¹⁷ Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul (RS), em 1863. Advogado, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo em 1881, tomando contato com o Positivismo de Augusto Comte e participando do Clube Republicano Acadêmico.

Em 1885, bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, para onde havia se transferido no ano anterior. Voltou ao RS para exercer a advocacia em Cachoeira do Sul, onde continuou sua militância política e tornou-se o chefe local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação liderada por Júlio de Castilhos.

Com a Proclamação da República, em 1889, foi nomeado delegado de polícia da cidade e em 1890 integrou a bancada gaúcha na Assembléia Nacional Constituinte de 1890/1891.

Com a eclosão da Revolução Federalista em 1893, que pretendia afastar Floriano Peixoto da presidência da República, Borges combateu ao lado das forças legalistas, o que lhe valeu a patente de tenente-coronel do Exército, concedida por Floriano.

Em 1898, foi indicado por Júlio de Castilhos para sucedê-lo na chefia do governo estadual, cargo para o qual seria reeleito em 1902.

Após a morte de Castilhos, em 1903, Borges assumiu a liderança do partido, a qual conservou por mais de duas décadas. Seu comando sobre o PRR foi efetivo mesmo durante o tempo em que se afastou do comando do executivo estadual para dedicar-se à agricultura, entre 1908 e 1913.

Ao voltar ao governo gaúcho nesse ano, promoveu a estatização de serviços públicos, como o transporte ferroviário e

¹⁷ <https://bit.ly/3dKVeWA>

obras portuárias, até então a cargo de companhias internacionais. Ao mesmo tempo, atraía para o estado frigoríficos estrangeiros (Armour e Swift).

Em 1917, reelegeu-se ao governo do estado. Em 1922, apoiou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana, contra Artur Bernardes, apoiado por mineiros e paulistas. Bernardes venceu o pleito, mas no Rio Grande do Sul a vitória coube à Reação Republicana por larga diferença.

Ainda em 1922, Borges voltou a apresentar seu nome para uma nova reeleição ao governo gaúcho. Dessa vez, porém, a oposição, liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, apresentou-se mais forte, já que contava com o apoio do governo federal comandado por Bernardes e beneficiava-se com a insatisfação de muitos fazendeiros atingidos pela crise da pecuária, principal atividade econômica do estado.

Realizado o pleito, Borges obteve a vitória, que foi contestada pelos partidários de Assis Brasil que acabaram recorrendo ao confronto armado, deflagrado em janeiro de 1923. O conflito se estendeu por todo o ano e somente no mês de dezembro as facções em luta chegaram a um acordo, oficializado no Pacto de Pedras Altas¹⁸. Por esse acordo, a oposição aceitava o novo mandato de Borges de Medeiros que ficava, porém, impossibilitado de buscar uma nova reeleição¹⁹.

Em 1924, Borges enviou efetivos da Brigada Militar gaúcha para combater o levante tenentista deflagrado, naquele ano, na capital paulista contra Bernardes. Logo, porém, foi obrigado a enfrentar rebeliões semelhantes em seu próprio estado quando guarnições do Exército localizadas em cidades do interior se sublevaram sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes.

Cumprindo o acordo de Pedras Altas, Borges afastou-se do governo gaúcho em 1928. Comandou, entretanto, o processo

¹⁸ Cujo intermediário foi o uruguaianense General Fernando Setembrino de Carvalho, então Ministro da Guerra.

¹⁹ No período revolucionário, que se estendeu durante quase todo o decênio de 1920/30, as atividades da LDN/RS ficaram suspensas.

de sua sucessão, indicando o nome de Getúlio Vargas para substituí-lo²⁰.

No decorrer de 1929, as articulações em torno das eleições presidenciais do ano seguinte levaram à ruptura entre mineiros e paulistas que, de acordo com a chamada "política do café com leite", vinham detendo a hegemonia sobre a política nacional nas décadas anteriores. Contrariados pela indicação do paulista Júlio Prestes como candidato situacionista à sucessão do também paulista Washington Luís, os mineiros decidiram articular uma chapa de oposição encabeçada por um gaúcho - Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas. O próprio Borges, entretanto, optou pelo nome de Vargas.

Formou-se, então, a Aliança Liberal. A campanha eleitoral foi a mais concorrida da República Velha, com grandes comícios sendo realizados em várias capitais brasileiras.

Realizado o pleito em março de 1930, Júlio Prestes foi declarado vencedor. Borges pronunciou-se a favor do reconhecimento do resultado, declarando-se contrário qualquer tentativa de questioná-lo pelas armas.

Dentro da Aliança Liberal, contudo, ganhavam força os elementos favoráveis a uma solução armada, destacadamente os seus membros mais jovens e os militares oriundos do movimento tenentista da década anterior, que desde a campanha eleitoral haviam, na sua quase totalidade, dado apoio a Vargas. Borges só decidiu apoiar os revolucionários dias antes do movimento contra Washington Luís ser deflagrado.

Com a instalação do Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas e a anulação da Constituição de 1891, Borges logo começou a trabalhar para que o país voltasse ao regime constitucional. Nesse sentido, apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, articulando, junto com outros líderes gaúchos, um levante no Rio Grande do Sul contra o interventor federal no estado, Flores da Cunha, que, fiel a Vargas, enviara tropas para combater os paulistas. Por conta disso, Borges foi preso, passando a liderança do PRR a Maurício Cardoso.

²⁰ Portanto, o 2º Presidente da LDN/RS foi Getúlio Dornelles Vargas, Governador do RS.

Anistiado em maio de 1934, em julho do mesmo ano concorreu à presidência da República na eleição indireta realizada pela Assembléia Nacional Constituinte, reunida desde o ano anterior. Nessa ocasião, foi o segundo mais votado com 59 votos contra os 175 dados ao vencedor, Getúlio Vargas. Em seguida, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Na Câmara fêz parte das Oposições Coligadas (ou Minoria Parlamentar), bloco de oposição a Vargas no Congresso.

Foi cassado em 1937 pelo golpe do Estado Novo, decretado por Vargas, mas mesmo assim divulgou manifesto de apoio à nova ordem. Afastou-se, então, da vida política. Em 1945, foi aclamado como presidente de honra da seção gaúcha da União Democrática Nacional (UDN), mas não retomou a atividade política.

Morreu em Porto Alegre, em 1961.



Os Presidentes da LDN/RS até 2016

Foram os seguintes os Presidentes da LDN/RS desde²¹ o General Ignácio de Freitas Rolim até este ano de 2016:

General IGNÁCIO DE FREITAS ROLIM



Nasceu em 16 Ago 1895, no Rio Grande do Sul, filho de Carlos Cortes Rolim. Casou em Santana do Livramento com uma jovem da família Bidart em 8 Nov 1922, de cujo consórcio nasceram Yara (1929) e Antônio Carlos (19-27). Coursou Infantaria na Escola Militar do Realengo onde foi declarado Aspirante a Oficial em 18 Jan 1921. Combateu como 2º Ten a Revolução de 1924 no Paraná, de 18 Jul 1924 à 14 Mar 1925, integrando o 7º RI de Santa Maria.

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Estado-Maior (atual Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME), Informações da Escola das Armas, Escola Superior de Guerra (ESG), Curso Básico de Comando da Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior da Marinha (ECEMAR) e a ECEME dos EUA. Exerceu as seguintes funções na sua carreira: Instrutor da Escola de Educação Física do Exército Brasileiro (03 Feb 32 à 08 Mar 33), Diretor Técnico da mesma escola (09 Mai 33 à 08 Feb 34); esteve à disposição do Interventor Federal em MG (09 Feb à 04 Abr 34), foi Aluno da Escola de Moto-Mecanização (EsMM - 31 Mar 34 à 25 Dez 36), foi Estagiário no Estado-Maior do Exército (EME - 25 Dez 36 à 05 Abr 37), no EM/3ª RM em Porto Alegre (26 Abr 37 à 28 Feb 39), no EME (09 Mai à 26 Jun 39), Diretor da Escola Nacional de Educação Física (27 Jun à 31 Dez 39), serviu no 3º RI - São Gonçalo/RJ (09 Abr 40 à 15 Mar 41), no Estado-Maior do Exército (22 Mar à 17 Ago 41), Diretor da Escola Nacional de Educação Física novamente (27 Ago 41 à 30 Mar 43), Adjunto da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN - 31 Mai à 14 Jul 43), Cmt do 20º BC-Maceió/AL (26 Jul 43 à 16

²¹ Não foi possível saber exatamente o período da Presidência do General Ignácio de Freitas Rolim na LDN/RS.

Set 44), fez Estágio no Exército dos EUA (28 Set 44 à 7 Abr 45), no 1º Grupo de Regiões Militares, Rio (04 Mai 45 à 21 Fev 46), foi Aluno da ESG (22 Fev 46 à 3 Out 44), Aluno do Curso de Comando da Escola de Guerra Naval (22 Fev à 3 Out 46), Aluno do Curso de Instrutores na ECEMAR (16 Nov 46 à 25 Mar 47), Chefe da Divisão de Operações Terrestres da ECEMAR (26 Mar 47 à 21 Fev 49), Cmt do 18º Regimento de Infantaria, Porto Alegre (09 Abr 49 à 26 Jan 51), Chefe de Informações do EME - Rio (26 Fev 54 à 11 Set 52), Adido Militar à Embaixada do Brasil em Buenos Aires (12 Set 52 à 3 Jan 55), Comandante do 17º RI - Cruz Alta/RS (28 Abr à 17 Jun 55). Como Oficial General desde 1º Jun 55, foi Comandante da Infantaria Divisionária da 3ª DE (ID/3 - em Pelotas, de 28 Jun 55 à 28 Fev 57), Comandante da EsAO (08 Mar 57 à 20 Jan 60), Comandante da 1ª RM (17 Abr à 18 Out 61), Diretor do Serviço Militar (18 Out à 31 Mar 62) e Chefe do Departamento de Estudos da ESG a partir de 30 Mar 62. Sua carreira teve o seguinte curso: Asp Of, 18 Jan 1921; 2º Ten, 11 Mai 21; 1º Ten, 31 Out 22; Cap, 17 Dez 31. Por merecimento: Major em 03 Mai 38; Ten Cel, 15 Abr 43; e Cel em 25 Jun 47. Foi General de Brigada em 01 Jun 55, General de Divisão em 25 Mar 61; General de Exército em 19 Ago 63 e Marechal na Reserva a partir de 19 de agosto de 1963. Foi Reformado por idade em 26 Jun 69. Recebeu as seguintes Condecorações: Grã Cruz do Mérito Militar (Brasil) e do Mérito Militar (Argentina), Comendador do Mérito Aeronáutico e Naval. Medalhas: Militar de Tempo de Serviço (mais de 40 anos de bons serviços), de Guerra, Pacificador, Naval de Serviços Distintos e Honorífica de Educação Física (França). Como atividades Culturais: Redator Secretário da Revista de Educação Física em 1933; trabalhou em prol da Educação Física para a criança; apresentou Tese no Congresso Nacional de Proteção à Infância em setembro de 1933. Foi um dos revisores, em 1947, do Manual C 31-30 - Emprego das Tropas Aero-Terrestres.

Provavelmente, no período em que esteve comandando o 18º RI em Porto Alegre, ou seja, de 09 de abril de 1949 à 26 janeiro de 1951, foi Presidente da LDN/RS.

(Informações obtidas da obra “8ª Brigada de Infantaria Motorizada – Brigada Manoel Marques de Souza I”, páginas 57/58, de autoria dos coronéis Cláudio Moreira Bento e Luiz Ernani Caminha Giorgis, com base em informações da Secretaria-Geral do Exército)

General DARCY VIGNOLLY²²



Conforme Marcus Vignoli, existem diversas grafias para o sobrenome, mas o correto é Vignoli, conforme trazido da Itália na imigração. Nasceu em 28 Nov 1902, filho de Dario Cezar Vignoli. 1ª Praça: 08 Abr a 09 Out 1920. 2ª Praça de 01 Jun a 21 Jul 1922. Sua vida escolar foi a seguinte: em 01 de junho de 1922, foi matriculado no Curso Preparatório, anexo à Escola Militar; em 08 de julho de 1922, foi admitido no curso para Cabo, realizando-o no 7ºBC; em 21 de

julho de 1922, foi desligado da Escola Militar, sendo mandado apresentar-se à 1ª Região Militar; em fevereiro de 1931, sendo ex-aluno da Escola Militar, anistiado, foi incluído no Corpo de alunos da Escola Militar Provisória; em 15 de abril de 1931, foi matriculado no primeiro ano do curso da Escola Militar; em 04 de abril de 1934, foi desligado da Escola Militar Provisória, por conclusão de curso, sendo mandado apresentar-se ao D.P.G.; em 09 de março 1940, foi matriculado no curso de Infantaria da Escola das Armas (atual EsAO); em 07 de outubro de 1940, foi desligado da Escola das Armas por conclusão de curso, obtendo o Grau de classificação 7,30, Grau de Aptidão 7,80. Sua vida profissional foi a seguinte: em 08 de abril de 1920, foi incluído no estado efetivo do 7º Batalhão de Caçadores e 2ª Cia, por ter sido alistado voluntariamente por 6 meses; em 09 de outubro de 1920, foi excluído do estado efetivo do 7º Batalhão de Caçadores e 2ª Cia, por término do tempo de serviço como voluntário de 6 meses; em 01 de fevereiro de 1931, apresentou-se ao Comando do 3º Regimento de Infantaria, sendo incluído como adido no 1º Batalhão e 1ª Cia; participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo, no período de 27 Set a 03 Out 1932; desempenhou a função de Oficial de Informações (S/2) no 18º Regimento de Infantaria; no período de 16 Nov 1942 a 07 Mar 1943,

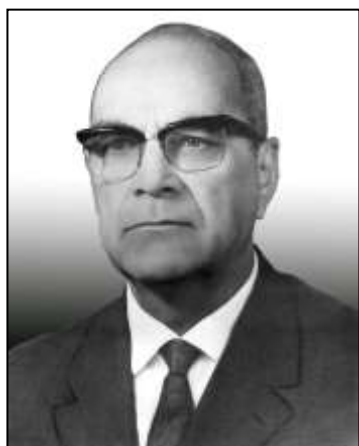
²² Não foi possível saber o período da Presidência do General Darcy Vignolly na LDN/RS.

serviu no extinto 7º Batalhão de Caçadores; de 25 Mar 1943 a 24 Jun 1946, permaneceu adido ao Quartel General R/3, ficando à disposição do Governo do Estado do R.G.S, desempenhando as funções de Chefe de Instrução Geral da Brigada Militar do Estado; de 10 Nov a 08 Mai 1943, ainda adido ao Quartel General R/3, desempenhou as funções de Chefe de Polícia do Estado, cumulativamente com as de Diretor Geral de Instrução da Brigada Militar do Estado; de 16 Jul 1943 a 30 Nov 1944, como Capitão, prestou serviços no Quartel General da 3ª I.D. (ID/3) em Porto Alegre; ainda como Capitão, prestou serviços no Quartel General/6ª R.M., em Salvador-BA, no período de 29 de Jan a 08 de Mai 1945; de 01 Jul 1949 a 08 Nov 1950, ficou à disposição do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi Presidente do Conselho Estadual de Desportos do RS. Suas promoções foram as seguintes: Soldado: 08 Abr a 09 Out 1920; 1º Ten Comissionado em 08 Nov 1930; 1º Ten Efetivo em 20 Abr 1934; Cap em 03 Mai 1936; Major em 25 Jun 1946; Ten Cel em 25 Jun 1951 e Cel em 25 Abr 1953. Foi General de Brigada em 22 Abr 1955, já na inatividade do Exército. Coursou Infantaria pelo Regulamento de 1929 na Escola Militar do Realengo e também na Escola das Armas. Serviu no 8º RI, entre outras guarnições. Condecorações: - Medalha de Ouro (30 anos de serviço); Medalha de Guerra (pela participação na Revolução de 1932); Medalha de Prata, em Comemoração ao Cinquentenário da Proclamação da República; Medalha do Pacificador; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Militar, grau Cavaleiro e medalhas (bronze, prata e ouro) de tempo de serviço. Tempo de Serviço total: 36 anos, 4 meses e 29 dias. Transferência para a Reserva em 27 Abr 1955. O Jornal do Comércio on-line de 07 de agosto de 2016 publica o seguinte:

Na manhã de hoje o presidente do Grêmio Náutico União irá conduzir os primeiros visitantes e a imprensa pelo novo estacionamento da (sede) Moinhos de Vento que levará o nome de Darcy Vignoli, presidente do clube entre 1925/1926 e 1927-/1928 e primeiro patrono. Depois de quase dois anos de trabalho, os renovados contornos da sede da Quintino Bocaiúva começam a ser apresentados ao público. Às 11h de hoje uma cerimônia oficial reunirá a diretoria e associados para a visita guiada.



General OLMIR BORBA SARAIVA



São poucas as informações sobre o Gen Olmir Borba Saraiva. Foi formado Oficial de Infantaria na Escola Militar do Realengo. Nasceu em 28 Abr 1909; Praça em 28 Mar 1929; Asp Of Inf em 25 Jan 1932 pelo Regulamento de 1929; 2º Ten em 20 Ago 1932; 1º Ten em 19 Out 1933; Cap em 7 Set 1937; Major em 25 Jun 1948; Ten Cel em 25 Dez 1952 e Cel em 25 Abr 1959. Foi General de Brigada já na inatividade do Exército. Condecorações: Ordem do Mérito

Militar; Medalhas de Tempo de Serviço; Medalha do Pacificador; e Medalha Santos Dumont. Como Capitão serviu no 9º e depois no 7º Batalhão de Caçadores. Realizou o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O Diário Oficial da União de 02 Fev 1942 publicou a concessão da Medalha de dez anos de bons serviços, completados em 08 Set 1939. Casado com a Sra. Marina Ávila Saraiva, cujo casal possuiu quatro filhos. Entre 1943/45 esteve na situação de agregado ao Exército. Serviu na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA), onde foi Comandante do Corpo de Alunos e Sub-Comandante. No posto de Tenente-Coronel, em 09 Ago 56, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito Militar. Participou da organização da Ação Democrática Renovadora no RS. Em abril de 1957 era Presidente Regional da LDN.

Dr. POTY MEDEIROS



Foi Presidente da LDN/RS de 06 de maio de 1967 a 07 de maio de 1978. Poty Irineu de Medeiros nasceu em Lavras do Sul. Foi um dos mais expressivos políticos brasileiros. Foi eleito, em 3 de outubro de 1958, deputado estadual, pela UDN, para a 41ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963. Foi biógrafo do Go-

vernador Antonio Augusto Borges de Medeiros. Conforme Percival Puggina em seu texto em “Poty Medeiros e a Liga de Defesa Nacional”:

Lembro-me, nessas horas, de homens como o admirável e saudoso Poty Medeiros e da Liga de Defesa Nacional, à qual ele dedicou seu vigoroso intelecto. A LDN, fundada em 1916, entre outras, por personalidades como Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac, chegou ao Rio Grande do Sul no mesmo ano, trazida por Bilac. No Salão Nobre da Prefeitura de Porto Alegre, o grande poeta do parnasianismo assim se referiu aos gaúchos:

O Brasil precisa de vós e confia em vós. Já sendo crentes, sede apóstolos! Já sendo soldados, sede instrutores! Heróis, filhos e netos de heróis, criai novas legiões de heróis! E continuai, aumentai, multiplicai infinitamente o vosso heroísmo, em favor da unidade, da força, da defesa, da paz e da glória do Brasil!.

Comandando a LDN no Rio Grande do Sul, o vigoroso Poty Medeiros nela deixaria a marca de sua inteligência e de sua dedicação aos valores da pátria, assinalados por uma trajetória de participação e serviço. Amar o Brasil é servir o seu povo, com respeito à sua história, aos seus símbolos e vultos. Poty foi um deles e a Liga de Defesa Nacional é um altar dessa devoção verdadeiramente cívica e cidadã.

Foi Chefe de Polícia e Secretário de Segurança do RS durante a Interventoria do Gen Honorário Flores da Cunha, Deputado Estadual, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Foi um dos fundadores da UDN. É nome de rua em Porto Alegre, bairro Moinhos de Vento, e também no Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca.

Dr. FRANCISCO DA SILVA JURUENA

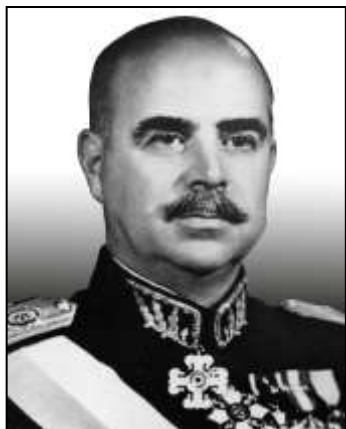


Foi Presidente da LDN/RS de 08 de maio de 1978 a 15 de dezembro de 1982. Nasceu em Corumbá, atual MS, em 25 Jan 1910, filho de José da Silva Juruena e de Magdalena Santa Lucci Juruena. Francisco era o mais velho de cinco filhos. Seu curso primário foi na cidade natal. Aos 10 anos foi crismado

pelo padre Dom Aquino Corrêa. Em 1923 seu pai foi transferido para Sant'Ana do Livramento, RS. Já no sul, Francisco estudou (interno) no Ginásio Santa Maria, na cidade de mesmo nome, concluindo o curso de Bacharelado em Letras em 1928. No ano seguinte iniciou o Curso de Direito em Porto Alegre, onde foi colega de Daniel Krieger, Francisco Brochado da Rocha e Breno Caldas, entre outros. Foi Fiscal Federal de Vendas e Mercadorias, Delegado Fiscal, sub-consultor da Diretoria Municipal, 2º Auditor do Tribunal de Contas e representante do Interventor Gen Oswaldo Cordeiro de Farias junto ao Conselho Administrativo. Foi também chefe da Diretoria das Prefeituras Municipais, nomeado por Alberto Pasqualini. Foi Ministro e Conselheiro do TCE. Na carreira política, foi secretário do PSD. Foi Secretário do Interior e Justiça do Governo Ildo Meneghetti. Foi professor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas dos Irmãos Maristas e Presidente do Instituto de Cultura Hispânica. Autor da obra "Anais de 1945 da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre". Era também chegado à poesia, com diversas composições. Era Comendador da Comenda Isabel a Católica, conferida pelo Cônsul-Geral da Espanha. O TCE mantém uma Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Jurueña. Em Porto Alegre existe uma praça com o seu nome, situada no bairro Santa Teresa. Casado com a Sra. Dionéia, o casal possuiu três filhos e oito netos. Faleceu em 1990, aos 80 anos.



General RUY DE PAULA COUTO



Foi Presidente da LDN/RS de 16 de dezembro de 1982 a 15 de dezembro de 1985. Nasceu em Porto Alegre-RS, em 24 de maio de 1916, filho de Tito de Paula Couto e Julieta Silva Couto.

Cursou o primário na Escola Estadual Paula Soares, o ginásio no Colégio Anchieta, e o secundário no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) em 1933. Foi praça em 06 Mar 1934, aluno e declarado Aspirante a Oficial de Artilharia na Escola Militar do Realengo-RJ em 11 Jan 1937.

Cursou também as seguintes escolas: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - 1946; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - 1946/48; "The Artillery School", em Fort Sill e Fort Bliss, em 1953/1954 - Curso Avançado Para Oficiais de Artilharia; Curso de Orientação e Línguas (Inglês) - CMMBEU - 1953; Curso Superior de Guerra - Escola Superior de Guerra - 1959; Curso "Field Artillery and Missile Material" - Menção Excelente; Instituto Superior de Estudos Militares (R.O.U.) - "Ad Honorem" - 1969; Escola Nacional de Informações - Estágio de Língua Inglesa - 1973; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Curso de Atualização - 1970; Escola Superior de Guerra - Curso de Atualização - 1979. Cursou a ECEME do Uruguai em 1969. Como Oficial Superior exerceu os seguintes cargos: Instrutor de Artilharia da ECEME - 1949/53 e 1954/55; Chefe da 3ª Seção do EM/6ª DI - 1956/57; Instrutor-Chefe de Artilharia e de Tática Geral - ECEME - 1958; Chefe da Seção de Planejamento do EM/I Exército - 1960/61; Comandante do Forte de Copacabana e 3º GACos - 1961/63; Comandante do Regimento Mallet - 1963/64; Chefe de Seção, Sub-Chefe e Chefe do EM/III Exército - 1964/66; Membro do Grupo Permanente de Mobilização Industrial - 1966; Adido do Exército na República Oriental do Uruguai - 1967/69. Como Oficial-General: General de Brigada - promovido em 25/07/1969; Chefe do EM/III Exército - 1969/72; Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército - 1972/73; Comandante da Artilharia Divisionária e da 6ª Divisão de Exército - 1974; General de Divisão - promovido em 25/11/1974; Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial - 1975/76; Comandante da 5ª Divisão de Exército e 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina) - 1977/78; General de Exército, promovido em 25.11.1978; Chefe do Departamento Geral de Serviços - Jan 1979 a 08.09.1981, data em que foi transferido para a Reserva Remunerada, por haver completado 12 anos como Oficial-General. O General Ruy de Paula Couto exerceu as seguintes missões no exterior: - 1967/69 - EUA - Cursando a Escola de Artilharia do Exército (Fort Sill e Fort Bliss); - 1967/69 - URUGUAI - Adido do Exército à Embaixada do Brasil; - 1972 - PARAGUAI - Inspeção à Missão Brasileira de Instrução - Acompanhando o Chefe do Estado-Maior do Exército; - 1973 - ITÁLIA - Visita ao Estado-Maior e Unidades-Escola e de Elite do Exército Italiano - Acompanhando o Chefe do EME. Condecorações: Ordem do Mérito Militar - Grã-Cruz; Ordem do Rio Branco - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grã-Cruz; Ordem do Mérito Aeronáutico - Grande Oficial; Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial; Ordem do Mérito Militar do Paraguai - Grande Oficial; Medalha de Guerra; Medalha do Pacificador; Medalha Santos Dumont; Medalha Marechal Hermes - Aplicação e Estudos - Prata Dourada, uma coroa; Medalha Mérito Ta-

mandaré; Medalha de Honra ao Mérito Cívico - Liga da Defesa Nacional; Medalha Marechal Trompowski; Medalha Militar com Passador de Platina; Medalha de Serviços Distintos - Estado do Rio Grande do Sul; Medalha Jorge Tibiriçá - Serviços Relevantes - Estado de São Paulo. Exerceu as seguintes funções fora do Exército: Ministro do Superior Tribunal Militar (Convocado); Membro do Conselho de Administração da Petroquímica Triunfo; Membro do Conselho de Administração da Copesul; Diretor-Presidente da Liga da Defesa Nacional - Diretoria Estadual do Rio Grande do Sul; Presidente do Conselho Consultivo da LDN/RS; - Membro do Conselho Diretor da FEPLAM - Fundação Educacional Padre Landell de Moura. O General Ruy realizou as seguintes conferências e trabalhos publicados: Segurança Interna - ADESG/RS; O Exército e o Desenvolvimento Nacional - Para o comando de Pessoal da FAB; O Brasil e a Defesa Continental - ADESG/PR (Curitiba-PR) e ADESG/SC (Joinville-SC); Segurança Nacional e Educação - Universidade Católica do Paraná - Curso de Pós-Graduação; A Realidade Psicossocial Brasileira - ADESG/RS (Porto Alegre-RS); A Educação e a Cidadania - Revista da FEPLAM. Ingressou no Serviço de Radioamador em 22 de dezembro de 1983, tendo recebido o Indicativo de Chamada PY3RY. Profundo conhecedor da vida e obra do Padre-cientista Roberto Landell de Moura. Quando Diretor-Presidente da Liga da Defesa Nacional, Diretoria Estadual do Rio Grande do Sul, em 1984, decidiu homenagear na Sema-na da Pátria, com o apoio da Diretoria Nacional que estendeu essa homenagem a todo o País, o Monsenhor Roberto Landell de Moura, um vulto singular, sacerdote e cientista dos mais notáveis, que, modesto e humilde, soube honrar a Pátria em que nasceu, recusando-se a passar para outros países, as patentes de suas preciosas invenções, desenvolvidas com incontáveis sacrifícios e parcamente reconhecidas, na época. Um fato de destaque nesta homenagem prestada ao cientista Roberto Landell de Moura foi a solicitação da Liga da Defesa Nacional, Diretoria Estadual do Rio Grande do Sul, à CIENTEC para a montagem da réplica do Transmissor de Ondas do Padre Landell de Moura, conforme as patentes de nºs. 3.279, de 9 de maio de 1901, no Brasil, e 771.917, de 11 de outubro de 1904, nos Estados Unidos da América. O traslado dos restos mortais do Monsenhor Roberto Landell de Moura, que estavam depositados no Cemitério dos Padres, no Bairro Glória, para a Igreja Nossa Senhora do Rosário, ocorrido em 13 de julho de 2002, em Porto Alegre, foi uma iniciativa do Gen. Ruy, juntamente com a FEPLAM, a Liga da Defesa Nacional e o Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG, inclusive toda a organização do cerimonial e, coube ao General Ruy, em nome da família, a entrega dos restos mortais à Igreja. O Gen Ruy foi ativo praticante do Tiro ao Alvo, inclusive com diversos

títulos: Bi-Campeão da 1ª Região Militar; Penta-Campeão de Tiro de Oficiais-Generais das Forças Armadas; Campeão de Tiro do Exército, por equipe. Era viúvo da Sra. Ruth Costa de Paula Couto. O casal teve os filhos Roberto (*in memoriam*) e Fernando, os netos Renato, Maurício e Julianne, e o bisneto Thiago. Faleceu em 22 Jun 2015 aos 99 anos, de causas naturais. Seu corpo foi velado e sepultado com honras militares no Cemitério João XXIII, em Porto Alegre.



Professor ARMINDO BEUX



Foi Presidente da LDN/RS de 16 de dezembro de 1985 a 15 de dezembro de 1989. Combatente Reservista de 1ª Categoria de Infantaria do Exército Brasileiro (EB). Armindo Beux, completou o período do Serviço Militar obrigatório, foi promovido ao posto de Terceiro-Sargento da Reserva do EB, conforme consta no Certificado de Combatente Reservista de 1ª Categoria de Infantaria do EB, Nº 230981, emitido pela 3ª

Região Militar, IIIº/8º Regimento de Infantaria, datado de 30 de junho de 1939. Graduou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em Engenharia Mecânica e Elétrica (1947) e Engenharia Civil (1948). Foi Funcionário Público Efetivo da Secretaria de Obras Públicas do RS (SOP-RS) nos sucessivos Governos Gaúchos (1948 a 1968). Por iniciativa do Governo Gaúcho foi convidado a fazer e fez pós-graduação em Telecomunicações na França (1958), e Engenharia de Tráfego na UFRGS (1960). No Poder Judiciário do RS foi Perito Criminal Oficial em Acidentes de Trânsito com Veículos Motorizados. Foi Professor Efetivo de Mecânica e Eletricidade da Escola Técnica Estadual Parobé de Porto Alegre (1956 a 1986). Em 1952, foi Chefe de Sec-

ção de Eletricidade da Diretoria de Eletricidade e Forças Hidráulicas da Secretaria de Obras Públicas do RS (SOP/RS). Em 1956, produziu e implantou a primeira tabela de honorários profissionais para engenheiros no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura no RS (CREA-RS). Foi Colunista do Diário de Notícias de Porto Alegre, órgão dos Diários e Emissoras Associados de 1956 a 1961, sobre 'Problemas de Engenharia, Telecomunicações e Transportes'. Em 1957, foi um dos principais responsáveis pela implantação no país do Primeiro Código de Ética Profissional para Engenheiros, via Resolução Nº 114 do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. No ano de 1958, em atenção à determinação do Governo Gaúcho, fez uma viagem técnica de estudos à *Eléctricité de France* (EDF) e à *Société Nationale de Chemins de Fer Français* (SNCF), ambas na França e, também, a mais de 40 fábricas de equipamentos e materiais de telecomunicações da França, Alemanha, Holanda e Suécia. Em 1959, foi um dos formuladores, na Conferência realizada no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, sobre a questão: "Diretrizes Gerais Racionais para a Unificação e Desenvolvimento das Telecomunicações no Brasil. A verdadeira Política Nacional de Telecomunicações que deverá ser adotada no Brasil". As conclusões dessa conferência nortearam o Congresso Nacional, via Câmara dos Deputados na Elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações. Em 1961, fez uma visita oficial aos EUA a convite do Governo Americano, onde entrou em contato com a infraestrutura tecnológica americana, em especial na área de telecomunicações. Em 1962, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG). Foi Fundador e Primeiro Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Foi um dos mentores na elaboração da Lei Federal 4950-A de 22 de abril de 1966, que trata da remuneração de profissionais integrantes do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA). Também, em 1966, foi nomeado pelo Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco (1964/67), para exercer o cargo de Delegado Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações do RS e de Santa Catarina (DENTEL- RS/SC) (1966/71). Em 1971, foi convidado para os seguintes eventos oficiais sobre Engenharia de Trânsito no Exterior: Primeiro Evento: XIV Congresso Mundial de Estradas de Rodagens em Praga, República Tcheca; Segundo Evento: Association Prévention Routière en France, Paris, França; Terceiro Evento: Royal Society for Prevention of Accidents (RoSPA), Londres, Inglaterra; e Quarto Evento: Road Research Laboratory Institution of Civil Engineers, Londres, Inglaterra. Em 1976, apresentou trabalho acadêmico "Desenvolvimento Industrial com o Mínimo de Poluição Ambiental" no World Environment and Resources Council (WERC), em Bruxelas, Bélgica. Foi Primeiro Vice-

Presidente do Instituto Gaúcho de Engenharia Legal e de Avaliações do RS (1978/80). Referências bibliográficas: com mais de um livro publicado, em temas jurídicos diversos sobre “Acidentes de Trânsito na Justiça pela Ótica de Perito Criminal Oficial em Acidentes de Trânsito com Veículos Motorizado”. Mais exemplos, dentre vários: BEUX, Armindo. Acidentes de Trânsito na Justiça. Vol. III. 1ª Ed. Rio de Janeiro: editora do Autor, Forense, 1973-74; em artigo jurídico “A quem cabe aplicar as Leis nº 5.970/73 e 6.174/74 nos casos de acidentes de trânsito?”; e BEUX, Armindo. Infortunistica no trânsito. Porto Alegre: ABDR/Sagra Luzzato, 1ª Edição, 1996. Autor da Monografia “A Punibilidade dos Autores de Crimes de Trânsito, histórico da impunidade dos autores de crimes, crimes dolosos, crimes culposos, perfil das vítimas”. Em 1980, participou e apresentou trabalho acadêmico “A Visibilidade e o Acidente Imprevisível” no II ème Congrès International Sur la Vision et la Sécurité Routière, Paris, França. No Brasil, o trabalho em questão foi publicado na Revista Forense – Rio de Janeiro, Nº 41/1980. Condecorações Governamentais: Governo Brasileiro: Medalha Sesquicentário da Independência do Brasil (07 de setembro de 1972), concedida pelo Congresso Nacional; Governo Gaúcho: Medalha Negrinho do Pastoreio (a Medalha Negrinho do Pastoreio é uma condecoração concedida pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul às personalidades que prestam relevantes serviços em favor da pessoa humana, do Estado (RS) e da Pátria), e Medalhas de Defesa Civil (1º e 2º Graus), que foi criada no dia 25 de março de 1972, e desde então, muitas pessoas já foram agraciadas com a honraria. Do Governo Francês: Ordem Nacional do Mérito da França (Ordre National du Mérite), e Ordem das Palmas Acadêmicas (Ordre des Palmes Académiques). Obras publicadas: Acidentes de Trânsito na Justiça, O Homem e o Massacre Motorizado - Delitos de Trânsito, Mercado de Trabalho - Oferta e Demanda, Acidentes do Trabalho na Justiça Vol. III, Acidentes de Trânsito na Justiça 2ª Edição, Infortunistica no Trânsito, Acidentes de Trânsito na Justiça 4º Vol e Franceses no Rio Grande do Sul (informações de www.planobrazil.com/).

Armindo Beux traz em sua biografia um Registro Histórico Militar: a invenção do “Mecanismo Adaptador de Bocal Único” para lançamento de diversos tipos de granadas de mão do Exército Brasileiro (EB): Armindo Beux, Inventor e Projetista Militar. A ideia de nacionalização e padronização de material bélico existente no Exército Brasileiro (EB) já não era da época. Conforme seu sobrinho, o fato foi em 1938, quando Beux era 1º Cabo do EB, da Arma de Infantaria. Com a devida aprovação técnica do EB, ele apresentou uma invenção, com o respec-

tivo projeto militar, acolhida no todo pelo Diretor de Material Bélico, General-de-Brigada João Carlos Toledo Bordini. Conforme a 3ª RM:

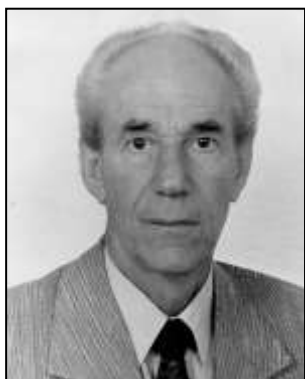
A invenção do projetista militar, 1º Cabo Beux, tratava-se de um “‘Mecanismo Adaptador de Bocal Único’ para lançamento de diversos tipos de granadas de mão do Exército Brasileiro (EB)”. A menção honrosa encontra-se registrada no Boletim Diário Nº 299 da 3ª Região Militar [3ª parte, (1) Referências Elogiosas], Estado-Maior, 1ª Seção, Ministério da Guerra, Quartel-General, Porto Alegre, RS, Quinta-Feira, 29 de Dezembro de 1938, Páginas 2702 e 2703. Para conhecimento desta 3ª Região Militar (3ª RM) e devida execução, segue publicação de correspondência do Exmo Sr. Diretor de Material Bélico do Exército Brasileiro, General-de-Brigada João Carlos Toledo Bordini endereçada ao Exmo Sr. Comandante da 3ª Região Militar, General-de-Divisão José Joaquim de Andrade: Segue transcrição de menção honrosa:

“A respeito de um memorial e desenhos (esquemáticos) do 1º Cabo (da Arma de Infantaria) Armindo Beux deste Quartel-General, transcrevo trechos de uma carta (recebida) do Exmo Sr. General-de-Brigada, João Carlos Toledo Bordini, Diretor do Material Bélico do Exército Brasileiro”.

“Trata-se de um Bocal para lançamento de qualquer tipo de granada (de mão), cuja organização, pelo exame que fiz nos esquemas, pareceu-me muito engenhosa e inteligente. A ideia de inventar um ‘Bocal Único’, em face da multiplicidade de granadas (de mão) existentes atualmente no Exército Brasileiro, já por si (só) traduz quanto o cabo em apreço é dedicado à sua profissão e dotado de espírito prático. O modo habilidoso pelo qual tal ideia foi por ele realizada, revela um natural pendor para a técnica industrial e demonstra reais conhecimentos (técnicos). No entanto, não posso deixar de salientar, junto ao prezado camarada, quanto me parece digna de elogio a iniciativa do 1º Cabo Beux, cujo esforço e dedicação merecem ser recompensados. Útil, parece-me, será incentivá-lo a continuar dedicando-se ao estudo de problemas técnicos como esse, pois muito se pode esperar, pela mostra que nos dá, de suas qualidades inventivas. É com o maior prazer que esta Diretoria receberá toda colaboração neste sentido e estará sempre pronta a prestar todo auxílio que possa. Peço ao digno Comandante da 3ª Região Militar que transmita ao 1º Cabo Beux os cumprimentos desta Diretoria”.



Professor WASHINGTON GUTIERRES FILHO



Foi Presidente da LDN/RS de 16 de dezembro de 1989 a 10 de julho de 1990. Washington Gutierrez Filho foi dedicado à Educação Física pela vida inteira. Recebeu, em 2005, a Ordem do Mérito dos Educadores Metodistas por sua atuação decisiva na história do IPA, e na área da educação na Igreja Metodista. Foi Criador do curso de Educação Física, de Fisioterapia e

Terapia Ocupacional, foi diretor geral, professor e líder de projetos que construíram a história e a identidade do Instituto Porto Alegre (IPA) em Porto Alegre e no estado. Recebeu do CONSUNI (Conselho Universitário) outorga da honraria Mérito Universitário em Sessão Especial e Pública no auditório da Biblioteca. A sessão foi realizada em memória ao Professor Washington Gutierrez. Possuía graduação em Educação Física pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (1975), especialização em Educação Física pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (1976), especialização em Administração Educacional pela Faculdade Portoalegrense de Educação Ciências e Letras (1986) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004). Foi professor titular do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, com experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: Ascensão Social, Inclusão Social e mobilidade social. Foi vice-presidente do Petrópole Tênis Clube. Autor do Livro: História da Educação Física, 4ª Ed. 1985.



Bacharel ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE MELO



Foi Presidente da LDN/RS de 11 de julho de 1990 a 03 de maio de 1994. Nasceu em Porto Alegre em 15 Abr 1940. Coursou Direito na Fundação Clóvis Beviláqua (atual Fundação Universidade de Rio Grande, FURG) em Rio Grande, RS. Exerceu a profissão de advogado em Porto Alegre. Foi, durante 32 anos, Analista Público Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Foi Secretário do Trabalho e Ação Social do governo Peracchi Bracellos. Foi Sub-Chefe da Casa Civil do Governo Esta-

dual nas gestões Synval Guazelli e Amaral de Souza e Secretário da Segurança no governo Jair Soares. Aposentou-se em 1992. Foi Fundador e Presidente da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL PADRE LANDELL DE MOURA (FEPLAM). Foi Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho. Foi Presidente da LDN/RS por dois mandatos, deixando a presidência dois meses antes de completar quatro anos. Casado com a Sra. Taina Pinto de Melo. O casal possui três filhos. Reside em Porto Alegre.

Sr. JONAS DA SILVA PAIVA



Foi Presidente da LDN/RS de 04 de maio de 1994 a 12 de maio de 1997. Juiz classista aposentado, Jonas da Silva Paiva faleceu em 17 de julho, aos 80 anos, no Hospital Ernesto Dornelles. O porto-alegrense era casado com a Sra. Dolores Paiva havia 59 anos e deixou os filhos Claudio e Clovis, os netos Ana Claudia, Claudio Junior e Guilherme e os bisnetos Caroline e Bruno. Foi operador cinematográfico, tendo sido Presidente

do Sindicato dos Operadores Cinematográficos do Rio Grande do Sul durante várias gestões, líder sindical do governo do Estado, presidente da Liga de Defesa Nacional e presidente da Associação dos Juizes Clas-sistas (Ajucla). Era maçom, membro da Loja Cidade de Porto Alegre nº 47, e fazia parte da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Uma de suas paixões era o Sport Clube Internacional.

Professor HUNDER EVERTO CORRÊA



Foi Presidente da LDN/RS de 13 de maio de 1997 a 08 de setembro de 1998. Nasceu em Jaguarão em 20 Ago 1942. cursou Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas na PUC, todos em 1970. Fez o Curso de Professor na Faculdade de Formação de Professores São Judas Tadeu em 1975. Foi professor na Unisinos, na ULBRA e na UFRGS. Trabalhou no jornal Folha da Tarde do Correio do Povo e na Revista Combate ao Crime, da Editora Lamar. Foi Diretor da Agência de Propaganda Impetus Propaganda. Trabalhou também na Casa Civil do Governo do Estado desde o Governador Peracchi Barcellos até Jair Soares. Na LDN, trabalhou com Poty Medeiros em constante convivência profissional e também particular, mercê de grande amizade. Trabalhos publicados: Publicidade, História e Teoria da Comunicação. Porto Alegre: Emma, 1977 (co-autoria com Roberto Gallicchio); O Homem (In?) Dependente da Comunicação. Porto Alegre: Lamar, 1979; Globalização de Ideias, 1999; Seara de Ideias, 2000; e Lembranças, 2010. Foi professor da UFRGS (Professor de 1º e 2º Graus, classe E, padrão 4) no regime de dedicação exclusiva de trabalho, com exercício na Área de Administração da Escola Técnica, com proventos integrais. Possui a Medalha de Honra do Mérito Cívico (1997) e recebeu o Diploma de Distinção de Amigo do Exército Brasileiro em 1999. Casado com a Sra. Vera Terezinha Krüge Corrêa e possui dois filhos.

Coronel DOMNIO CHRISTIANO REIS



Foi Presidente da LDN/RS de 09 de setembro de 1998 a 13 de maio de 2001. Nasceu em Porto Alegre em 17 de março de 1919, filho de Christiano Reis, de origem alemã, e de Balbina Lopes Reis. Era da turma de Infantaria de 1943 da Escola Militar do Realengo, a última antes da transferência para Resende. Praça em 01 Abr 1940; Asp Of Inf em 08 Jan 1944 pelo Regulamento de 1940; 2º Ten em 28 Abr 1944; 1º Ten em 25 Jan 1945; Cap em 25 Mar 1950; e Major em 25 Mar

1955. Depois de ter servido em Cruz Alta e no 3º Batalhão de Carros de Combate Leves (3º BCCL) em Santa Maria, foi instrutor na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA) e serviu no Quartel-General do então III Exército (hoje Comando Militar do Sul) em Porto Alegre. Decidiu então seguir, no Exército, a linha técnica. Em 11 de março de 1953, foi aprovado no Concurso de Admissão ao Concurso de Preparação para a Escola Técnica do Exército, atualmente Instituto Militar de Engenharia (IME). Aprovado, formou-se Engenheiro em 1956, na especialidade de Fortificação e Construção. Coursou também o Curso Técnico de Oficiais das Armas da Escola de Moto-Mecanização. Coursou também o Curso de Comando de Unidade e Chefia de Serviço da Arma ou Quadro. Foi responsável pela construção da Vila Militar do Campo de Instrução Barão de São Borja, em Saicã. O Diário Oficial da União de 29 de outubro de 1959 publicou a sua transferência da Comissão Especial de Obras/6 para o Serviço de Obras da 3ª RM. Passou para a Reserva Remunerada do Exército ainda no posto de coronel. Condecorações: Medalhas de Tempo e Serviço (até 30 anos, Ouro); Medalha Marechal Hermes de Bronze - Aplicação e Estudo (1 coroa). Foi Presidente e Conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do RS e, durante muitos anos, foi Gerente Regional da Fundação Habitacional do Exército - Poupança do Exército (FHE/POUPEX) em Porto Alegre. Em 2006, o Tribunal de Contas do estado concedeu ao Coronel Domnio Cristiano Reis (in memoriam) o Troféu Mérito Cívico, que foi recebido pela sua viúva Sra. Helena Braga Pinheiro Reis. O casal tem três filhos. Faleceu em 1 de junho de 2007.

Coronel PEDRO DAURO DE LUCENA



Foi Presidente da LDN/RS de 15 de maio de 2001 a 16 de maio de 2005. Nasceu em São Francisco de Paula/RS, em 29 de junho de 1934, filho de Lauro Machado de Lucena e Benta Cardoso de Lucena. Concluiu o Curso Clássico no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e ingressou na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre em 1954, tendo concluído o curso em 1956. Em 1957 ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ. As-

pirante a Oficial de Infantaria em 1959, tendo ido servir no 9º Regimento de Infantaria, Pelotas/RS. Foi 2º e 1º Tenente em 1961/62 na Companhia do Quartel General da 3ª Região Militar, Porto Alegre/RS, até junho de 1963. Em 1963/64, foi integrante da UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas) em Gaza/Oriente Médio por 18 meses. Foi Instrutor da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) - Resende/RJ de 1965 até junho de 1969. Foi Aluno, como Capitão, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, Rio de Janeiro/RJ em 1969. Em 1970 foi comandante da 6ª Companhia de Polícia do Exército e responsável pela transição para o atual 3º Batalhão de Polícia do Exército, Porto Alegre/RS. No biênio 1971/72 foi Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, Porto Alegre/RS. Em 1973/74 foi Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro/RJ. Serviu em 1975, já no posto de Major, no 4º Batalhão de Infantaria Blindado, Osasco/SP. Foi Instrutor do CPOR, São Paulo/SP em 1976/79. Em 1980 veio para o 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, Porto Alegre/RS, onde permaneceu até janeiro de 1982. Neste mesmo ano, 1982, foi transferido por solicitação própria para a Reserva do Exército. Iniciou então o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais na UFRGS. Realizou também o Curso de Administrador pela Fundação Getúlio Vargas. Realizou os seguintes cursos de extensão e aperfeiçoamento: 1968 - Curso de Técnica de Ensino no Centro de Estudos de Pessoal, RJ; Estágio de Observação Pedagógica no Centro de Estudos Pedagógicos da Fundação Getúlio Vargas, SP; Ciclo de Palestras de Instrução Programada no Centro de Estudos de Pessoal do Exército do Ministério do Exército, RJ. Em 1989, realizou o Curso de Treinamento de Direito Agrário na FARSUL, Porto Alegre/RS. Menções recebidas:

Menção honrosa pela outorga do Prêmio Nobel da Paz de 1988 às Forças de Paz da ONU; Medalha do Mérito “Marechal Osório”; Medalhas Militares de Bronze e de Prata (10 e 20 anos de serviço); Medalha Militar de Prata (20 anos de serviço); Medalha da UNEF (Força de Emergência das Nações Unidas), em reconhecimento dos Serviços Prestados à Causa da Paz no Oriente Médio; Medalha de Honra ao Mérito, concedida pelo Prefeito Municipal de Porto Alegre/RS; Medalha da Ordem do Mérito Cívico - Grau Oficial; Medalha da Ordem do Mérito Cívico - Grau Comendador, da Liga da Defesa Nacional; Medalha da Ordem do Mérito Cívico do Batalhão Suez; Medalha de Cidadão Emérito de Porto Alegre e Medalha do Pacificador (EB). Atividades Exercidas: de 1982-2007 - Administrador da Fazenda do Chapéu; Advocacia nas Comarcas de Porto Alegre, Caxias do Sul, São Francisco de Paula, Gramado, Canoas, Flores da Cunha, Canela e Taquara. Era proprietário da Agropecuária Fazenda do Chapéu - Rota do Sol, Km 193, Lageado Grande, São Francisco de Paula/RS. Era Associado da Associação Brasileira de Santa Gertrudis; Associado da FARSUL (Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) e Associado do Sindicato Rural de São Francisco de Paula/RS. No Leonismo, foi Membro de “The International Association of Lions Clubs” por mais de 30 anos. Foi Assessor do Gabinete do Governador do Lions e Presidente do Lions Clube, Porto Alegre - Centro. Na Liga da Defesa Nacional em Porto Alegre/RS foi Diretor de Planejamento (1977/1999), Vice-Presidente em 2000/2001 e Presidente em 2002/04. Casado com a Sra. Maria Eunice Guilhermina Bertoia Martins de Lucena, com três filhos e seis netos. Em 2005, a Prefeitura de Porto Alegre, autorizada pela Câmara de Vereadores, concedeu-lhe o título honorífico de Cidadão de Porto Alegre, no mandato do Prefeito José Fogaça. O Coronel Lucena faleceu em 13 de junho de 2007.



Dr. EDUARDO CUNHA MÜLLER



Foi Presidente da LDN/RS de 17 de dezembro de 2005 a 22 de abril de 2008. Eduardo Cunha Müller nasceu em Porto Alegre em 29 Nov 1952, filho do Coronel do Exército Eduardo Emílio Maurell Müller e da Sra. Ivone Cunha Müller. Foi aluno do CMPA. É Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1976. Exerce a profissão de Advogado em Porto Alegre, estabelecido à Rua Gen Andrade

Neves, 155, Conj. 53., Centro. Casado com a Dra. Janae Simões Pires Müller. O casal possui uma filha. Cursos e atividades realizadas: Curso de Direito do Menor, Promovido pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUCRS, no ano de 1972; Curso de Extensão Universitária de Direito de Trânsito, Promovido pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUCRS, no ano de 1975; Curso de Extensão Universitária de Processo Penal Militar, Promovido pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUCRS, no ano de 1975; Curso de Temas de Direito Público para o Desenvolvimento Econômico e Social Promovido pelo Centro Acadêmico André da Rocha, da Faculdade de Direito da UFRGS, no ano de 1975; I Simpósio Interdisciplinar de Direito, Promovido pelo Centro Acadêmico Maurício Cardoso, da Faculdade de Direito da PUCRS, no ano de 1976; Curso de Registros Públicos, Promovido Pelo Centro Acadêmico André da Rocha, da Faculdade de Direito da UFRGS, no ano de 1976; II Simpósio sobre a Legislação das Sociedades por Quotas de Responsabilidade, no ano de 1978; Curso Sobre Aspectos da Nova Lei do Inquilinato, Promovido pela OAB-RS, no ano de 1979; Curso de Direito Imobiliário, Promovido pela Editora Sugestões, no ano de 1979; I Seminário Jurídico do ECAD, no ano de 1981; Curso de Direito do Trabalho, promovido pela Escola Osvaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1981; II Seminário Jurídico do ECAD, no ano de 1983; Seminário de Direito do Trabalho, Promovido pelo Tribunal Superior e Academia Nacional de Direito do Trabalho, no ano de 1983; Curso sobre a Nova Lei das Execuções Penais, Promovido pela OAB/RS, no ano de 1987; Simpósio sobre o direito do Trabalho na Nova Constituição, Promovido pela FEDERA-

SUL, no ano de 1988; Simpósio sobre o Direito de Família na Nova Constituição Promovido Pela IARGS, no ano de 1989; Simpósio sobre a Responsabilidade Civil do Estado, Promovido pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1990; Simpósio sobre Consórcios de Imóveis, Promovido pela AGADEMI, no ano de 1990; Curso sobre Direito das Sucessões, Promovido pelo IARGS, no ano de 1990; Seminário de Licitações e Contratos Administrativos, Promovido por Zênite Assessoria e Promoções, no ano de 1991; V Encontro Regional de Direito Municipal, Promovido pela Procuradoria Geral do Estado do RS, no ano de 1991; Curso A Indústria Frente ao Código de Defesa do Consumidor, Promovido pela FIERGS, no ano de 1991; Seminário de Licitações e Contratos Administrativos sob a Órbita da Lei Nº 8666/93, Promovido por Zênite Assessoria e Promoções, no ano de 1993; 1º Encontro do Mercado Imobiliário do Mercosul, Promovido pela AGADEMI, no ano de 1993; Seminário de Licitações e Contratos Administrativos, Promovido por Zênite Assessoria e Promoções, no ano de 1993; I Congresso Brasileiro sobre Responsabilidade Civil, no ano de 1998; Seminário Estadual de Direito Imobiliário, Promovido pela UNISINOS, no ano de 2000; 10º Simpósio Estadual de Direito-III Simpósio Nacional de Direito-“O Novo Código Civil”, Promovido pela UNISINOS, no ano de 2002; Curso de Aspectos do Novo Código Civil-Ênfase em Direito Imobiliário, Promovido pela AJURIS, no ano de 2002; III Congresso Estadual de Advocacia Pública-Reforma do Estado e Temas Atuais da Advocacia Pública-I Encontro da ANAPE-Região Sul, Promovido pela APERGS, no ano de 2003; e Curso sobre a Lei de Recuperação Judicial e Falências, Promovido pela AJURIS/RS, no ano de 2005. Cursos de Extensão Universitária: Curso de História do Rio Grande do Sul, Promovido pela PUC/RS, no ano de 2002; XL Ciclo de Estudos da ADESG/RS, no ano de 2003; Logística e Mobilização Nacional - Escola Superior de Guerra-RJ, no ano de 2004, cuja Monografia foi “Projeto de Lei de Mobilização Nacional – Eficácia e Óbices – ESG – 2004”. Trabalhos Apresentados em Congressos: Os Conselhos de Técnicos de Administração e as Administradoras de Imóveis - 2ª CONAI, no ano de 1981, Porto Alegre-RS; Estatuto do Desarmamento - Utopia ou Eficácia. Semana Jurídica Promovida pela URCAMP, no ano de 2005, Bagé-RS; e Mercenários na Revolução de 1923. Seminário sobre a Revolução de 1923, no ano de 2013, promovido pelo Município de Bagé-RS. Obras publicadas: Marechal Salvador César Obino - O Idealizador da Escola Superior de Guerra, Ed. Record, 2003; Armas Leves do Exército Brasileiro – Manual Básico, Co-Autoria, Ed. Grafosul, 2005; Vila de São Francisco de Assis – 2 de outubro de 1923 – Páginas de um Renhido Combate. Porto Alegre: Edigal, 2013. Experiência Profissional: Estagiário

Junto ao Deptº Jurídico do Banco de Investimento Sul Brasileiro S/A; e Estagiário Junto ao Deptº Jurídico da Maguefa; Estagiário Junto ao Deptº Jurídico da Maiosonnave S/A - Crédito Financiamento e Investimento; Estagiário Junto ao Deptº Jurídico do Banco Maiosonnave de Investimentos S/A - Crédito Financiamento e Investimento; Estagiário Junto à R.M. Maiosonnave Companhia de Planejamento e Administração Societária; Assessor Jurídico da Serratur - Serra, Turismo Ltda; Assessor Jurídico da Sociedade Anônima Abel Dourado - Indústria Alimentícia, em Porto Alegre/RS; Assessor Jurídico da G.B. Confiança S/A - Cia de Seguros, Empresa Integrante do Grupo GBOEX; Assessor Jurídico da R.M., Empresa Holding do Grupo Maisonnave, prestando Assessoria Jurídica a todas as Empresas Integrantes do referido Grupo; Assessor Jurídico da Promonte Propaganda Ltda; Assessor Jurídico da Montepaci - Sociedade Comercial de Imóveis Ltda; Assessor Jurídico da Meridional Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A; Consultor Jurídico da Associação Comercial de Porto Alegre/RS; Consultor Jurídico da Federasul; Assessor Jurídico do ECAD; Assessor Jurídico da Adisul; Assessor Jurídico da S.D.B. Cia. de Seguros Gerais; Professor de Direito Comercial na Faculdade Portoalegrense de Ciências Contábeis e Administrativa; Assessor Jurídico da Imcosul S/A; Juiz Titular do Tribunal Administrativo de Recurso Fiscais, do Rio Grande do Sul; Consultor Jurídico e Membro do Conselho Deliberativo-Consultivo da Associação dos Amigos do Casarão da Várzea, Colégio Militar de Porto Alegre/RS; Assessor Jurídico da Liga da Defesa Nacional, Diretoria Regional do Rio Grande do Sul; Presidente da Liga da Defesa Nacional – Diretoria Regional do Rio Grande do Sul; Assessor Jurídico do Grupo Sultepa; Consultor Jurídico do Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Rio Grande do Sul – SICEPOT; Assessor Jurídico da Associação Rio-grandense de Empreiteiros de Obras Públicas – AREOP; Assessor Jurídico da Associação Gaúcha de Empresas de Obras de Saneamento – AGEOS. Atividades profissionais atuais: Advogado Militante no Estado do Rio Grande do Sul na Justiça Estadual Comum, bem como na Justiça Federal Comum e Especializadas; e Advogado de Empresas. Entidades às quais pertence: Sócio Efetivo do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul; Integrante da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHIMTB, na qualidade de Acadêmico Emérito, já tendo ocupado a Cadeira nº 40, que tem por Patrono o Marechal Valentim Benício da Silva; Membro do Instituto de Tradições e História do Rio Grande do Sul; Membro da Liga de Defesa Nacional, do Rio Grande do Sul; Membro do Conselho de Instituidores da Fundação Ricardo Franco de Engenharia Militar, do

Brigadeiro PAULO ROBERTO DE CARVALHO FERRO



Foi Presidente da LDN de 23 de abril de 2008 a 16 de dezembro de 2010. É Brigadeiro Engenheiro da Aeronáutica. Nasceu em Rio Grande, RS em 17 Jun 1944, filho de Ricardo Ferro e da Sra. Diva de Carvalho Ferro. Casado com a Sra. Carmen Helena Filho. O casal possui um filho, Carlos Eduardo. Praça em 11 Jun 1973. Promoções: 1º Ten em 18 Dez 73; Cap em 25 Dez; Major em 25 Dez 81; Ten Cel em 25 Dez 85; Cel em 30 Abr 91; Brigadeiro em 31 Mar 97. Cursos Mili-

tares: Estágio de Adaptação para ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica - COMFAP, 1973; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAOAer, 1981; Curso de Extensão em Engenharia de Arma-mento Aéreo, ITA, 1984; Curso de Estado-Maior/Superior de Coman-do, ECEMAR, 1988; Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ESG, 1994. Cursos civis: Engenharia Industrial-Mecânica, FURG, 1968/72; Engenharia de Segurança do Trabalho, Escola Superior de Química Oswaldo Cruz, 1975; Bacharel em Administração, Universida-de Mackenzie, 1978/79. Principais cargos: Chefe da Subdivisão de Ofi-cinas da Divisão de Fabricação do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo, 1974; Chefe da Subdivisão de Engenharia da Divisão de Pla-nejamento e Controle do Pq Mat Aero/SP, 1975/79 e 1981/83; Acomp-anhamento da Revisão de turbinas na França, 1979/80; Chefe da Subdivisão Técnica da Divisão de Sistemas Bélicos do Instituto de Ati-vidades Espaciais do Centro Técnico Aeroespacial, CTA, 1985/87; Instr do ITA, 1985/87; Chefe da Divisão Técnica da Diretoria de Material Bélico, 1989/90; Chefe da Divisão de Manutenção da Diretoria de Ma-terial Bélico, 1991/93 e 1995/96; Subdiretor de Manutenção da Dire-toria de Material da Aeronáutica, 1997/98; Assistente da Aeronáutica junto ao Comando da Escola Superior de Guerra, 1999; Sub-comandante da Escola Superior de Guerra, 2000/01. Outras ativida-des: Vice-presidente do Conselho Consultivo da LDN/RS, 2003/04;

Presidente do Conselho Consultivo da LDN/RS, 2005/07; Presidente da LDN/RS, 2008/10; Voluntário do Forum Temático de Segurança da agenda 2020 de 2008/13; Atividade atual: Presidente do Conselho Consultivo da LDN/RS. Condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de comendador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha Militar de Prata; Medalha da Ordem do Mérito Militar; Medalha Mérito Tamandaré; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito do Engenheiro Militar, Grau de Comendador; Medalha da Vitória; Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias; Medalha da Ordem do Mérito Cívico. Passou para a reserva em 27 Dez 01 e reside em Porto Alegre.

Coronel FLORIANO GONÇALVES FILHO



Foi Presidente da LDN/RS de 17 de dezembro de 2010 a 18 de março de 2014. Nasceu em Santa Cruz do Sul, RS, em 12 Ago 1934, filho de Floriano Gonçalves e da Sra. Josephina Reali Gonçalves. Com cluiu a EPPA (atual CMPA) em 1953, seguindo então para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em Resende, RJ. Concluiu o curso e foi declarado Aspirante a Oficial de Cavalaria em janeiro de 1956. Serviu como Asp Of e 2º Ten no

então 13º RC – Regimento Osorio, em Jaguarão. Foi movimentado para o I/4º R C Moto em Três Lagoas, atual Mato Grosso do Sul, onde permaneceu por dois meses somente, quando foi realizar o Curso de Educação Física na então EsEFEx (de março a dezembro de 1959). Em 1969 foi novamente para o 13º RC em Jaguarão até março de 1964 quando foi nomeado instrutor da AMAN até julho do mesmo ano. Em julho de 1964 foi realizar o Curso da EsAO na Vila Militar, Rio de Janeiro. Da EsAO foi novamente (3ª vez) para o 13º RC, Jaguarão, onde permaneceu de março de 1965 até 1970, quando sua unidade foi transferida para Porto Alegre adotando-se a nova denominação de 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, 3º R C Gd – Regimento Osorio. Em 1973 foi movimentado para o Hospital Geral de Porto Alegre (HGePA), onde exerceu as funções de Chefe do Escalão Administrativo. Em dezembro de 1975, foi movimentado para o 12º RCMec, cuja sede era no

bairro da Serraria em Porto Alegre. Em 1976 serviu no CMPA e, em 1977, foi transferido para o 17º RC, Amambai, atual MS. Em outubro de 1978 retornou para o 12º RCMec onde permaneceu até novembro de 1983, quando foi movimentado para o Comando Militar da Amazônia, Manaus, AM. Em julho de foi transferido, por vontade própria, para a Reserva Remunerada e veio residir em Porto Alegre. Promoções: 2º Ten em 06 Nov 56; 1º Ten em 25 Ago 58; Cap em 25 Dez 62; Major em 25 Ago 70; Ten Cel em 31 Ago 76 e Cel em 31 Ago 83. Possui a Medalha de Prata de Tempo de Serviço (20 anos). No meio civil, foi destacado membro da Maçonaria, onde alcançou o grau 33, e Presidente da LDN/RS. Casado com a Sra. Marília Chaves Gonçalves, de cujo consórcio nasceram três filhos.

Professor JÚLIO CÉZAR BENITEZ TEIXEIRA



Atual Presidente da LDN/RS desde 18 de março de 2014. Natural de Barra do Quaraí, então 2º Distrito de Uruguaiana, onde nasceu em 15 de janeiro de 1956, filho de Rafael da Silva Teixeira Neto e de dona Helena Moraes Benites Teixeira, último filho de quatro, do casal. Casado com a Sra. Júlia Elenice Regules Oliveira Teixeira, cujo casal possui três filhos. De origem campestre, aprendeu a cavalgar, ordenhar vaca, manejar os gados bovino e ovino e cultivar a terra. Concluiu a 5ª

série primária no Grupo Escolar Antônio Brochado da Rocha, hoje Escola Estadual Nilza Correia Pereira. Trabalhou carregando água de uma bica para abastecer a residência de uma família árabe e depois na Casa São Paulo, loja de confecções do Sr. Ahmad Ayesh Ussein Ali, onde laborou na função de balconista dos 12 aos 15 anos. Em março de 1971, sua família foi para Uruguaiana, indo residir na rua 14 de julho, nº 1559, perto do Cacaréu; as ruas não tinham asfalto e as quadras eram quase desertas. Luz elétrica e água tratada não existiam. Avisado por um vizinho, Sr. Vasco Echeverria, do anúncio de uma vaga de emprego, Júlio César compareceu na Livraria Pereira e submeteu-se a um teste de conhecimentos, o primeiro de sua vida, o que não lhe pareceu difícil em virtude da facilidade que tinha em matemática e a prática que já havia adquirido como balconista. Foi aprovado, e em 11 de maio

de 1971 foi admitido como balconista na Livraria do Sr. Sidnei René Pereira e lá permaneceu até 30 de outubro de 1974, quando foi prestar o serviço militar. Entre várias lições que aprendeu com o Sr. Sidnei René Pereira uma ficou marcada, o que considerou a primeira lição de economia e perseverança: na sua ilusão de jovem quis comprar um rádio-gravador que custava quase o dobro do que ganhava por mês. Solicitou adiantamento ao seu patrão, mas este contestou orientando-o que esta não era a forma correta de se adquirir as coisas; seria mais prudente economizar mensalmente um determinado valor e, quando juntasse a quantia suficiente, aí sim compraria o tal aparelho. Esta lição lhe serviu como parâmetro para toda a vida. Incentivado pela prof^a Ana Garcia, retomou seus estudos na Escola Rui Barbosa, onde foi líder estudantil e fundador do Grêmio Estudantil José Bonifácio de Andrade e Silva. Era Secretário de Educação do Município o Dr. José Bonifácio Scot Brandi. Em 1975 incorporou no Exército, vindo a servir no 22º Grupo de Artilharia de Campanha - Grupo Uruguaiana, onde exerceu diversas funções. Indicado por seu comandante para o curso de cabo foi aprovado e promovido na QM 06-015 (Qualificação Militar - artilheiro topógrafo). No término do tempo de serviço obrigatório, foi para a reserva com a graduação de 3º Sargento. Durante o serviço militar foi cedido para auxiliar no Cartório Eleitoral da 57ª Zona da Comarca de Uruguaiana, tendo o privilégio de trabalhar sob o comando do funcionário Elizeu Antônio de Moura, o “Ripa”. Era diretor do Foro o Dr. Luiz Mello Guimarães, que o apresentou ao Dr. Newton Luzardo Ulrich – Prefeito em Exercício, e solicitou uma vaga na Prefeitura de Uruguaiana o que foi prontamente atendido. Foi admitido pelo regime CLT em dezembro de 1975 e designado a trabalhar na Unidade Municipal de Cadastramento do INCRA, até 12 de janeiro de 1979. Após o expediente na Prefeitura, fazia “bico” no Escritório do Sr. Naor Lopes Pereira, antigo Guarda-livros. Aprovado em concurso público assumiu, em janeiro de 1979, como funcionário civil no Ministério do Exército lotado no Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada até 25 de setembro de 1980. Em 1979 prestou concurso para o Banco do Brasil S.A. tendo assumido na agência de Uruguaiana em setembro de 1980, até julho de 2003. No início de 1976, almejava um curso profissionalizante, Técnico em Contabilidade, mas este só era oferecido por escolas particulares como o CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade ou Colégio União. Não tendo recursos para custear estas despesas, escreveu uma carta ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores, na ocasião prof. Luiz Machado Stabile e outra ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Dr. André Nivaldo Soares explicando a frustração dos jovens pela falta de opções e reivindicando uma bolsa

de estudos no curso que almejava. A carta ganhou repercussão – O Sr. Mário Dino Papaléo, radialista de grande prestígio na época, leu-a na Rádio Charrua, o Jornal Correio de Notícias fez reportagem e a professora Jussara Campos, esposa de Francisco Rodrigues de Campos chefe da UMC do INCRA, fez citações em trabalho acadêmico. Dos políticos nunca recebeu resposta e, em consequência, não conseguiu seu intento, tendo que matricular-se na Escola Elisa Ferrari Valls e cursar “Oficial de Farmácia”, curso que não preparava o aluno para o mercado de trabalho. Em 1978 terminou o 2º grau e prestou concurso vestibular na Faculdade de Cruz Alta sendo aprovado para o curso de Ciências Jurídicas, mas não concluiu o curso. Prestou vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguaiana – FAFIUR, para o curso de Ciências Físicas e Biológicas. Enfim, prestou vestibular na PUC para o curso de Ciências Contábeis tendo-o concluído em dezembro de 1984. Recém-formado, começou a lecionar no curso técnico em contabilidade do CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, e em 1985 foi admitido no Instituto União, em janeiro de 1990. Especializado em Contabilidade Rural, desenvolveu atividades de contador na sua própria residência até 1992, quando registrou o escritório CONTAP – Contabilidade, Assessoria e Perícias e transferiu o domicílio fiscal para a rua Santana esquina Íris Valls. Em 1996, mudou-se para o Edifício da Associação Rural até 2001 quando extinguiu a Empresa. Voltou a instalar seu escritório na Av. Duque de Caxias, 3317 com o nome de Centro de Diagnósticos Empresariais com contabilidade, auditoria, perícias e assessoria contábil. Convidado, começou a lecionar na PUCRS – Campus Uruguaiana, em março de 1995, com aulas de Mecanismos Contábeis das Instituições Financeiras, Contabilidade Rural, Legislação e Ética Profissional, Teoria e Prática de Câmbio nos cursos de Ciências Contábeis, Administração, Zootecnia e Agronomia. Em agosto de 2002 lecionou na URCAMP - Campus de São Borja, a disciplina de Teoria e Prática de Câmbio no curso de Administração e Comércio Exterior. Em abril de 2001 concluiu o curso de mestrado, sendo diplomado em Educação pela Faculdade de Educação da PUCRS – Porto Alegre. Após ter adquirido o prédio onde reside, transformou a garagem em prédio comercial onde desenvolveu atividades como: sorveteria, lanchonete, posto telefônico e, por último, agência Lotérica. Foi Presidente da Liga de Defesa Nacional - Núcleo de Uruguaiana, de 1997 a 2002 e desenvolveu a função de Diretor de Planejamento na LDN do RS. Participou da patronagem do CTG Sinuelo do Pago como 2º Sota-Capatáz, cumulativamente com a função de Posteiro Cultural na gestão do Sr. Egíneo Panziera. Foi Patrão do mesmo CTG para a gestão 2009/11; foi Presidente da 36ª edição da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do

Sul. Foi iniciado na Loja Cruzeiro do Sul II do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 12.07.1985, rito Escocês Antigo e Aceito. Elevado ao Grau 2 em 20.06.1986; Exaltado ao Grau 3 em 06.05.1988; Iniciado no Filosofismo em 05.06.1989 – Grau 4; Mestre Instalado em 16.06.1989 e empossado Venerável Mestre da Loja Cruzeiro do Sul II – Oriente de Uruguaiana para a gestão 1989/1991; Elevado ao Grau 9 em 11.05.1991; Elevado ao Grau 14; Delegado da 11ª Zona Maçônica do GORGS em 1992/1995, na gestão do Grão Mestre Carlos Augusto Schilabtz e reconduzido em 1995/1998 na gestão do Grão Mestre Milton Barbosa da Silva. Tomou posse pela 2ª vez como Venerável Mestre da Loja Cruzeiro do Sul II para a gestão 1999/2001; Deputado pela Loja Cruzeiro do Sul II para representá-la junto a Assembléia Legislativa Maçônica na gestão 2001/2004 e diplomado em 20.06.2001; Idealizador e Fundador do Triângulo Acácia do Ibicuí Oriente de Manoel Viana e Loja Tríplice Fronteira Oriente da Barra do Quaraí em 1996; Filiou-se na Loja Tríplice Fronteira em 14.09.1996; Desligou-se, a pedido, da Loja Cruzeiro do Sul II em 14.10.2002; Tomou posse como Venerável Mestre da Loja Tríplice Fronteira Oriente da Barra do Quaraí em 29.06.2003 para a gestão 2003/2005; Recebeu Quite-Placet da Loja Tríplice Fronteira, a pedido, em 30.03.2005; Atualmente está filiado na Loja Heráclio Soares Leães, jurisdicionada ao Grande Oriente do Brasil; Eleito e diplomado Deputado Estadual da Poderosa Assembleia Estadual Legislativa do GOBRS representando a Loja Heráclio Soares Leães. Comendas: Medalha de Reconhecimento Maçônico recebida do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 16.09.1996; Diploma De Molay de Mérito, expedido pelo Capítulo De Molay de Uruguaiana; Diploma de Colaborador Emérito do Exército, expedido pelo Comando Militar do Sul em 25/08/1999; Medalha de Mérito Cívico e inclusão no corpo de graduados da Ordem do Mérito Cívico da Liga da Defesa Nacional no grau de oficial em 16.12.2000; Diploma de Mérito Cívico expedido pela Liga de Defesa Nacional Diretoria Estadual de Porto Alegre, em 07.09.1999; Medalha de Mérito Cívico e promoção ao grau de Comendador da Ordem do Mérito Cívico da Liga da Defesa Nacional em 16/12/2013. Reside em Porto Alegre.



A Medalha da Ordem do Mérito Cívico da LDN

A Medalha de Mérito Cívico foi criada no 49º ano de fundação da LIGA DA DEFESA NACIONAL, por ato do Diretor Nacional de 16 de dezembro de 1965, data comemorativa do 1º Centenário do poeta Olavo Braz dos Guimarães Bilac, um dos fundadores e grande incentivador da Liga.

Em 27 de julho de 1999, por ato da Diretoria Nacional, aprovado pelo Conselho Consultivo, foi a Medalha hierarquizada em três graus, criando-se assim a ORDEM DO MÉRITO CÍVICO:

- Oficial;
- Comendador; e
- Grande Oficial.



Ingressam na Ordem os cidadãos nacionais que se houverem distinguido na difusão dos nossos valores cívicos

morais e patrióticos e/ou que tenham prestado apoio às atividades da Liga da Defesa Nacional na difusão desses valores.

A admissão na Ordem far-se-á sempre no grau Oficial.

Ingressam também na Ordem os Estandartes das Organizações que tenham prestado relevantes serviços à Pátria e/ou apoiado a Liga da Defesa Nacional nas atividades cívico-patrióticas.

A entrega da comenda, como homenagem a OLAVO BILAC, é feita sempre no dia 16 de Dezembro, data de seu nascimento.



Histórico da Corrida do Fogo Simbólico da Pátria

O Fogo Simbólico tem percorrido as mais variadas distâncias e surgido dos lugares mais diversos. No ano de 1941 partiu do Monumento do Ipiranga e passando pelo Rio de Janeiro, veio até Porto Alegre. Em 1945, partiu do Cemitério de Pistóia, em Nápoles, na Itália, veio de avião até Natal, no Rio Grande do Norte e de lá, conduziram a chama a pé para Porto Alegre. Nas Comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 1972, a Liga realizou uma corrida de mais de doze mil quilômetros conduzindo o Fogo Simbólico em todas as Capitais do Estado do País.

O Fogo Simbólico da Pátria surgiu da ideia de um grupo de patriotas gaúchos que buscava, em 1937, um símbolo que representasse o ardor patriótico do povo brasileiro. A lembrança do fogo, que vem acompanhado o homem desde os primórdios da sua evolução e a sua presença olímpica, unindo raças, fez com que fosse escolhido como símbolo procurado. Conhecendo a escolha e tendo integrantes seus entre os que trabalham a ideia, foi ela acolhida e ampliada, tornando-se uma corrida de revezamento, que desejava percorresse todo o chão da Pátria e que se chamaria Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. Em 1938, foi realizada pela primeira vez a Corrida Do Fo-go Simbólico da Pátria, num percurso de 26 quilômetros no Rio Grande do Sul, entre as cidades de Viamão e Porto Alegre. Em 1939, foram se seguindo outros percursos chegando aos 411 quilômetros. Desde então, a Corrida vem sendo realizada a cada ano.

Conforme a Dissertação de Mestrado de Luis Henrique Rolim no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da Escola de Educação Física da UFRGS (Porto Alegre, 2008, p. 11/13), intitulada “A Chama que arde em nossos clubes - A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947)”

A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria (CFS) é uma prática cultural que marcava o início das comemorações da Semana da Pátria em Porto Alegre (RS) no final da década de 1930. Institucionalizada pela Liga de Defesa Nacional (LDN) em 1938, era repetida anualmente com o apoio dos clubes esportivos porto-alegrenses. Foram os dirigentes desses clubes que a idealizaram, após presenciarem a Corrida de Revezamento da Chama Olímpica, na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Para um entendimento melhor dessas afirmações e ao que este estudo se propõe, a seguir acenderemos a ideia do Fogo Simbólico seguindo a “linha do tempo” dos acontecimentos. Os Jogos Olímpicos realizados na Alemanha Hitleriana foram um marco na história das Olimpíadas da Era Moderna. O envolvimento político que cercava os Jogos de 1936 fez com que ele fosse marcado por investimentos em infraestrutura e pela construção de elementos simbólicos. Um desses simbolismos foi a Corrida de Revezamento da Chama Olímpica, que pela primeira vez, partia do sítio arqueológico de Olímpia (Grécia) e chegava em Berlim (Alemanha) no dia da

cerimônia de abertura dos Jogos. O ineditismo do revezamento, culminado na chegada da Chama Olímpica e no acendimento da Pira Olímpica causaram um impacto nos milhares de espectadores presentes no Estádio Olímpico de Berlim. Em meio a essa multidão ansiosa para assistir a chegada do revezamento e a realização da abertura dos Jogos Olímpicos, estavam dirigentes de clubes esportivos porto-alegrenses. Eles realmente ficaram impressionados com toda a magnificência apre-sentada na cerimonia de abertura dos Jogos que apre-sentaram ao mundo a 'Corrida de Revezamento da Chama Olímpica'. Assim, ao retornarem para o Brasil, na cidade de Porto Alegre, decidiram pela realização de uma corrida semelhante nesta cidade. Na sua primeira edição em 1938, a "Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria" (CFS) partiu de Viamão que foi a primeira capital do Rio Grande do Sul e chegou a Porto Alegre. A chama foi conduzida por destacados atletas porto-alegrenses até a Pira da Pátria construída no Parque Farroupilha (conhecido como Redenção) para ser acesa à zero hora do dia 1º de Setembro (CP, 01/09/1938). Com o acendimento da Pira da Pátria iniciavam-se as comemorações da "Semana da Pátria" em Porto Alegre. Os festejos perduravam até o dia 07 de Setembro, data oficializada para comemoração da Independência do Brasil e dia de extinguir o Fogo Simbólico que ardia desde o dia 1º de setembro na Pira da Pátria. A partir desses acontecimentos observamos que desde 1938 a CFS constituiu-se numa das principais atividades realizadas pela LDN, em parceria com os clubes esportivos, para comemorar a Semana da Pátria em Porto Alegre, conforme sugere o título da reportagem: "A maior corrida do Brasil" (Apud FONSECA, 1961, p. 66-67). Percebeu-se, que rapidamente a CFS, atingiu grande destaque, não apenas local, mas também nacional. E, até o final do período do Estado Novo (1937-45), a CFS extrapolou as fronteiras nacionais sendo considerada a "maior corrida do mundo" (CP, 01/09/1944, p. 10). Assim estava se constituindo uma tradição com caráter

patriótico que, inicialmente, restrita ao Rio Grande do Sul, posteriormente, extrapolou as fronteiras do Estado e do país, atravessando muitas cidades brasileiras numa “exaltação cívica” que sempre culminava na capital do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. Embora a CFS seja realizada até os dias atuais, neste estudo nos propusemos a investigar o período de 1938 a 1947. Esse recorte temporal compreende o ano de realização da primeira corrida em 1938 até a sua décima edição em 1947, quando há indícios de construção de novas práticas culturais voltadas a afirmação de uma identidade regional (Apud BILHAR, 2006; PAIXÃO CORTES, 1994). A partir de 1947, o chamado posteriormente de Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), começou a realizar em Porto Alegre a “Ronda Gaúcha”. Esse fato indica uma mudança no estado anímico porto-alegrense em contraposição ao de construção de uma identidade nacional que havia encerrado politicamente em 1945 com o fim do Estado Novo. Outro indicativo que reforçou essa mudança foi encontrado nas reportagens publicadas pelo jornal Correio do Povo em setembro de 1947. Este jornal registrava manchetes como: A Semana da Pátria iniciou friamente em alguns municípios gaúchos (CP 04/09/1947). A reportagem sugere o enfraquecimento das grandes comemorações alusivas a Semana da Pátria em Porto Alegre. Tendo em vista o envolvimento dos dirigentes esportivos porto-alegrenses na construção da CFS e, sendo Porto Alegre sempre local de sua culminância, o recorte espacial do estudo delimita-se a esta cidade. Este estudo situa-se na dimensão da História Cultural, no qual buscamos dialogar com diferentes conceitos como Tradições Inventadas (Apud HOBBSAWM, 1988) e Identidade Nacional (Apud SMITH, 1997). Tendo como referência essas perspectivas este estudo tem como objetivo: Compreender a participação dos clubes esportivos porto-alegrenses na construção de representações da identidade nacional brasileira através da invenção da Corrida de Revezamento do Fogo

Simbólico da Pátria no período de 1938 a 1947. A partir desse objetivo emergem as seguintes questões norteadoras do estudo:

- a) Qual o contexto sócio-cultural que permitiu a construção e consolidação de uma tradição como a 'Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria na cidade de Porto Alegre entre 1938 a 1947?
- b) Como a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria contribuiu para a construção da identidade nacional brasileira no imaginário porto-alegrense entre 1938 a 1947?
- c) Que representações da identidade nacional brasileira os clubes esportivos construíram no imaginário porto-alegrense ao se associarem a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria no período de 1938 a 1947?

Conforme os arquivos da LDN/RS, a Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria é uma prática cultural que marcava o início das comemorações da “Semana da Pátria”, em Porto Alegre, no final da década de 1930, e foi institucionalizada pela Liga da Defesa Nacional, em 1938. Era repetida anualmente com o apoio dos clubes esportivos porto-alegrenses, pois foram os dirigentes destes clubes que a idealizaram, após presenciarem a “Corrida de Revezamento da Chama Olímpica”, na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. Os Jogos realizados na Alemanha Hitleriana foram um marco na história das Olimpíadas da Era Moderna. Pela primeira vez aconteceu a “Corrida de Revezamento da Chama Olímpica”, que partiu do sítio arqueológico de Olímpia (Grécia) e chegou à Berlim (Alemanha) no dia da cerimônia de abertura dos Jogos. O ineditismo do revezamento, culminado na chegada da Chama Olímpica e no acendimento da Pira Olímpica causaram um impacto nos milhares de espectadores presentes no Estádio Olímpico de Berlim. Em meio a essa multidão ansiosa para assistir a chegada do revezamento e a realização da abertura dos Jogos Olímpicos, estavam dirigentes de clubes esportivos porto-alegrenses. Eles realmente ficaram impressionados com toda a magnificência apresentada na cerimônia de abertura dos Jogos que apresentaram ao mundo a “Corrida de Revezamento da Chama Olímpica”. Estavam presen-

tes **Túlio de Rose**, da Federação Gaúcha de Remo, do Canottiere Duca Degli Abruzzi - clube de remo italiano que passou a se chamar Clube de Regatas Duque de Caxias quando foi nacionalizado, em 1942 e enviado especial do jornal Correio do Povo; **Ernesto Cappeli**, também do Canottiere Duca Degli Abruzzi; **José Carlos Daudt**, da Liga Atlética Riograndense e do TurnerBund - clube alemão de remo que também foi nacionalizado em 1942 e que todos conhecemos hoje como Sociedade Ginástica Porto Alegre - SOGIPA; e **Darcy Vignolly**, da Liga da Defesa Nacional, da Liga Náutica e do Grêmio Náutico União. Ao retornarem para Porto Alegre, decidiram pela realização de uma corrida semelhante. Na sua primeira edição, em 1938, a “Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria” partiu de Viamão, primeira capital do Rio Grande do Sul, e chegou a Porto Alegre. A chama foi conduzida por destacados atletas porto-alegrenses até a Pira da Pátria construída no Parque Farroupilha - conhecido como Redenção - para ser acesa à zero hora do dia 1º de setembro para comemoração da Independência do Brasil e ser extinta no dia 7 de setembro.

A partir desses acontecimentos, desde 1938 a Corrida do Fogo Simbólico constitui-se numa das principais atividades realizadas pela LDN/RS, em parceria com os clubes esportivos e entidades, para comemorar a Semana da Pátria. Em pouco tempo, a Corrida ganhou destaque nacional e extrapolou as fronteiras sendo considerada, em 1944, como a “maior corrida do mundo”.

Assim essa tradição com caráter patriótico, inicialmente restrita ao Rio Grande do Sul, extrapolou fronteiras, atravessando muitas cidades brasileiras.

A cada ano aproveitamos a Corrida do Fogo Simbólico para difundir temas de interesse nacional e da sociedade, porque o fogo também representa o saber e o conhecimento.

O comemorar a Semana da Pátria provoca conversações sobre o sentido de brasilidade, instiga o exercício da cidadania responsável e atuante, desenvolve a corresponsabilidade sócio ambiental e promove o civismo. O pensar aguça a racionalidade e a esperança unidas para que todos os brasileiros façam boas es-

colhas que nos permitam superar dificuldades e projetar e construir um Brasil muito melhor.

Com este pensamento a LIGA DA DEFESA NACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, decidiu repetir o tema proposto em 2014: **“MEU JEITO DE SER BRASILEIRO”**, que nos permite conhecer como cada um vê e sonha o Brasil. Ao entendermos e unirmos os pontos comuns estaremos facilitando a construção de uma sociedade mais livre, informada, sinérgica e conhecedora, onde a democracia do conhecimento seja uma realidade para todos.

O ano de 2015 também marca a passagem do Sesquicentenário de Nascimento do fundador e Patrono da Liga da Defesa Nacional, **OLAVO BILAC**, e em sua memória, homenageia-se o poeta e jornalista, autor da letra do Hino à Bandeira, o brasileiro que além de produzir textos publicitários, crônicas, livros escolares e poesias satíricas, também é um dos principais representantes do Movimento Parnasiano que valorizou o cuidado formal do poema em busca de palavras raras, rimas ricas e rigidez das regras resultando em composição poética com brande beleza.

Como fato histórico a ser rememorado destaca-se o Sesquicentenário da rendição dos paraguaios e a retomada da então vila de Uruguaiana. A Rendição em Uruguaiana marcou o fim da primeira etapa da Guerra do Paraguai, que durou aproximadamente seis anos e ficou conhecida como o maior conflito armado da América do Sul, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. É reconhecida como um “divisor de águas” no processo de consolidação dos estados nacionais da região, que tinham conquistado a independência recentemente, mas também, sofreu consequências sociais e econômicas graves. A **RETOMADA DE URUGUAIANA**, no seu sesquicentenário, foi o fato histórico proposto pela Liga Estadual para ser trabalhado nas escolas do Rio Grande do Sul em 2015.



Resumo das 79 Corridas do Fogo Simbólico da Pátria realizadas desde a sua criação

(Conforme o livreto do escritor Jorge S. Safady, da Editora Comercial Safady Ltda., de 1960, e informações dos arquivos da LDN/RS)

1ª - 1938 - A maratona do Fogo Simbólico da Pátria teve início em 1938, perfazendo o trajeto Viamão - Porto Alegre, num total de 26 Km, com o objetivo de envolver simbolicamente, todos os brasileiros num longo e luminoso abraço de confraternização e concórdia de júbilo cívico na data magna da nacionalidade. Daí em diante, o Fogo Simbólico partiu das mais diferentes localidades do Estado e do Brasil inclusive, de Monte Castelo, do Cemitério de Pistóia em Roma, homenageando a cada ano um vulto de nossa história, sempre terminando em Porto Alegre, como homenagem aos que a instituíram há quase 60 anos.



2ª - 1939 - Partiu de Rio Pardo (RS) para Porto Alegre, fazendo um percurso de 411 km e passou por 10 cidades gaúchas.



3ª - 1940 - Saiu de Florianópolis (SC) para Porto Alegre, cobrindo um percurso de 599 km e passando por 15 cidades.



4ª 1941 – Teve início no Monumento do Ipiranga (SP), vindo até Porto Alegre em homenagem à Independência do Brasil e percorreu 2.123 km.



5ª - 1942 - Exaltando as figuras exponenciais da Inconfidência Mineira, no seu denodo partiu de Tiradentes (MG) e, passando por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Florianópolis, chegou a Porto Alegre à zero hora de 1 de setembro, tendo percorrido 3.974 km.



6ª – 1943 – Num total de 4.639 km, partiu de Salvador – BA, relembrando a primeira capital do Brasil e o 1º Governador Geral, Thomé de Souza. Passou pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Porto Alegre.

[illegible]

7ª – 1944 – Exaltou Guararapes e seus heróis: Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Henrique Dias e Poty (Felipe Camarão) foram relembrados nessa Corrida de 6.376 km. Além das capitais mencionadas na jornada anterior, ainda foram visitadas Maceió, Aracaju e Recife, de onde o Fogo partiu.



8ª - 1945 – Partiu de Monte Castelo, na Itália, fez o percurso a pé até Napoles, e daí, via aérea, veio a Natal, de onde seguiu para Porto Alegre, num percurso de 6.370 km. Com essa Corrida comemorou-se a vitória dos aliados na II Guerra e homenageou a FEB.



9ª – 1946 – Em homenagem à memória do Presidente Franklin Delano Roosevelt, saiu de Nova York, veio de avião até Fortaleza e daí fez o revezamento pelas capitais no mesmo roteiro de 1945, num total de 5.459 km.



10ª - 1947 – Em memória dos mortos da FEB que tombaram pela liberdade do mundo, saiu do cemitério de Pistoia, foi a Roma e, daí, de avião, veio até o Rio de Janeiro, seguindo para o Sul, num percurso, a pé, de 3.535 km.

LIGA DE DEFESA NACIONAL

DIRETORIO NACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

FOGO SIMBOLICO DA PÁTRIA

A comemoração prova de "Bicentenário de 1917", em homenagem à magna data da Independência do Brasil, vai tocar o Fogo, assim se chama da liberdade, honra e orgulho das nossas terras, símbolos que dizem respeito a todos os brasileiros, no Continente Brasileiro de Pistoia, na Itália. Lá, no majestoso e deslumbrante vale da Toscana, ao pé dos montes e vales, os conflitos dos Apurados, há um pedaço de terra verde, banhado com o suor e o sangue de nossos expedicionários. Ali, repousam os soldados gloriosos da FEB. Através do "Fogo da Pátria", as famílias dos heróis tombados, receberão assim a visita simbólica de seus grandes filhos, após tantos, talvez a vida, em páginas de heroísmo, glorificando com nossa liberdade. Através, então, que marcam as nossas vitórias de nossas armas, a liberdade política e a liberdade da liberdade de nossa gente.

Neste campo de uma nova vida, o Brasil em plena liberdade para lembrar aos brasileiros as "Luzes expedicionárias" que ao longo dos anos sempre mais pelas vitórias do Brasil, da América, da América e da América.

MAR. FRANCISCO GOMES LIRELLOTTI
Ex-Ten-Gen. Capitão Chefe da FEB

TOTAL: 2.524,5 km.

SEMANA DA PÁTRIA

Pistoia - Rio de Janeiro

Porto Alegre

CORRIDA DA PÁTRIA DE 1947

11ª - 1948 - Partiu da Igreja de São Pedro, em Roma, veio de avião a Lisboa e Rio de Janeiro, para nos trazer uma mensagem de Fé e relembrando a cruz que nos veio pelas caravelas e aqui foi plantada por Frei Henrique de Coimbra. O trajeto a pé foi de 2.100 km.

Liga de Defesa Nacional

Diretório Regional do Rio Grande do Sul





**ROMA - LISBÔA - RIO
PORTO ALEGRE**

ROTEIRO DO CIVISMO E DA FÉ

Quando as caravelas aventureiras da Descoberta conquistaram e venceram a incógnita dos mares traçaram, nas asas pendentes de seus veleiros, a Cruz simbólica de Cristo. Foi a origem e também a predestinação histórica de Terra Brasileira.

A primeira página dos nossos fastos de povo começou pelo sinal da Cruz. E as primeiras pompas que a terra virgem e bárbara conheceu, foram a simplicidade do altar de Frei Henrique e a página doutrinal que se ofereceu, invariável, à sanção de um céu todo feito de bondade e de amor. Daí o simbolismo eloquente deste itinerário oratório e cívico e costeiro que Rute da lâmpada votiva da Capela Sixtina, como a própria centelha vinda da Fé, brilha no lampadário de ouro da Nova Central do Templo dos Jerônimos, de onde parte Cabral no século XVI. E arde agora no fausto venturoso que atravessa o Atlântico e há de percorrer o Brasil de Norte a Sul, retransmitindo os mesmos caminhos abertos pelos pioneiros que nos legaram a tradição da nossa Bandeira e a tradição de nossa Fé.



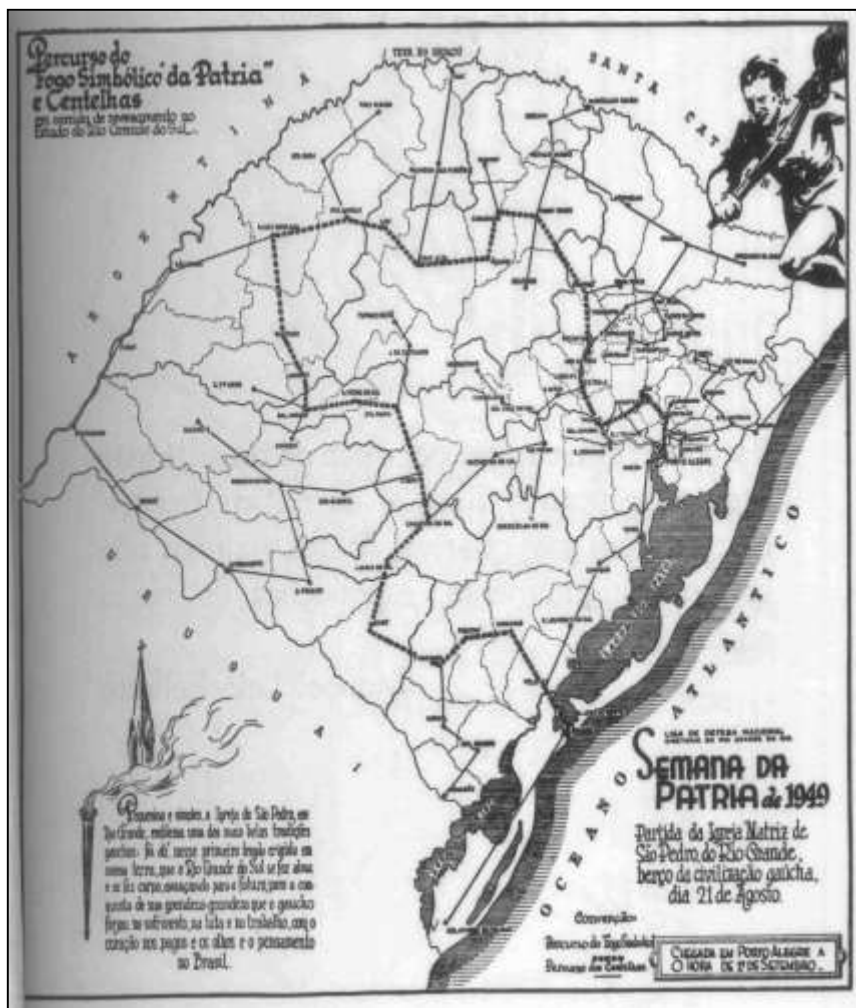

RIO O QUILOMETRO, DIA 20-8-1948 INÍCIO

BAHIANAL	165	KMS.	DIA 20	TAQUARA
APARELIDA	318	KMS.	DIA 21	TAQUARA
SÃO PAULO	516	KMS.	DIA 22	TAQUARA
OURINHOS	597	KMS.	DIA 23	TAQUARA
BOA VISTA	681	KMS.	DIA 24	TAQUARA
OURINHOS	1009	KMS.	DIA 25	TAQUARA
OURINHOS	1164	KMS.	DIA 26	TAQUARA
OURINHOS	1411	KMS.	DIA 27	TAQUARA
OURINHOS	1610	KMS.	DIA 28	TAQUARA
OURINHOS	1718	KMS.	DIA 29	TAQUARA
OURINHOS	1909	KMS.	DIA 30	TAQUARA

PORTO ALEGRE 2.100 QUILOMETROS - DIA 31-8-1948 FINAL

SEMANA DA PATRIA DE 1948

12ª - 1949 – Partiu da Igreja Matriz de São Pedro, Rio Grande – RS em 21 de agosto, passando mais de 30 cidades do Estado, e chegou a Porto Alegre a zero hora de 1º de setembro. O Fogo foi levado, de Porto Alegre para várias cidades onde não havia passado anteriormente.



13ª - 1950 – Saiu de Laguna, SC, passando por Lages, percorreu 599 km e chegou a Porto Alegre à zero hora de 1 de setembro, relembRANDO aquela cidade como a célula mater da formação racial e territorial do Rio Grande do Sul. A Centelha foi distribuída para muitas localidades do interior do RS.



O Acendimento do Fogo Simbólico em 1950

Em Porto Alegre, foi muito significativo o acendimento do Fogo Simbólico da Pátria, realizado no dia 31 de agosto de 1950 na Pira da Pátria situada, na ocasião, na Av. João Pessoa, defronte à rua Luiz Afonso, no Parque Farroupilha, exatamente às 2400 horas, ao apagar das luzes.

O Escoteiro da Pátria, Sr. Sergio de Azevedo e Souza, na ocasião com 18 anos de idade, baixou o archote na bacia da pira, ocasião em que soou o primeiro disparo de canhão, operado pelos alunos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPOR/PA), dando início às comemorações da Semana da Pátria daquele ano.

A foto abaixo, obtida dos arquivos da LDN/RS, mostra o momento exato do que foi o acendimento do Fogo Simbólico no ano de 1950.



14^a - 1951 – Homenagem: o surto da energia elétrica no Brasil e aqueles que lhe deram impulso. A Chama Sagrada saiu da Cachoeira de Paulo Afonso e percorreu 4.363 km, até Porto Alegre.



15ª - 1952 - Acesa a Chama na Cripta do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro, seguiu em direção ao Sul e, passando por muitas cidades, cobriu um roteiro de 1.840 km.

- FOGO SIMBÓLICO

Corrida: TRADIÇÃO DE SACRIFÍCIO

do monumento aos heróis de Laguna e Dourados
Rio de Janeiro a Porto Alegre





1864-1867: Dourados e Laguna - Antônio João - Coronel Camilo - Gula Lopes - Buzos e nomes que se inscreveram na história do Brasil, com os traços fulgurantes de uma epopeia. Heróis que a terra e o espírito de sacrifício do soldado brasileiro trouxeram em páginas impercíveis de lenda, em títulos atados de orgulho e de glória da nação libada.

lutar pela Pátria, sofrer pela Pátria, e morrer pela honra da Pátria, foi a lição soberba que os heróis de Dourados e do refúgio de Laguna legaram ao Brasil, na hora amarga e dolorosa de uma terrível promessa patriótica.

Sei que morrer, escrever com o sangue sangue, Antônio João, e todos eles enfrentaram tranquilamente a morte, não mais pela vitória imediata, mas pela dignidade da bandeira que sobre os seus ombros tremulou, estorva-pela pela luz da vitória, mas estava no coração de seu soldado.

Dourados, Laguna, o nome pelo Brasil fazenda do seu filho consciente de sua falange de heróis, a vitória augusta de nossa história.

SENDA DA PÁTRIA

1952

LIGA DE DEFESA NACIONAL

DIRETORIO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

[illegible]

17ª – 1954 – Da Serra Resplandescente das Pedras Verdes, de Fernão Dias, saiu o Fogo de Itacambira – MG. Relembrou o Caçador de esmeraldas. O percurso foi de 3.086 km.

LIGA DE DEFESA NACIONAL
DIRETORIO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

Corrida do Fogo Simbolico

Da "Serra Resplandescente das pedras verdes" de Fernão Dias Paes Leme em ITACAMBIRA, Minas Gerais, a PORTO ALEGRE capital do Rio Grande do Sul



FERNÃO DIAS PAES LEME

O Fogo de Itacambira, que nasceu na Serra das Pedras Verdes, em Minas Gerais, e chegou a Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é o símbolo da luta pela liberdade e pela justiça social. É o fogo da revolução, o fogo da transformação, o fogo da esperança. É o fogo que ilumina o caminho da liberdade e da justiça social. É o fogo que aquece o coração da humanidade e que dá força à luta pela liberdade e pela justiça social.

O Fogo de Itacambira, que nasceu na Serra das Pedras Verdes, em Minas Gerais, e chegou a Porto Alegre, Rio Grande do Sul, é o símbolo da luta pela liberdade e pela justiça social. É o fogo da revolução, o fogo da transformação, o fogo da esperança. É o fogo que ilumina o caminho da liberdade e da justiça social. É o fogo que aquece o coração da humanidade e que dá força à luta pela liberdade e pela justiça social.

SEMANA da PATRIA de 1954

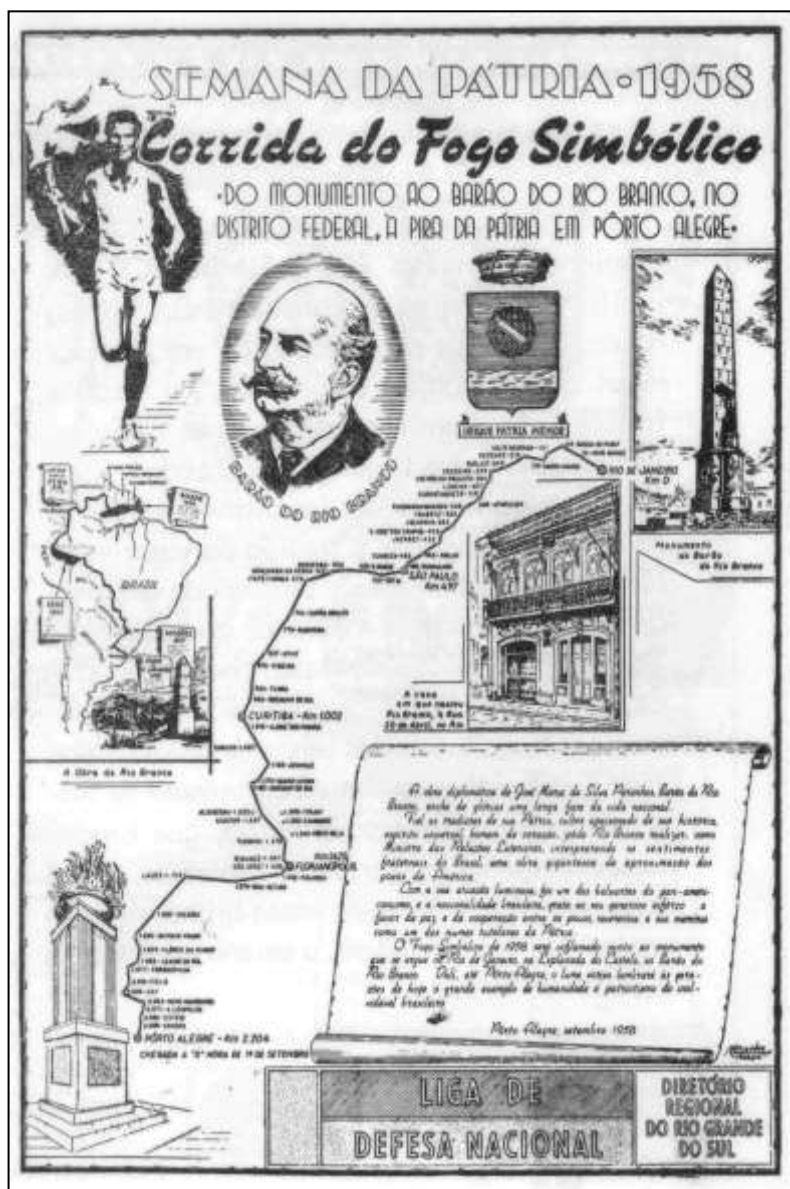
[illegible]

[illegible]

20^a - 1957 - De Brasília - DF, cuja construção estava se iniciando, saiu o Fogo, passando por Goiânia, Belo Horizonte e outras capitais, em direção ao sul, com um percurso de 3.920 km.

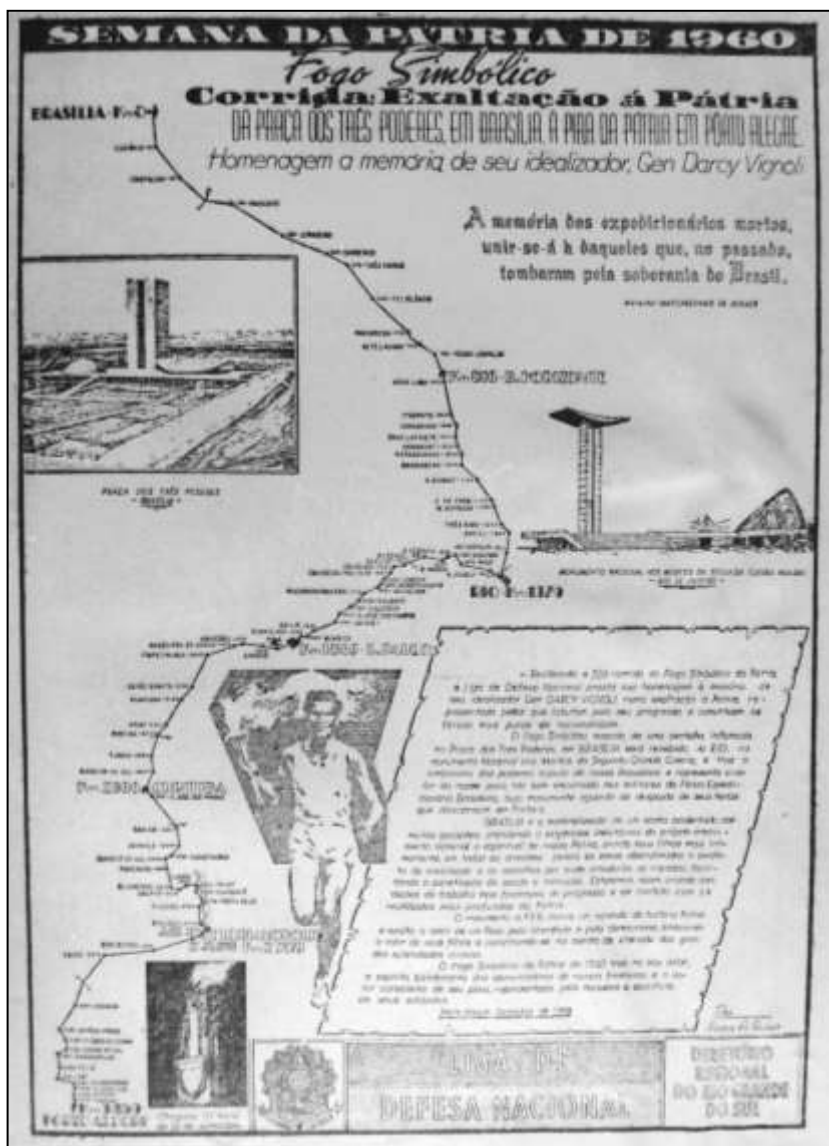


21^a - 1958 – Do monumento ao Barão do Rio Branco, no Rio de Janeiro, saiu o Fogo, homenageando o Consolidador das nossas fronteiras. O percurso foi de 2.204 km.



[illegible]

23^a – 1960 – Corrida de exaltação à Pátria. Partiu da Praça dos Três Poderes, em Brasília e seguiu em direção ao sul, passando por Belo Horizonte. Nessa oportunidade prestou homenagem ao General Darcy Vignoli, um dos que idealizou a Corrida e que falecera há pouco. Percurso de 3.459 km.

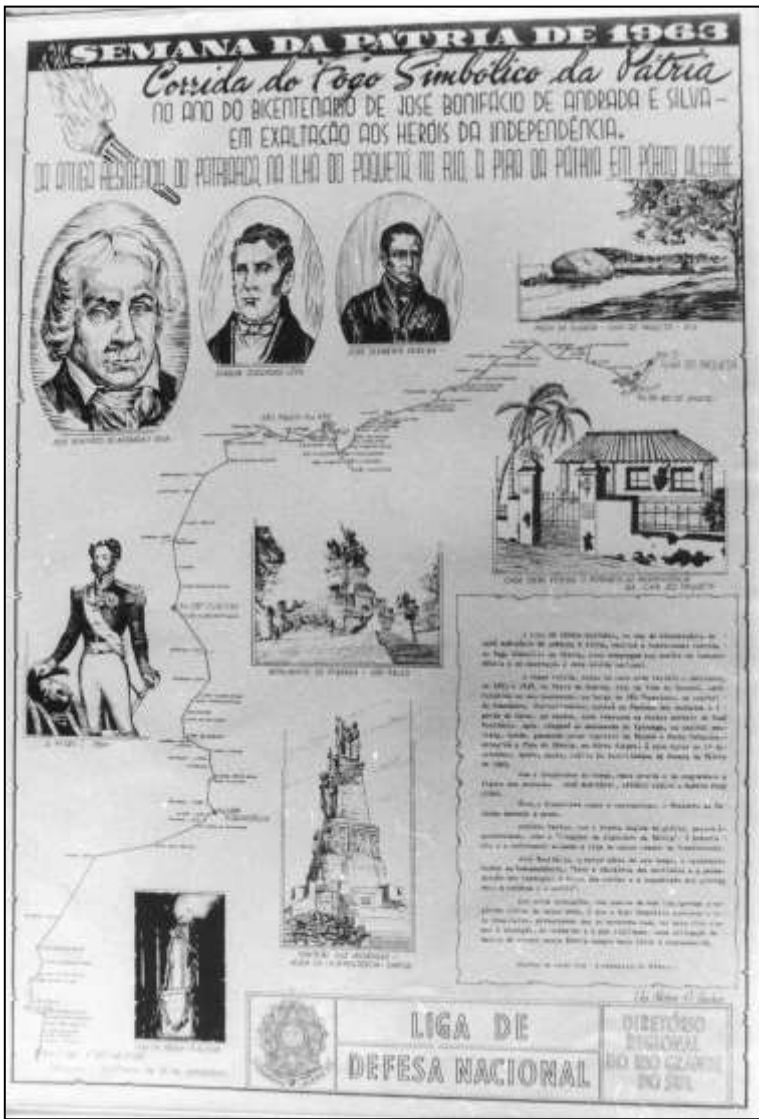


[illegible]

25ª – 1962 – Do convento da Lapa, em Salvador - BA, saiu o Fogo como homenagem especial e exaltação à mulher brasileira, nas figuras heroicas de Soror Joana Angélica de Jesus, Imperatriz Leopoldina, Princesa D. Tereza Cristina, Princesa Isabel, Anna Nery, Ludovina Portocarrero, Marília de Dirceu, Anita Garibaldi e Maria Quitéria. Percurso total foi de 3.811 km.



26ª - 1963 – De Paquetá, no Rio de Janeiro, em homenagem a José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, no transcurso do seu bicentenário, saiu da casa onde morou, na Ilha. Do Rio de Janeiro foi até Santos – SP no Monumento dos Andradas, com o fito de relembrar, também, Pedro I, Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, lúdimos fatores de nossa emancipação política. Percurso total 2.286 km.



27ª – 1964 – Em homenagem às Forças Armadas, que tanto têm feito pela preservação de nossa integridade, partiu do Panteão de Caxias, no Rio de Janeiro e demandou o Sul. Foram lembradas as figuras de Tamandaré, Caxias e Santos Dumont. Roteiro de 2.261 km.



28ª - 1965 – Homenageando os Heróis da Colônia Militar de Dourados – MT na figura máxima do Ten Antônio João Ribeiro, partiu daí a Chama Sagrada percorreu o sul de Mato Grosso, atravessou São Paulo, penetrou em Minas Gerais e foi ao Rio de Janeiro, de onde partiu em direção ao Sul do país. Percorreu 3.000 km.

SEMANA DA PÁTRIA DE 1965

28ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria

EM HOMENAGEM AOS 16 HERÓIS DA RESISTÊNCIA À INVASÃO DE NOSSO TERRITÓRIO EM DOURADOS E EM EXALTAÇÃO À INDEPENDÊNCIA NACIONAL

DA EX-COLONIA MILITAR DE DOURADOS A PÁTRIA EM PRATO ALTO

"Sei que morro, mas meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria."

Ten. Antônio João Ribeiro em 28 de setembro de 1965
Corrida do Fogo da Pátria




ROTEIRO DA CORRIDA DO FOGO DA PÁTRIA

1. DOURADOS - 2. SÃO PAULO - 3. RIO DE JANEIRO - 4. SÃO PAULO - 5. DOURADOS

1. DOURADOS

Aqui se inicia a Corrida do Fogo da Pátria, em homenagem aos 16 heróis da resistência à invasão de nosso território em Dourados. O ponto de partida é o Monumento aos 16 Heróis, situado no centro da cidade.

2. SÃO PAULO

Após percorrer o sul de Mato Grosso, a Chama Sagrada chega a São Paulo, onde é recebida com honras. O ponto de parada é o Monumento à Independência Nacional, situado no centro da cidade.

3. RIO DE JANEIRO

A Chama Sagrada chega ao Rio de Janeiro, onde é recebida com honras. O ponto de parada é o Monumento à Independência Nacional, situado no centro da cidade.

4. SÃO PAULO

Após percorrer o sul de Mato Grosso, a Chama Sagrada chega a São Paulo, onde é recebida com honras. O ponto de parada é o Monumento à Independência Nacional, situado no centro da cidade.

5. DOURADOS

A Chama Sagrada retorna a Dourados, onde é recebida com honras. O ponto de chegada é o Monumento aos 16 Heróis, situado no centro da cidade.

LIGA DA DEFESA NACIONAL

DIRETÓRIO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

29ª - 1966 - Em homenagem aos heróis da Batalha de Tuiuti, cujo centenário se comemorava, partiu das barrancas do Rio Paraguai, em Porto Murtinho - MT e, passando pelo Rio de Janeiro, foi para o Sul. Percurso não conhecido.



30ª - 1967 – Centenário da Retirada da Laguna. Partiu de Bela Vista – MT, no dia 08 (oito) de maio, no passo que deu às tropas brasileiras na ida e na volta ao território paraguaio em 1867. Percorreu a rota da epopeia, entrou em Goiás, Minas, passou em Ouro Preto, no Rio de Janeiro, no monumento a esses heróis e, após solenidade excepcionais, rumando para o Sul, num percurso de 6.963 km.

31ª - 1968 – Partiu de Belém, em homenagem aos heróis cujas batalhas comemoravam seu centenário naquele ano. Glorificação ao café, grande riqueza nossa. Pela Belém-Brasília, passou pela Capital Federal, por várias capitais e municípios e rumou para o Sul, cobrindo um roteiro de 12.643 km.

32ª - 1969 – Em homenagem ao ferro e à Siderurgia Nacional, partiu o Fogo do Morro do Pilar – MG, percorreu o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais passou pelo Rio de Janeiro e rumou para o Sul. Percurso de 2.884 km.



33ª - 1970 – Homenagem aos heróis da guerra do Paraguai, pelo transcurso do centenário do seu término; aos heróis da II Grande Guerra Mundial, ao ensejo dos 25 anos do seu encerramento, em 8 de maio de 1945; a Felipe dos Santos, o negro mártir dos primeiros a gritar pela nossa independência; pelo 250º aniversário da fundação da Capitania de Minas Gerais; às Missões; ao Petróleo e ao cacau; às riquezas nossas. Partiu o Fogo Simbólico da Fábrica

de Asfalto, em Fortaleza – CE, passando por 14 estados, 12 capitais, mais de 600 localidades e cobrindo um percurso de 9.876 km.

34ª - 1971 – Saindo do Parque Osório, no RS, foi de avião até Brasília – DF de onde, em 5 de julho, acesas pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici, Presidente de Honra da Liga, saíram 4 tochas em direção ao N, S, L e W, a fim de espalhar, por todo o território nacional, o Fogo Sagrado da Pátria. Em homenagem aos grandes vultos do passado, na figura ímpar do Marquês de Herval e mais, à borracha, ao babaçu, à cana-de-açúcar e ao trigo. Todas as capitais foram visitadas pelo FSP. Os finais da grande jornada cívica foram em Porto Alegre, Fortaleza, Belém e Macapá, à meia noite do dia 31 de agosto.

35ª - 1972 – Homenagem aos 150 anos de nossa independência e a todos quantos por ela batalharam, desde os inconfidentes, na figura de Tiradentes, Pedro I, José Bonifácio, os outros Andradas, Gonçalves Ledo, Visconde de Cayru, D. João VI, etc. Saiu dos quatro pontos extremos do Brasil e, passando por todas as Capitais de Estados, Territórios e Distrito Federal, chegando ao Monumento do Ipiranga, à meia noite de 31 de agosto. Uma centelha do Fogo Simbólico permaneceu em Pelotas – RS, de onde saiu a Corrida do Patriarca da Independência, que terminou em Porto Alegre, a zero hora de 1º de setembro.

36ª - 1973 – Homenagem aos centenários de nascimento de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação e José Plácido de Castro, o herói da conquista do Acre. A corrida partiu da cidade de Plácido de Castro - AC, veio ao Território de Rondônia, ao Estado de Mato Grosso, Goiás, Brasília-DF, Minas Gerais, onde outra rota se iniciou na Fazenda do Cabangu - MG, local do nascimento de Santos Dumont. Ambas se juntaram no Monumento ao Pai da Aviação, no cemitério de São João Batista-RJ e daí, seguiu pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até Porto Alegre, seu ponto final, depois de passar por mais de 280 localidades diferentes. Nove capitais foram contempladas com a passagem do Fogo Simbólico, nesse ano.

37ª - 1974 – Corrida da Integração Nacional, ao ensejo do 10º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964. Partiu da cidade de Goiás-GO, coração do Brasil, rumou para o Norte e, passando pelo Piauí, foi ao Ceará. Daí seguiu para o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, novamente Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, finalizando em Porto Alegre. Percorreu assim 17 Estados, 15 Capitais e passou por 299 localidades diferentes, cobrindo um percurso de 11.388 km, em 2 meses e 24 dias.

38ª - 1975 – Homenagem ao biênio da Imigração, da Colonização e do Pioneirismo Luso-Brasileiro. Saída da cidade do Rio Grande-RS, do Forte Jesus, Maria e José, no dia 19 de julho de 1975. O Fogo Simbólico percorreu 96 municípios gaúchos num total de 2.000 km.

39ª - 1976 – Homenagem ao tricentenário da fundação da cidade de Laguna - SC, e, também, ao cientista Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, ex-presidente da LDN. A centelha foi acesa na Igreja de Santo Antônio da Laguna. Entrou no Estado pelo município de Torres. Percorreu 56 municípios num total de 1600 km, até Porto Alegre.

40ª - 1977 – Homenagem ao Marechal Deodoro da Fonseca, ao Estadista Júlio de Castilhos e a Tiradentes, saiu do Palácio Piratini, às 22 horas do dia 31 de agosto, percorreu 10 km na cidade de Porto Alegre, até a Pira da Pátria.

41ª - 1978 – Homenagem ao Conselheiro Poty Medeiros, ex-presidente da Comissão Executiva do Diretório Riograndense da Liga. Saiu o Fogo do Município de Lavras-RS, onde nasceu o homenageado. Percorreu 10 municípios, num total de 500 km.

42ª - 1979 – Homenagem ao cientista Carlos Justiniano das Chagas. Saída de Santa Maria - RS, no dia 25 de agosto, com destino a Porto Alegre. Percurso de 500 km e 12 municípios.

43ª - 1980 – Homenagem a Luiz Alves de Lima e Silva – Duque de Caxias – Patrono do Exército Brasileiro, no centenário do seu falecimento. Percorreu 15 municípios até Porto Alegre, num total de 500 km.

44ª - 1981 – Homenagem ao General Pantaleão da Silva Pessoa, criador da Semana da Pátria. Saída de Bagé, onde nasceu o homenageado, percorrendo onze municípios, num total de 500 km.

45ª - 1982 – Homenagem ao Marechal do Ar Eduardo Gomes, Patrono do Correio Aéreo Nacional. Saída da Base Aérea de Canoas – V COMAR – no dia 08 de agosto, percorrendo 12 municípios e 300 km.

46ª - 1983 – Homenagem ao Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da Força Expedicionária Brasileira na II Grande Guerra Mundial. Saída da cidade de São Gabriel, conhecida como terra dos marechais, onde ele nasceu. Percorreu 10 municípios, num total de 480 km.

47ª - 1984 – Homenagem ao Padre e Cientista Roberto Landell de Moura, pioneiro absoluto no mundo, na transmissão e recepção em ondas eletromagnéticas e luminosas, no transcurso dos 90 anos da demonstração pública feita em São Paulo. A centelha foi acesa na Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde o homenageado foi pároco, às 18:00 horas do dia 31 de agosto e percorreu diversas ruas da capital gaúcha até a Pira da Pátria onde chegou em 01 Set.



48ª – 1985 – Homenagem ao Ano Internacional da Juventude; Ano Vocacional da Cultura; Revolução Farroupilha; Marechal José Pessoa; Professor Oswaldo Cruz e Almirante Benjamim Sodré.

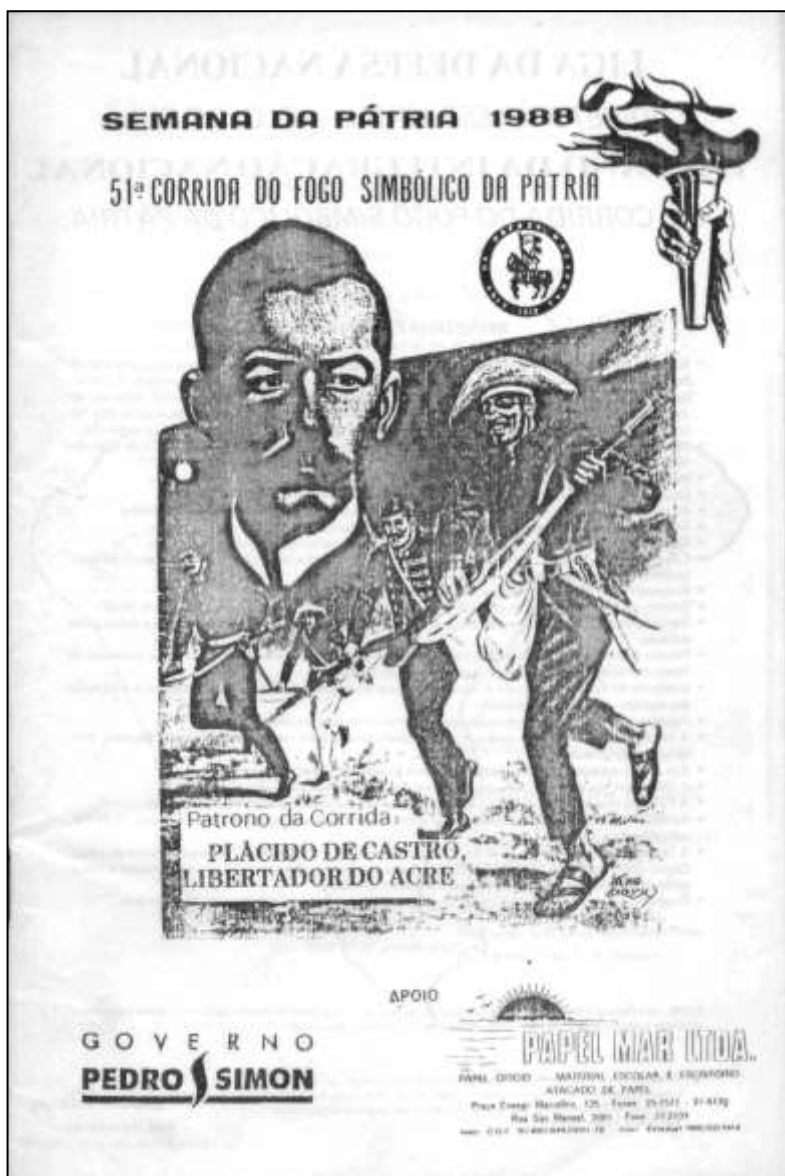
49ª – 1986 – Homenagem ao Dr. Oswaldo Aranha, Presidente da ONU em 1947. Saiu o Fogo no dia 23 de agosto, de Alegrete-RS, onde nasceu o homenageado e seguiu para Porto Alegre e de lá para Brasília, passando pelos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e chegando a Brasília, nas capitais destes estados e em vários municípios, percorrendo um total de 3.664 km. Foi a Maratona da Paz. Chegada do Fogo em Brasília: 04 Set 1986.



50ª – 1987 – Cinquentenário da Corrida do Fogo Simbólico. Em âmbito regional, saiu de Viamão para a Pira da Pátria no Parque Farroupilha e homenageou o Marechal Ignácio de Freitas Rolim, Presidente do Diretório do RS em 1938, o qual concretizou os ideais da instituição da 1ª Corrida. Em âmbito nacional, homenageou o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. O Fogo saiu de Diamantino, onde nasceu o homenageado e de lá veio para Brasília.



51ª - 1988 - Homenagem ao Libertador do Acre, Plácido de Castro, gabrielense ilustre nascido em 9 de dezembro de 1873. Iniciou-se em 31 Ago às 1000 h em São Gabriel, terra de Plácido de Castro, e foi concluída em 07 Set às 1700 h. Esta corrida foi organizada contando com 37 áreas de apoio no interior. Foram atendidas 291 localidades.



52ª – 1989 - Homenagem ao Centenário da Proclamação da República. O Fogo Simbólico saiu do Campo de Santana, no Rio de Janeiro, vindo para Brasília e, foi entregue ao Presidente da República, Dr. José Sarney, que o transferiu para o Archote do Estado da Bahia, mais antiga Unidade da Federação e deste foi passado para todos os archotes das Unidades da Federação e, simbolicamente, para todas as Piras erguidas nas Capitais e Municípios do País.

53ª – 1990 – Homenagem a Lindolfo Collor, no seu centenário, pelo trabalho desenvolvido na implantação de uma moderna legislação trabalhista no Brasil. O Fogo saiu de São Leopoldo-RS, local onde nasceu o homenageado e, atravessando os Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, chegou à Brasília, onde foi recebido pelo então Presidente da República, Fernando Collor, no Parlatório do Palácio do Planalto e por ele transferido para o Archote do Estado da Bahia, procedendo-se como na corrida do ano anterior. Como fato a ser registrado, o Parlatório, destinado exclusivamente ao uso pelo Presidente da República, foi usado pelo Presidente da Liga da Defesa Nacional para fazer sua saudação ao Fogo Simbólico.



54ª – 1991 – Homenageado Almirante Benjamim Sodré nos 75 anos da LDN. A solenidade foi na Praça dos Poderes em Brasília, presidida pelo Secretário Nacional de Esportes, Sr. Bernardo Rajzman, representando o Presidente da República. Solenidades específicas foram realizadas no âmbito dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. A Corrida partiu do Porto de Rio Grande em 30 de agosto, chegando a Porto Alegre em 1º de setembro.

SEMANA DA PÁTRIA-1991

54ª Corrida do Fogo Simbólico

**HOMENAGEM
AO ALMIRANTE
BENJAMIN SODRÉ**

**75
ANOS**

V15

**PARTIDA DA CORVETA
IMPERIAL MARINHEIRO
DO PORTO DE RIO GRANDE:
30 DE AGOSTO às 15:00h**

CHEGADA AO CAIS DO PORTO (portão principal) P. ALEGRE ÀS 08:30h / 01 DE SETEMBRO

COLABORAÇÃO:

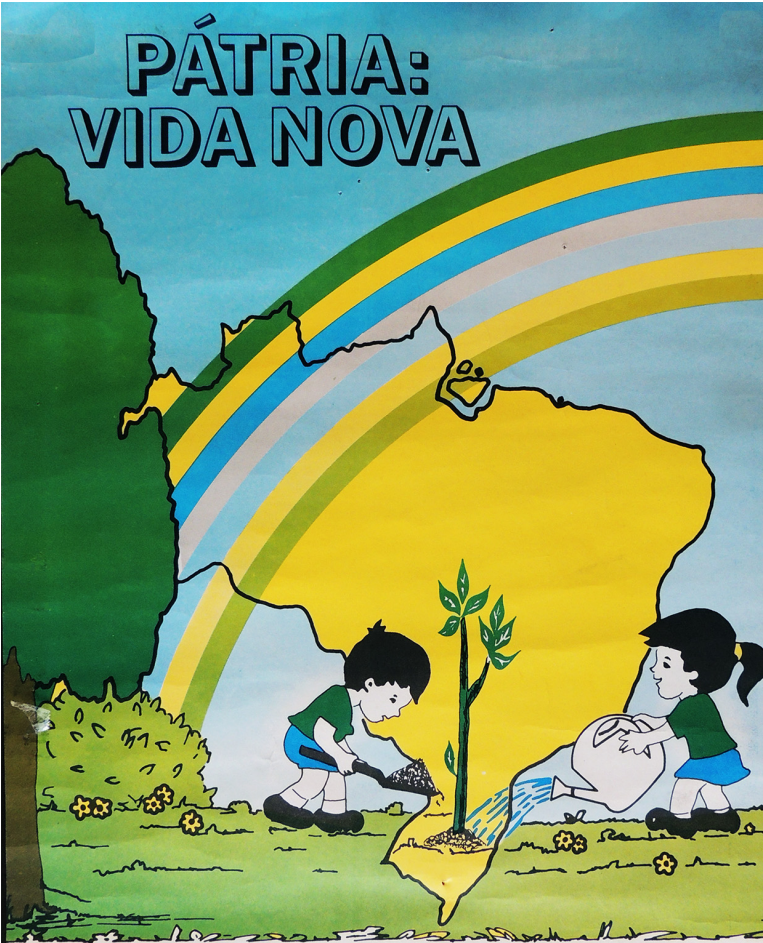
escudo gráfico
do Estado do Rio Grande
do Sul (1916-1928) e do
Rio de Janeiro (1928-1934)

Des. J. N. Alencar

Fundada em 1916 por OLAVO BILAC	LIGA DA DEFESA NACIONAL	DIRETORIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
--	------------------------------------	--

55ª - 1992 - Homenageado em âmbito nacional: Jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello e a “Pátria: Vida Nova”. Foi realizada a solenidade na Praça dos Três Poderes, sob a presidência do Dr. Itamar Franco e nos Estados, de forma análoga ao ano anterior. Em âmbito estadual, o homenageado foi o Presidente da República de Piratini José Gomes de Vasconcelos Jardim. Saiu às 1430 h de 31 de agosto para outros municípios. Chegou em Porto Alegre no dia seguinte, sendo entregue ao Prefeito Olívio Dutra.

PÁTRIA: VIDA NOVA



SEMANA DA PÁTRIA — 1992

55ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO • PATRONO: GOMES JARDIM

31.08.92 - SEGUNDA-FEIRA 14h30min - Ato Ecológico na Praça Gomes Jardim Acendimento do Fogo Simbólico pelo Sr. Manoel da Silva Jardim, descendente de Gomes Jardim. Partida de Centelhas do Fogo Simbólico para outros municípios. 1ª 09.92 8 horas - TERÇA-FEIRA Concentração popular na Praça Gomes Jardim 8h30min - Partida da Centelha do Fogo Simbólico, levado pelo Sr. Prefeito	municipal Dr. Solon Tavares, para Porto Alegre, onde será entregue ao Prefeito Sr. Olívio Dutra. Caminhada Cívica em direção à Pira da Pátria da Bandeira, onde serão hasteadas as Bandeiras pelas autoridades municipais. Arriamento das Bandeiras. 18 horas - Hasteamento das Bandeiras na Pira da Pátria. 8 horas - Arriamento das Bandeiras na Pira da Pátria. 18 horas - Arriamento das Bandeiras na Pira da Pátria. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIABA	Pira da Pátria, com a participação de Escolas Estaduais, Municipais, Particulares e da Comunidade. 07.09.92 8 horas - SEGUNDA-FEIRA Hasteamento das Bandeiras - Corpo de Bombeiros 14 horas - Desfile Cívico em Sertão Santana 14 horas - Desfile Cívico no Centro da Cidade 17 horas - Arriamento das Bandeiras com participação do Corpo de Bombeiros e Comunidade Geral. 06.09.92 14.09.92 - Desfile na Vila Jardim Desfile na Mariana Pimentel.
--	---	--

56ª - 1993 - Denominou-se Corrida da Unidade Nacional, tendo o Fogo Simbólico sido aceso na Pira da Pátria, por controle remoto, comandado do Palanque Oficial pelo Presidente da República, Dr. Itamar Franco e pelo atleta representante do Estado da Bahia, mais antiga Unidade da Federação, e da Pira transferido para os archotes de todos os demais atletas das UF's. Nos estados do RS, SC, PR e RJ, foram realizadas cerimônias como no ano de 1992. Em âmbito nacional a Corrida celebrou a Unidade Nacional e, em âmbito estadual, o Patrono homenageado foi o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara. Partiu de General Câmara à meia-noite de 1º de setembro e chegou em Porto Alegre às 0900 horas do mesmo dia.

SEMANA DA PÁTRIA-1993
CELEBRANDO A UNIDADE NACIONAL
56ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO

HOMENAGEANDO O ILUSTRE RIOGRANDENSE
Marechal José Antonio Corrêa da Câmara

SAÍDA DE GENERAL CÂMARA:
Zero h / 01 de Setembro

77 ANOS
Fundada em 1916 por OLAVO BILAC

LIGA DA DEFESA NACIONAL

CHEGADA EM PORTO ALEGRE:
9 h / 01 de Setembro

DIRETORIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

57ª - 1994 - Denominou-se Corrida da Família, em homenagem à importância da família na formação da nacionalidade brasileira. Solemnidade semelhante a de 1993. A homenagem em âmbito nacional foi à Família Brasileira e a estadual foi ao Centenário de Nascimento de Osvaldo Aranha. Saiu de Alegrete no dia 31 de agosto às 1500 horas e chegou em Porto Alegre no dia 1º de setembro às 0900 horas.



58ª – 1995 – Homenageada: Força Expedicionária Brasileira. Cerimônia idêntica a do ano anterior, sendo presidida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram realizadas cerimônias nos estados do RS, SC, PR, RJ, acrescidas as dos Estados do Maranhão e Amazonas.

59ª – 1996 – Tema da Corrida: Criança, Futuro da Pátria e como homenageado, Ayrton Senna. O Fogo Simbólico foi originado em Tiradentes – MG e trazido até Brasília em veículo, mas portata por um atleta de Minas. A Chama Sagrada foi transferida para a Pira da Pátria e dela retirada pelo atleta da Bahia, que levou à frente do Palanque Oficial, ao mesmo tempo em que era lida a saudação da Liga, apresentando-a ao Vice-Presidente Marco Maciel, que representou o Presidente da República. O Dr. Marco Maciel, seguindo uma nova linha, ao receber a apresentação do Fogo Simbólico, declarou aberta a Semana da Pátria e iniciada, em todo o Território Nacional a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria. Após a apresentação do Fogo Simbólico, o atleta da Bahia acendeu o Archote do Estado de Minas, berço dos ideais da nossa independência e os dois acenderam os archotes dos demais Estados, considerando-se então, transferido o Fogo Simbólico para todo o País. Registra-se, como fato relevante, que a cerimônia foi feita em conjunto com a Substituição do Pavilhão Nacional no Mastro da Bandeira, a cargo da Marinha do Brasil, fato que deu nova dimensão a nossa solenidade, tornando-a mais bela e impressiva. Ao final dessa parte, considerada a parte nacional da cerimônia retirou-se o Vice-Presidente passando, a solenidade, a ser presidida pelo Governador do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque, por ser a parte local, com a transferência do FSP para os archotes das cidades do DF. Nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Maranhão, o FS penetrou pelos municípios do interior, começando a se realizar o sonho da LDN, de ter todos os municípios brasileiros envolvidos com a cerimônia do Fogo Simbólico. Nos Estados do Rio de Janeiro e Amazonas, a solenidade ficou restrita às Capitais, mas, de forma esparsa, alguns municípios brasileiros, ouvindo o chamamento feito pela Liga, através da Rádio Nacional e da CNN, fizeram a cerimônia do Fogo Simbólico.

60ª – 1997 – A Pira da Pátria, construída pelo Governo do Distrito Federal, atendendo a uma proposta da Liga, vinha sendo mantida apagada, por medida de economia. Novamente recorrendo ao Governador, no sentido de mandar acender a Pira permanentemente, teve a Liga atendido o seu pedido, o que fez com que a solenidade tivesse uma pequena modificação, voltando ao seu simbolismo, em que o Fogo deveria sair da Pira para ser transferido simbolicamente para todo o Bra-

sil. No mais, a Corrida teve a mesma programação do ano anterior, registrando-se um gradativo aumento do número de municípios alcançados pela Corrida, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Maranhão. O Sr. Presidente da República fez a declaração de abertura da Semana da Pátria e deu como iniciada em todo o território a Corrida do Fogo Simbólico.



61ª – 1998 – A solenidade foi semelhante à realizada em 1997, feita em conjunto com a Marinha do Brasil. O tema foi o Índio do Brasil e o homenageado, o sertanista Cláudio Vilas Boas. Mantido o mesmo cerimonial, isto é, a parte Nacional começando com a cerimônia de troca da Bandeira e, seguindo-se a ela, a cerimônia nacional do Fogo Simbólico, com a frase do Sr. Presidente da República – “Declaro aberta a Semana da Pátria e iniciada em todo o território nacional a Corrida do Fogo

Simbólico da Pátria”. Depois, retirando-se o Presidente da República, houve a parte local, presidida pelo Governador do Distrito Federal, transferindo-se o Fogo Simbólico para os archotes das 19 cidades do DF. Registrou-se, mais uma vez, um crescimento do número de municípios que se integraram à cerimônia do Fogo Simbólico. O Estado do Ceará, com sua Diretoria recém re-instalada, fez a cerimônia apenas na Capital. O Rio Grande do Sul homenageou em âmbito regional o General JOÃO MANOEL MENNA BARRETO, por seu gesto heroico na resistência contra a invasão de São Borja pelo exército paraguaio. De São Borja – RS, o Fogo Simbólico partiu cumprindo três itinerários distribuindo a Centelha para 200 municípios até chegar em Porto Alegre.

62ª - 1999 – Homenageado em âmbito nacional o político, jurisconsulto e escritor Rui Barbosa, no ano do sesquicentenário do seu nascimento. A solenidade, ao invés de ser realizada no dia 1º de setembro, foi transferida para o dia 5, tendo o Presidente da República se retirado antes da declaração de abertura da Semana da Pátria e do início da Corrida. Coube ao Ministro da Defesa representá-lo. Foi sem dúvida a mais bela das cerimônias ultimamente realizada. Também se registrou um aumento muito grande no número de municípios que se integraram à cerimônia – todo o Rio Grande do Sul, quase todo o Estado de Santa Catarina, boa parte do Paraná e uma pequena redução no Maranhão. Apenas se registrou um descompasso com a data da solenidade, diferente entre o DF (5 Set) e as datas tradicionais dos Estados. Neste ano o Rio Grande do Sul homenageou a nível Estadual, JOAQUIM MARQUES DE SOUZA, o Almirante TAMANDARÉ, patrono de nossa Marinha. O Fogo Simbólico da Pátria partiu de Rio Grande - RS e a centelha foi distribuída via marítima e fluvial em toda a costa do RS e nos demais municípios via terrestre como acontece nos anos anteriores.



63ª - 2000 – Uma grande frustração ocorreu no Distrito Federal, pois as chuvas que caíram sobre a Capital Federal não permitiram que fossem realizadas as cerimônias que foram programadas, não apenas na Praça dos Três Poderes, mas também nas 19 cidades do DF. A homenagem Nacional foi “Brasil 500 anos” e o Rio Grande do Sul, homenageou a nível regional a Aeronáutica, na pessoa de seu primeiro Ministro o Senador Joaquim Pedro Salgado Filho. O Fogo Simbólico percorreu todo o Estado do Rio Grande do Sul, partindo da cidade de São Francisco de Assis. A centelha do FSP foi distribuída pessoalmente a 300 municípios e os que não estavam no itinerário de cada eixo foram apanhá-la nos municípios vizinhos.

64ª - 2001 - A homenagem Em âmbito Nacional foi: AMAZÔNIA - "ALTO LÁ! ESTA TERRA TEM DONO" (Lembrando Sepé Tiarajú) e o Rio Grande do Sul em âmbito Regional homenageou a BRIGADA MILITAR na pessoa de seu Patrono Cel AFFONSO EMILIO MASSOT - "BM A FORÇA DA COMUNIDADE PARA PROTEGER, SERVIR E SALVAR". O Fogo Simbólico da Pátria foi aceso, junto à herma do Cel BMRS AFONSO EMÍLIO MASSOT, na cidade de Pelotas às 10 horas do dia 25 de agosto, em solenidade promovida pela Liga da Defesa Nacional, de lá percorreu 5.827 Km do território rio-grandense através de cinco trilhas conduzindo uma centelhas do FSP que foi distribuída a mais de 300 municípios gaúchos.

65ª - 2002 - Iniciou no dia 21 de agosto junto à cripta do Poeta Jayme Caetano Braun no Cemitério João XXIII. A partir de 22 de agosto foi distribuída através de cinco eixos: centelhas Leste, Litoral, Fronteira, Serrana e Missioneira. Percurso total: 7.924 Km.



66ª - 2003 - Teve início em Porto Alegre, com várias rotas pelo interior do estado: litoral, campanha, centro, serra e Missões. A homenagem nacional foi À Criança - com o lema Criança - Futuro da Nação. A Regional foi As Etnias - com o lema AQS Etnias na Formação do Gaúcho Brasileiro.

67ª – 2004 – Teve início no dia 16 de agosto em frente ao TCE. Dali, partiram cinco eixos que percorreram 212 municípios. O total foi de 7.024 Km. O eixo do Litoral homenageou o Conde Porto Alegre; o Sudoeste: Cia Ipiranga de Petróleo; o Nordeste: João Cezimbra Jacques, Patrono do Tradicionalismo Gaúcho; o Norte: Lions Clube e o da Depressão Central: Getúlio Vargas.

67ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria



Centenário de Nascimento de Érico Veríssimo

Educar é: Ler, Conhecer e Amar o Brasil

Apoio:

Governo do Estado do RGS
Comando Militar do Sul
Vº Comando Aéreo Regional
5º Distrito Naval
Brigada Militar
GBOEX
GERDAU

Patrocínio:

Prefeitura de Porto Alegre
Petróleos Ipiranga
Expresso Mercúrio
Despachantes Aduaneiros
APLUB
CAPEMI

CORREIO BRIGADIANO

POUPEx
Associação de Poupança e Emprestimo

CORREIOS

68ª - 2005 - O tema nacional foi "Cidadania - Deveres e Direitos". O estadual foi o Centenário de Nascimento de Érico Veríssimo. Apoios: Governo do RS, CMS, 5º DN, V COMAR, Prefeitura de Porto Alegre, Brigada Militar, ECT, POUPEX, Capemisa, GBOEx, GERDAU, Prefeitura de Porto Alegre, Petróleo Ipiranga, Expresso Mercúrio, Despachantes Aduaneiros, APLUB E CAPEMI.

**68ª Corrida do Fogo
Simbólico da Pátria - 2005**

CIDADANIA - DEVERES E DIREITOS

LIGA DA DEFESA NACIONAL

1916

**Centenário de Nascimento
de Érico Veríssimo**

Educar é: Ler, Conhecer e Amar o Brasil

Apoio:

Governo do Estado do RGS
Comando Militar do Sul
Vº Comando Aéreo Regional
5º Distrito Naval
Brigada Militar
GBOEX
GERDAU

Prefeitura de Porto Alegre
Petróleos Ipiranga
Expresso Mercúrio
Despachantes Aduaneiros
APLUB
CAPEMI

Patrocínio:

CORREIO BRIGADIANO

POUPEx
Associação de Poupança e Emprestimo

CORREIOS

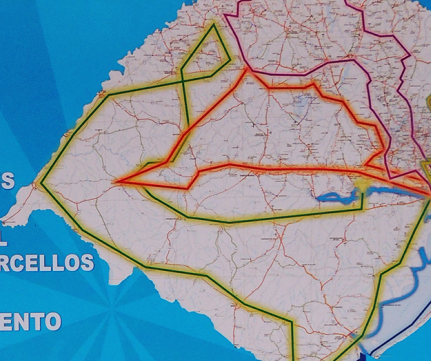
69ª - 2006 - Teve início no dia 18 de Agosto, em solenidade realizada na Casa de Cultura Mário Quintana. Em caminhada cívica pela Rua dos Andradas (Rua da Praia), o fogo foi conduzido por atletas da Brigada Militar e dos Correios e Telégrafos até o Paço Municipal, onde foi recebido em cerimônia pelo Prefeito José Fogaça. No dia 20 de agosto deslocaram-se cinco trilhas percorrendo 212 municípios, num total de 7.024 Km. Cada centelha homenageou um vulto ou uma entidade. O eixo litoral prestou homenagem a Marcílio Dias. O eixo sudoeste homenageou os 90 anos da LDN. O eixo norte homenageou o bicentenário da Santa Casa de Misericórdia. O eixo Nordeste homenageou a Figura de Santos Dumont e a Força Aérea Brasileira. E o eixo Depressão central homenageou o poeta Mário Quintana, natural do Alegrete. O fogo simbólico, partindo do Paço da Prefeitura, foi conduzido por atletas da BPM e dos Correios e Telégrafos até a Pira da Pátria, junto ao monumento ao Expedicionário, ocasião em que foi inflamada pelo Prefeito Municipal José Fogaça.





LIGA DA DEFESA NACIONAL

Diretoria Regional do Rio Grande do Sul



- Terrestre Fluvial
- BICENTENÁRIO DO ALMIRANTE TAMANDARÉ**
- BICENTENÁRIO DO GENERAL ANDRADE NEVES**
- CENTENÁRIO DO CORONEL WÁLTER PERACCHI DE BARCELLOS**
- CENTENÁRIO DO MOVIMENTO ESCOTEIRO MUNDIAL**
- CINQUENTENÁRIO DA RÁDIO GUAÍBA**



70^a CORRIDA DO FOGO

SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2007

CIVISMO COSSADE



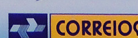
BRASILEIRO

apoio:
 Governo do Estado/RS
 Comando Militar do Sul
 5º Comando Aéreo Regional
 5º Distrito Naval
 Brigada Militar
 Prefeitura de Porto Alegre

POUPEX
 CAPEMI
 GBOEX
 SULTEPA

UNIVIAS
 SICEPOT
 BRASÍLIA-GUAÍBA
 SECOVI
 STE

50 ANOS
RÁDIO GUAÍBA

 **CORREIOS**

 **AGRALE**

71ª - 2008 - O tema nacional foi a Amazônia, ocupação, Defesa e Guarda. O estadual foi o Bicentenário do Nascimento do Marechal Manoel Luis Osorio. Não há indicações sobre o início da Corrida. Apoios: Governo do RS, CMS, 5º DN, V COMAR, Prefeitura de Porto Alegre, Brigada Militar, ECT, POUPEX, Capemisa, GBOEx, Despachantes Aduaneiros, STE, SICEPOT e SULTEPA.



71ª CORRIDA DO FOGO

SIMBÓLICO DA PÁTRIA

2008



**AMAZÔNIA, OCUPAÇÃO
DEFESA E GUARDA**

**BICENTENÁRIO DO
NASCIMENTO DO MARECHAL
MANOEL LUIS OSORIO**





LIGA DA DEFESA NACIONAL

do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Apoio

GOVERNO DO ESTADO DO RS
COMANDO MILITAR DO SUL
5º DISTRITO NAVAL

Patrocínio

POUPEX
CAPEMISA
GBOEX

V COMANDO AÉREO REGIONAL
PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
BRIGADA MILITAR
CORREIOS

DESPACHANTES ADUANEIROS
STE
SICEPOT
SULTEPA

Av. JOÃO PESSOA, 567 - CENTRO
CEP 90040-000 - PORTO ALEGRE - RS

www.ligadadefesanacional-rs.org.br
ligadadefesa@ligadadefesanacional-rs.org.br

72ª – 2009 – O tema nacional foi a “Amazônia – Ocupação, Defesa e Guarda” e o estadual foi Ruben Berta – sua História, seu Legado. Os apoios foram do CMS, 5º DN, V COMAR, Brigada Militar, ECT, Fundação Ruben Berta, Federação de Vela/RS, POUPEX, GBOEX, Despachantes Aduaneiros, STE e SULTEPA. Não há indicações sobre o início da Corrida.



72ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2009

Tema nacional
**AMAZÔNIA: OCUPAÇÃO,
DEFESA E GUARDA**

Tema estadual
**RUBEN BERTA:
SUA HISTÓRIA, SEU LEGADO**

Realização
LIGA DA DEFESA NACIONAL
do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CIVISMO (COSTA DE)
BRASILEIRO

Apoio
COMANDO MILITAR DO SUL
5º DISTRITO NAVAL
V COMANDO AÉREO REGIONAL
BRIGADA MILITAR
EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
FUNDAÇÃO RUBEN BERTA
FEDERAÇÃO DE VELA/RS
POUPEX
GBOEX
DESPACHANTES ADUANEIROS
STE
SULTEPA

Promoção
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Av. João Pessoa, 567 - Centro
CEP 90040-000 - Porto Alegre - RS
Fone 51 3225-2400
www.ligadadefesanacional-rs.org.br
ligadadefesa@ligadadefesanacional-rs.org.br

Prefeitura de
Viamão
Uma cidade melhor todos os dias.



73^ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2010

15 a 22
de agosto



50^º ANIVERSÁRIO
CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA

Tema Nacional

AMAZÔNIA

PATRIMÔNIO do
POVO BRASILEIRO



Tema Estadual

APAE/RS:

CONQUISTANDO
CAMINHOS PARA
SER E CONVIVER





50^º ANIVERSÁRIO
CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA

Tema

COMANDO MILITAR DO SUL
9^º DISTRIÇÃO MILITAR
V COMANDO AEREO REGIONAL
BOMBADEIRO MILITAR
FUNDACAO DE VELAROS
FUNDACAO DE VELAROS E TELECOMUNICACAO
FUNDACAO DAS ARMAS
FUNDACAO DAS ARMAS
FUNDACAO DAS ARMAS
FUNDACAO DAS ARMAS



50^º ANIVERSÁRIO
CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA



50^º ANIVERSÁRIO
CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

LIGA DA DEFESA
NACIONAL

BRASIL 2010-2011

Dr. João Roberto, 100 - Centro
CEP 91000-000 - Porto Alegre - RS
Fone 51 3225-2400
ligadadefesa@gmail.com

74ª – 2011 – Partiu às 1000 h de 14 de agosto de Glorinha, RS. Homenageou em âmbito nacional o Padre Landell de Moura, no estadual: a Legião da Boa Vontade (educação ecumênica e fraternidade). As centelhas se chamaram “José Carvalho Filho: tributo a um patriota”. O Apoio foi do CMS, da BMRS, dos Correios, da LBV, do GBOEx e da POUPEX.



74ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2011

Início: 14 de agosto
Local: Glorinha/RS
Hora: 10h

Tema
Nacional

Padre Landell de Moura:
150 anos à espera do
reconhecimento





Tema
Estadual

LBV: educação
ecumênica e
fraternidade

Nome das
Centelhas

José Carvalho Filho:
tributo a um patriota.



Apoio
Comando Militar do Sul
Brigada Militar
Empresa de Correios e Telégrafos
Legião da Boa Vontade
GBOEX
Poupex

Promoção



Prefeitura Municipal de
Glorinha
Desenvolvimento
com responsabilidade

Realização



LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL
Av. João Pessoa, 567 - Centro
CEP 90040-000 Porto Alegre - RS
Fone 51 3225-2400
ligadadesars@gmail.com





SECRETARIA
DA JUVENTUDE
Cultura, Esporte e Juventude

75ª - 2012 - Partiu às 1000 h de 19 de agosto de Caxias do Sul. Em âmbito nacional foi homenageado o Barão do Rio Branco em seu Centenário de Falecimento. O Tema Estadual foi o Sr. Guido Fernando Mondim, em seu Centenário de Nascimento. Os apoios foram do CMS, do 5º COMAR, dos Correios e do GBOEx. O Lema foi “A alma de uma nação é o espírito patriótico de seu povo”.



CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2012



A alma de uma nação é o espírito patriótico de seu povo.

Início: 19 de agosto

Local: Caxias do Sul/RS

Hora: 10h

Apoio Institucional

**Comando Militar do Sul
5º Distrito Naval**

**5º Comar
Brigada Militar**

**Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
GBOEX**

BARÃO DO RIO BRANCO

Tema Nacional/

Centenário de
Falecimento



José Maria da Silva Paranhos Júnior

GUIDO FERNANDO MONDIM

Tema Estadual/



Centenário de
Nascimento

Apoio




Promoção



PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER

Realização



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

Av. João Pessoa, 567 - Centro - CEP 90040-000 Porto Alegre - RS
Fone 51 3225-2400 - ligadade/rs@gmail.com

76ª – 2013 – O tema nacional foi Plácido de Castro – o Libertador do Acre, em seus 140 anos de nascimento. O estadual foi a União dos escoteiros do Brasil em seus 100 anos no RS. O lema foi “A força de uma nação é o espírito patriótico de seu povo”. A Corrida iniciou-se no dia 19 de agosto em Porto Alegre.

**76ª CORRIDA DO FOGO
SIMBÓLICO DA PÁTRIA
2013**

Tema ESTADUAL

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL
Seção Rio Grande do Sul

100 Anos de Rio Grande do Sul

Tema NACIONAL

JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO

140 Anos de Nascimento

**A força de uma nação é o
espírito patriótico de seu povo!**

**Início: 19 de agosto
Local: Porto Alegre**

Novo Fôlego
Apoio

Comando Militar do Sul
5º Comar
Brigada Militar
Empresa de Correios e Telégrafos
GBOEX

**CIVISMO É COISA DE
BRASILEIRO**

Av. João Pessoa, 507 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS
CEP 91040-000 Fone 51 3225-2400
ligadavf@rs.rs.gov.br www.seligars.wordpress.com

**LIGA DA DEFESA NACIONAL
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

77ª – 2014 – O tema nacional foi “Meu jeito de ser brasileiro” e o estadual foi os 100 anos de “Dores e Amores” reverenciando o compositor e intérprete gaúcho Lupicínio Rodrigues. O lema utilizado foi “A alma de uma nação é o espírito patriótico de seu povo”.

**77ª CORRIDA DO FOGO
SIMBÓLICO DA PÁTRIA
2014**

TEMA NACIONAL
AMAZÔNIA:
PATRIMÔNIO do
POVO BRASILEIRO

TEMA REGIONAL
**MEU JEITO DE
SER BRASILEIRO**

HOMENAGEADO
100 Anos
DORES & AMORES
LUPICÍNIO RODRIGUES

**A alma de uma nação é o
espírito patriótico de seu povo!**

Início: 17 DE AGOSTO
Hora: 16 HORAS
Local: USINA DO GASOMETRO, PORTO ALEGRE

Apoio
Spacem
GBOEX
Comando Militar do Sul
5º Comar
Brigada Militar
Empresa de Correios e Telégrafos

**CIVISMO e CIDADANIA
BRASILEIRO**
**LIGA DA DEFESA NACIONAL
RIO GRANDE DO SUL**

Av. João Pessoa, 527 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS
CEP 90040-000 Fone 51 3229-2400
ligadadefesanacional@gmail.com www.sulparis.wordpress.com

78ª – 2015 – O tema nacional foi o Sesquicentenário de Olavo Bilac, o tema estadual foi novamente “Meu jeito de ser brasileiro” e o fato histórico estadual foi a Retomada de Uruguaiana dos paraguaios em setembro de 1865. A Corrida foi iniciada em 16 de agosto em Uruguaiana.



78ª CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA 2015

Tema NACIONAL

Sesquicentenário de Nascimento de

OLAVO BILAC



Fato Histórico ESTADUAL

SESQUICENTENÁRIO DA RETOMADA DE URUGUAYANA



Tema ESTADUAL

MEU JEITO DE SER BRASILEIRO



Início: 16 de agosto, em Uruguaiana

A alma de uma nação e o espírito patriótico de seu povo.

Apoio Institucional

Comando Militar do Sul
5ª Comar
Brigada Militar
2ª Bda C Mec
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
Prefeitura de Uruguaiana



Av. João Pinheiro, 527 - Centro Histórico - Porto Alegre - RS
CEP: 91040-000 Fone: 51 3225-3400
civismo@unipampa.edu.br www.unipampa.edu.br





Apoio






79ª - 2016 - Teve início em 14 de agosto na frente da Igreja Matriz de Cachoeirinha e homenageou o Centenário da Liga da Defesa Nacional no 194º ano da Independência do Brasil. As homenagens estaduais foram ao Centenário da Academia de Polícia Militar e ao Cinquentenário do Município de Cachoeirinha.

LIGA DA DEFESA NACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

SEMANA DA PÁTRIA 2016

194º ANO DA INDEPENDÊNCIA

79ª

CORRIDA DO FOGO SIMBÓLICO DA PÁTRIA

Início: 14/08/2016 às 11 horas em frente a Igreja Matriz em Cachoeirinha.

HOMENAGEM NACIONAL:
Centenário da Liga da Defesa Nacional




ligadadesars@gmail.com

HOMENAGENS ESTADUAIS:

Centenário da Academia de Polícia Militar



Cinquentenário do Município de Cachoeirinha





PATROCÍNIO:	APOIOS INSTITUCIONAIS:	APOIOS:
	   	    

A Caminhada da Bandeira

PARTICIPE!

Esta atividade faz parte do Calendário Oficial de Eventos de Porto Alegre

Dia 19 de novembro de 2016



**CAMINHADA DA
BANDEIRA**



10 h: saída da Câmara Municipal de Porto Alegre
Av. Loureiro da Silva, 255

11h30: chegada no Monumento ao Expedicionário
Parque Farroupilha (Redenção)

12 h: hasteamento da Bandeira Nacional e
incineração de bandeiras inservíveis



Promoção



Câmara Municipal
de Porto
Alegre



A Jornada Cívica à Bandeira do Brasil na cidade de Porto Alegre surgiu na Loja Maçônica Cônego Antônio das Mercês, cujo idealizador foi o senhor Jonathas da Cruz Netto.

A LDN/RS foi procurada no dia 22/10/2002, por uma comissão da Loja, composta pelos senhores Milton Americano Ochoa, Jose Taunay Fontoura Coelho e pelo idealizador. Após detalhada explanação da ideia, seus objetivos e propósitos, a Liga deu guarida e apoio à sugestão, constituindo comissão composta

pelo 2º Vice-presidente Álvaro Raul Cruz Ferreira e pela secretária Maria Elsi Prestes Jacques, para tratar do assunto.

Durante as tratativas que se seguiram, foram chamadas a participar inúmeras entidades, entre estas, a Assembleia Legislativa.

Nesta primeira caminhada, o local de concentração e início da marcha foi a Praça Marechal Deodoro, sendo que os pronunciamentos antes do início da caminhada foram proferidos pelo deputado Sérgio Zambiasi, presidente da Assembleia Legislativa e Pedro Dauro de Lucena, presidente da Liga da Defesa Nacional/RS. Às 10 horas deu-se o início à caminhada da Bandeira, com cerca de duzentas pessoas, reunindo representantes da Liga, Maçonaria, Lions, Rotary, LBV, MTG, Escoteiros e Bandeirantes e outras entidades.

O percurso foi iniciado a partir da Praça da Matriz, seguindo-se pela rua Duque de Caxias, passando pelo viaduto Otávio Rocha, praça Argentina e rua Sarmento Leite. Percorreu as avenidas Oswaldo Aranha e José Bonifácio, até alcançar o Monumento ao Expedicionário, situado no Parque Farroupilha, local do culto à Bandeira. Neste local, aguardava a chegada dos caminhantes a tropa formada por militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, além de policiais da Brigada Militar. Acompanharam a solenidade inúmeros civis e muitos frequentadores do Parque Farroupilha.

No local, às 12 horas, foi hasteada a Bandeira do Brasil, cantado o Hino à Bandeira e realizada a queima de bandeiras inservíveis.

A segunda caminhada, 2003, ocorreu da mesma forma que a primeira, sem maiores novidades.

Ao longo do ano de 2004, tendo em vista que o evento ocorria no município de Porto Alegre, decidiu-se que a caminhada deveria ser ligada aos poderes municipais. Realizou-se contato com a Câmara de Vereadores e ficou decidido que, a partir de então, o ponto de partida passaria a ser a Câmara de Vereadores. O destino continuaria a ser o Monumento ao Expedicionário. Estima-se que, houve cerca de 150 participantes nesta caminhada, sendo que, no local da cerimônia, estavam presentes trezentas pessoas, incluindo os militares.

No ano de 2005 o vereador Elói Guimarães, então presidente da Câmara de Vereadores, apresentou Projeto de Lei instituindo a Caminhada da Bandeira, a qual deveria ser realizada concomitante com as comemorações oficiais do Dia da Bandeira, passando a integrar o Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre. Digna de nota do evento deste ano foi a participação de grande contingente de motociclistas, os quais circularam por diversas ruas da Capital até chegar ao Monumento ao Expedicionário, local da cerimônia.

O Projeto de Lei foi aprovado pelo plenário da Câmara e sancionado pelo prefeito José Fogaça, transformando-se na Lei nº 9.988 de 05 de junho de 2006.

No dia da Bandeira do ano de 2006, devido às intensas chuvas que assolaram a Capital, não foi realizada a Caminhada da Bandeira. O evento restringiu-se a uma cerimônia cívica realizada na Câmara Municipal, tendo participado representantes de diversas entidades, vereadores e as bandas do Colégio Estadual Elpídio Ferreira Paes e do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello.

Na oportunidade, o presidente da liga, Dr. Eduardo Müller, ressaltou a importância da Bandeira e da data para uma reflexão sobre a importância desse símbolo para o país. O diretor cultural da LDN/RS, Coronel Mauro Costa Rodrigues, fez uma saudação à bandeira, ressaltando que ela simboliza a união em torno de um ideal e que precisamos preservar a lição de coragem de nosso povo e nossos filhos devem honrar esse símbolo. Por sua vez, o vereador Bernardino Vendruscolo disse que a Câmara se sentia orgulhosa em receber essa solenidade e que no próximo ano a solenidade deveria envolver ainda mais o Legislativo. O vereador Elói Guimarães salientou que a caminhada cívica passou a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos e que a Câmara estava criando o Largo das Bandeiras, destinado a destacar os símbolos.

Em 2007 as comemorações realizaram-se nos mesmos moldes da realizada em 2005, estando presentes os vereadores Elói Guimarães e Bernardino Vendruscolo, patriotas da Liga e de entidades convidadas.

No ano de 2008, tendo em vista que o Comando Militar do Sul (CMS) resolveu realizar a cerimônia dentro dos quartéis, a LDN/RS, procurando alternativas, encontrou acolhida junto ao Governo Estadual. Neste caso, a tradicional caminhada se deu desde o Largo das Bandeiras até o Palácio Piratini, onde foi realizado o evento do culto à Bandeira.

Nesta ocasião estava em visita ao Palácio uma comitiva de prefeitos, os quais foram convidados pela Governadora Yeda Crusius a participar da cerimônia.

Aos primeiros acordes do Hino Nacional fez-se silêncio e logo os presentes se juntaram aos participantes da cerimônia no canto dos hinos do Brasil, da Bandeira e do Rio Grande do Sul, sob os acordes da Banda da Brigada Militar.

A governadora afirmou que a bandeira é um símbolo de união do povo brasileiro e do povo gaúcho, e fez questão de integrar a corrente humana que segurava uma imensa bandeira do Brasil, levada por componentes da Liga. Já o presidente da Liga, Paulo Roberto Ferro, afirmou que a entidade está empenhada em ações que visam contagiar os brasileiros no sentido de que retomem o amor aos símbolos e à Pátria.

Desta forma, o evento tomou um vulto tal que não se poderia prever de antemão.

No ano de 2009, as conversas com o Presidente da Câmara e com o Comandante Militar do Sul tiveram resultados positivos. A Câmara ficou incumbida da emissão dos cartazes para o evento e o CMS ficou encarregado de toda a logística junto ao Monumento ao Expedicionário. A Liga ficou encarregada da formatação do modelo de cartaz e da confecção e distribuição dos convites.

O Ato cívico iniciou-se com o canto do Hino Nacional por todos os presentes. Após, o mestre de cerimônias anunciou a palavra do Presidente da LDN. Depois falou o vereador Valter Nagelstein, em nome do Presidente da Câmara. Finalizando, foi cantado o Hino Rio-grandense.

Terminada a cerimônia, que foi rápida, formou-se o dispositivo para a caminhada de aproximadamente dois quilômetros.

Na frente, os batedores da EPTC; nas laterais e retaguarda, os batedores da Brigada Militar. Após, a banda marcial, ciclistas e integrantes a pé, todos portando uma bandeira do Brasil, doada pelo núcleo da LDN de Caxias do Sul.

Quando o dispositivo chegou às proximidades do Parque da Redenção, outros patriotas estavam lá posicionados portando uma bandeira gigante do Brasil, a qual foi desenrolada e levada até o local da cerimônia.

Junto ao monumento ao Expedicionário estava formado o dispositivo militar composto por tropas do Exército, da Aeronáutica, da Brigada Militar e alunos do Colégio Militar.

Às 12 horas o cerimonial do CMS iniciou a ato cívico cuja mais alta autoridade era o Comandante Militar do Sul, General de Exército José Carlos De Nardi.

Autoridades civis dos três poderes e das esferas estadual e municipal estavam presentes.

No ano de 2010 realizou-se a 9ª Caminhada da Bandeira, nos mesmos moldes da realizada no ano anterior. Neste evento, houve a participação de um grupamento escolar do Colégio Tiradentes da Brigada Militar e das bandas marciais da Escola Décio Martins Costa e da Escola 20 de setembro. E a entrega simbólica de bandeiras novas a diretores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo e do Colégio Estadual Engenheiro Ildo Meneguetti.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013 as caminhadas seguiram a modelagem do ano de 2010, com o apoio da Câmara Municipal e CMS e, ao final do evento, a entrega de bandeiras do Brasil a escolas municipais e estaduais.

No ano de 2014 tudo ocorreu de acordo com os anos anteriores, com exceção do ponto final da caminhada, a qual se deu no Colégio Militar de Porto Alegre – local da cerimônia de homenagem à Bandeira do Brasil e da incineração de bandeiras inservíveis.

Em 19 de novembro de 2015, a partir das 1000 h, a jornada ocorreu normalmente, ou seja, com início no Largo das Bandeiras e término no Monumento ao Expedicionário. O percurso teve a duração de 60 minutos.

Conforme a LDN/RS:

“Reverenciarmos o símbolo que espelha a nossa Pátria é relembrar um passado de glórias, de tradições e de rica história. Magnânima, majestosa e materna, não há brasileiro que deixe de sentir no âmago o que ela representa, como síntese de nossa nacionalidade. Saudemo-la em sua data máxima, com devoção especial, fortalecendo nossas convicções de que ela é, além do símbolo da Pátria, o símbolo do bem, da razão e da justiça”.

Desde 2010, através da Lei nº 10.903, que alterou o § único do Art. 1º da Lei nº 9988 que instituiu a Caminhada da Bandeira, esta não mais faz parte do Calendário de Eventos de Porto Alegre.



Palestra do Presidente da LDN/RS

Em 15 de novembro de 2015, o Presidente da LDN/RS, Professor Júlio César Benites Teixeira proferiu esta importante Palestra no Templo Positivista de Porto Alegre, feita no sentido de divulgar o Histórico e as suas atividades atuais.

Palestra apresentada em Power Point com comentários, e que pode ser apresentada em qualquer ambiente e para qualquer público. Constitui um verdadeiro chamamento ao civismo.



LDN – HÁ MAIS DE UM SÉCULO SEMEANDO CIVISMO

Rua dos Andradas, 630 – 2º andar
Centro Histórico - Porto Alegre – RS
Fone 51 3225-2400 - ligadadefesars@gmail.com
Prof. Me. Júlio Teixeira
profjulio Teixeira@gmail.com



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

- Julho de 1914 – O Arquiduque austríaco Francisco Ferdinando é assassinado por Gavrilo Princip, nacionalista sérvio – foi o estopim p/ 1ª Guerra Mundial
- O comércio exterior brasileiro sofre interrupção e o país entra em crise
- Em 1º de agosto de 1914, a Alemanha declarou guerra à Rússia
- O conflito tomou dimensões mundiais com o ingresso do Japão e da Itália, e mais tarde dos Estados Unidos.
- Dezembro 1914 - A Europa em guerra ferrenha e conflitos internos no Brasil, estimula as discussões nacionalistas.



LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL

■ CAMPANHAS NACIONALISTAS

- Outubro de 1915 – Bilac faz discurso histórico na Faculdade de Direito de São Paulo, convoca os jovens para o Serviço Militar e começa a campanha nacionalista em todo o país;
- Bilac faz conferência pública em São Sebastião do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.
- Participaram das campanhas e consequente fundação da LDN:
 - - Wenceslau Braz – Presidente da República;
 - - Pedro Lessa; Miguel Calmon; Ruy Barbosa; Monsenhor Vicente Lustosa; Poeta Coelho Neto; Joaquim Luiz Osório e tantos outros intelectuais, estancieiros, empresários...



LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL

■ FUNDAÇÃO DA LDN

- “Acha-se fundada no Rio de Janeiro, com sede provisória à rua do Ouvidor 89, a Liga da Defesa Nacional, sociedade de que fazem parte os vultos mais eminentes do país, congregados pelo desejo sincero de soerguer, numa campanha nacionalista, as forças vivas e a energia moral da nação.”



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

❖ A Liga da Defesa Nacional

- ❑ **Fundada no dia 7 de setembro de 1916**
- ❑ **Entidade cívico-cultural sem fins econômicos**
- ❑ **Estimular o patriotismo, o respeito e o culto à história e aos símbolos nacionais**
- ❑ **Não professa qualquer credo político, religioso ou filosófico**
- ❑ **Estimulou a criação do Serviço Militar Obrigatório**



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

- **Propagar a educação popular e profissional**
- **Combater o analfabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes**
- **Estimular e avivar o amor e o estudo da História do Brasil e das nossas tradições**
- **Publicar livros de educação patriótica, destinados à infância e adolescência, para distribuição gratuita**
- **Promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no Brasil e a criação de escolas primárias nos núcleos coloniais.**



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

- ❑ **Implantar planos de expansão para o interior**
- ❑ **Tem 22 núcleos ou representantes municipais**
- ❑ **Sua diretoria é formada por voluntários**
- ❑ **Suas fontes de receitas são as contribuições e as mensalidades dos sócios**
- ❑ **Apartidária, imparcial, independente e transparente**





**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

- **APARTIDÁRIA** — aceita cidadãos de qualquer corrente política ou ideológica;
- **IMPARCIAL** — não defende partidos, gestores ou personalidades. Defende projetos e ações que objetivem melhorias para o BRASIL;
- **INDEPENDENTE** — não está vinculada a qualquer entidade, partido ou órgão público;
- **TRANSPARENTE** — suas atividades e reuniões são sempre abertas a qualquer pessoa que queira participar.



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

CONSCIENTIZAÇÃO CIDADÃ

Escolha de temas, personalidades e fatos históricos

Realização de Seminários e Simpósios

Realização de palestras e oficinas em estabelecimentos de ensino, organizações e entidades

Incentivos aos jovens a participarem ativamente da sociedade

Distribuição do Fogo Simbólico da Pátria



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

**Tema Estadual: PARQUE HISTÓRICO MARECHAL
MANOEL LUÍS OSÓRIO.**

- . Conhecimento da história pelos jovens;
- . Rememorar fatos históricos;
- . Preservar a personalidade do povo brasileiro.

Tema Nacional: BANDEIRA NACIONAL BRASILEIRA

- . Ampliar as ações de promoção do amor à Pátria e a consciência cidadã;
- . Instigar o exercício da cidadania responsável e atuante;
- . Provocar a sociedade a identificar os valores nacionais;

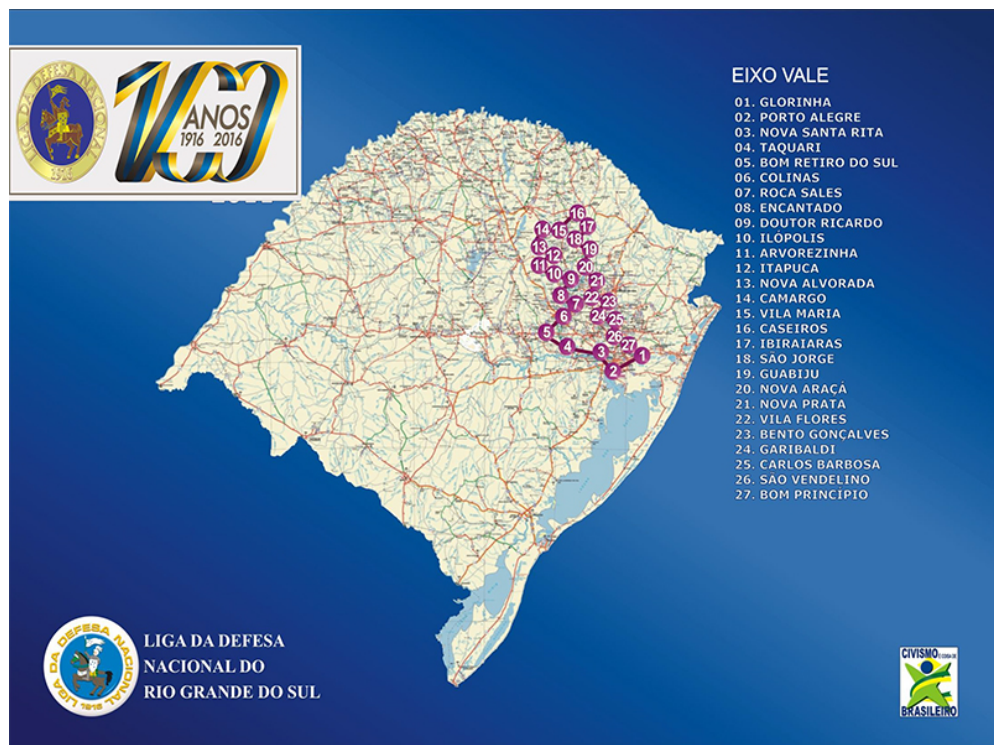


**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**



EIXO SUL

01. Novo Hamburgo
02. Porto Alegre
03. Rio Pardo
04. Santa Cruz do Sul
05. Candelária
06. Cachoeira do Sul
07. Santa Maria
08. Santiago
09. São Borja
10. Itaqui
11. Uruguaiana
12. Quaraí
13. Santana do Livramento
14. Rosário do Sul
15. São Gabriel
16. Bagé
17. Herval
18. Jaguarão
19. Pelotas
20. Rio Grande
21. São Lourenço do Sul
22. Camaquã
23. Tapas
24. Barra do Ribeiro
25. Guaíba







© Alexandre Pivatto



**LIGA DA DEFESA
NACIONAL do
RIO GRANDE DO SUL**

**Só poderemos transformar o
Brasil a partir da conscientização
dos brasileiros.**



**A alma de uma nação é o
espírito patriótico de seu povo**

A formação e a localização dos Núcleos da LDN no interior do RS

A LDN/RS possui 22 núcleos no interior do estado. Na imagem abaixo, a relação dos núcleos e sua localização no mapa do RS.



NÚCLEOS MUNICIPAIS

01. ARROIO DO SAL
02. BARRA DO QUARAÍ
03. CACEQUI
04. CACHOEIRINHA
05. CAMAQUÁ
06. CAXIAS DO SUL
07. CHUI
08. MARAU
09. NOVO HAMBURGO
10. OSÓRIO
11. PASSO FUNDO
12. PELOTAS
13. RIO GRANDE
14. RIO PARDO
15. SÃO GABRIEL
16. SANTA MARIA
17. SÃO BORJA
18. SÃO FRANCISCO DE PAULA
19. SÃO LOURENÇO DO SUL
20. SÃO LUIZ GONZAGA
21. URUGUAIANA
22. VIAMAO



LIGA DA DEFESA
NACIONAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Medalha Jubileu de 100 Anos da LDN *"Semeando Civismo"*

Por ocasião da celebração do centenário de fundação da Liga da Defesa Nacional (1916-2016), a LDN do Rio Grande do Sul instituiu a honraria **Medalha Jubileu de 100 Anos da LDN - Semeando Civismo** para premiar personalidades e entidades cujos méritos e relevantes serviços prestados à Pátria Brasileira robusteceram os valores do Civismo e do Patriotismo.



Carimbo e Selo dos 100 Anos da LDN

Em cerimônia de obliteração de peças filatélicas realizada em 5 de setembro de 2016 no Colégio Militar de Porto Alegre, foram lançados o Carimbo comemorativo e o Selo personalizado em homenagem aos 100 anos de fundação da Liga da Defesa Nacional.



Obliteração das peças filatélicas realizada pelo Prof. Júlio Cezar Benites Teixeira, presidente da LDN/RS (à esquerda) e pelo General de Exército Edson Leal Pujol, Comandante Militar do Sul (à direita) acompanhados do Sr. Roberto dos Santos Freitas, gerente da Região de Porto Alegre dos Correios. A arte do selo é de autoria do designer Renato Guterres Midon.

Porto Alegre/RS, 05 de setembro de 2016.

Diretoria Regional dos Correios do Rio Grande do Sul cumprimenta a Liga de Defesa Nacional do Rio Grande do Sul pelos 100 Anos de existência, sempre trabalhando para cultivar os valores cívicos.

O Carimbo Comemorativo é uma marca filatélica que se destina a difundir e homenagear cidades, pessoas ou instituições, que de alguma forma, destacaram-se no cenário social, econômico ou cultural, perpetuando, associados ao motivo enfocado, a data e o local do em que os eventos são comemorados.

Após o período de utilização na Agência Filatélica de Porto Alegre, onde, por solicitação de colecionadores, será apostado em peças filatélicas que farão parte de mostras regionais, nacionais e internacionais. Posteriormente, irá para a Agência de Vendas a Distância, no Rio de Janeiro/RJ, para ficar à disposição de colecionadores do Rio Grande do Sul, do Brasil e de outros países, tendo como destino final o Museu Postal e Telegráfico dos Correios, sediado em Brasília.

Parabéns e muitas felicidades!



ROBERTO DOS SANTOS FREITAS
Gerente Região de Vendas Porto Alegre



Inauguração do Monumento Arte Positiva

Em 20 de novembro de 2016, o Templo Positivista de Porto Alegre inaugurou o Monumento “Arte Positiva”, criado e construído pelo renomado artista plástico argentino Hector Sanzol.



O Monumento “Arte Positiva” é uma homenagem da Igreja Positivista ao Centenário da Liga da Defesa Nacional, valorosa instituição parceira que desenvolve importantes ações em prol do civismo e da Brasilidade. Seu propósito é também servir como pira para o Fogo Simbólico da Pátria nas atividades cívicas que ocorrem anualmente no mês de setembro.



O Prof. Júlio César Benites Teixeira, presidente da LDN/RS e Sr. Érlon Jacques, Diretor da Igreja Positivista, fizeram ao meio dia deste dia festivo o descerramento da placa inaugural do Monumento que abriga, inclusive, cápsula do tempo contendo documentos e objetos que serão rememorados somente em 2066, no sesquicentenário da Liga da Defesa Nacional.

Religião da Humanidade

A Igreja Positivista do Rio Grande do Sul convida para inauguração do monumento "Arte Positiva" concebido pelo artista plástico argentino Hector Henrique Sanzot em homenagem ao primeiro centenário da Liga da Defesa Nacional.

Nesta data será guardada também a "Cápsula do Tempo" onde serão depositadas lembranças destas seculares Instituições, que testemunham seus valores e suas conquistas, e deverá ser aberta e rememorada somente no dia 07 de Setembro de 2066, ano do sesquicentenário de fundação da LDN.

Porto Alegre, 20 de Novembro de 2016.

12 horas

Igreja Positivista do Rio Grande do Sul.

Apóstolo Erlon Jacques de Oliveira

LDN - Diretoria do Rio Grande do Sul

Presidente Julio Cezar Benites Teixeira

Discurso do
Presidente da LDN/RS



e inventário da
Cápsula do Tempo



A Última Ordem do Cel Apparício

Edição Digital Rememorativa dos 90 Anos do Combate de Buri

Por ocasião dos 90 anos do Combate de Buri (26 de Julho de 1932) e do Bicentenário da Independência do Brasil, ambos em 2022, a Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul (LDN/RS), a Fundação Walter Peracchi de Barcellos (FUNPERACCHI), a Brigada Militar e o Portal Paulistas de Itapetininga trouxeram a lume nova edição de ***A Última Ordem do Coronel Apparício***, de autoria de Harry W. Rotermond (in memoriam), na íntegra para *download* gratuito via leitura de QR Code por dispositivo móvel (vide QR code e capa do livro a seguir).



.PDF

Uma placa de acrílico contendo o QR Code acima impresso foi afixada no Monumento ao Coronel Apparício e ao 1º Sargento Timóteo, existente no Departamento de Ensino da Brigada Militar, em Porto Alegre.

Em 26 de Agosto de 2022, realizou-se a solenidade rememorativa dos 90 anos do Combate de Buri, quando então esta placa foi descerrada pelo Sr. Coronel Cláudio dos Santos Feoli, Comandante-Geral da Brigada Militar, acompanhado dos senhores Cel Fernando Gralha Nunes, Comandante do Comando de Policiamento da Capital, Ten Cel Eduardo Cunha Michel, Comandante do 1º BPM e Coronel Marco Elias Danguí Pinheiro, Presidente da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul.



QR Code à esquerda:
Video da Solenidade
90 Anos do Combate de Buri
26 de Julho de 2022



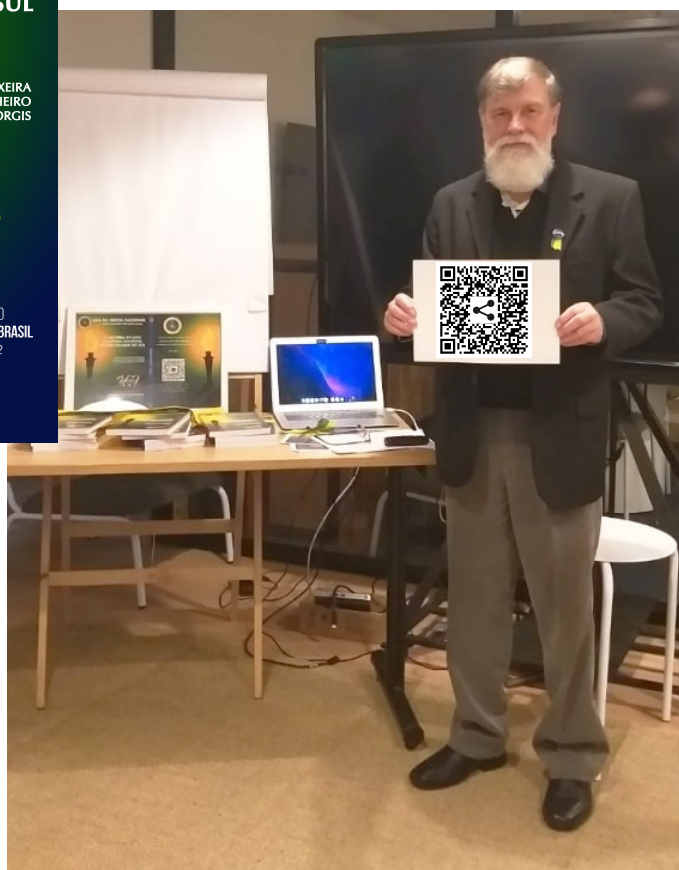
Momento do descerramento da placa QR Code pelo Comandante Geral da Brigada Militar, o Sr. Coronel Cláudio dos Santos Feoli

Solenidade de Lançamento

Edição Digital Comemorativa do Bicentenário da Independência do Brasil

Por ocasião do Bicentenário da Independência do Brasil, realizou-se em 2 de setembro de 2022, na WeWork, em Porto Alegre, a solenidade de lançamento do livro **A História do Liga da Defesa Nacional no Rio Grande do Sul** na sua edição digital comemorativa do Bicentenário da Independência do Brasil (Regional, 2022: ISBN 978-85-65703-58-1) de autoria de Júlio Cezar Benites Teixeira, Marco Elias Danguin Pinheiro e Luiz Ernani Caminha Giorgis. A solenidade foi igualmente de abertura das atividades realizadas pela LDN/RS com a celebração anual da Semana da Pátria.





Abertura da Solenidade
e agradecimentos



Homenagem aos Pracinhas da Força Expedicionária Brasileira do Rio Grande do Sul



João da Silva AUGUSTINHO



José NEGRI



Heróis sempre lembrados!



8 de Maio
1945



18 de Julho
2025



Que este preito de agradecimento e reconhecimento da Liga da Defesa Nacional no Estado do Rio Grande do Sul possa contribuir para a preservação, valorização e difusão da memória e dos feitos dos Pracinhas do Rio Grande do Sul da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) na Campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, da qual retornaram ao Brasil, há 80 anos, trazendo consigo conjunto imarcescível de vitórias na luta pela Liberdade e pela Democracia.

Vitórias da F.E.B.

Massarozza	16/09/1944
Camaiole	18/09/1944
Monte Prato	26/09/1944
Fornacci	06/10/1944
Galicano	07/10/1944
Barga	11/10/1944
San Quirico	30/10/1944
Monte Cavaloro	16/11/1944
Monte Castello	21/02/1945
Sta Maria Villiano	04/03/1945
Castelnuovo	05/03/1945
Montese	14/04/1945
Paravento	19/04/1945
Monte Maiolo	20/04/1945
Zocca	21/04/1945
Formigine	23/04/1945
Collechio	27/04/1945
Castelvetto	28/04/1945
Fornovo	28/04/1945



Por mais terras que eu percorra
Não permita, Deus, que eu morra
Sem que volte para lá
Sem que leve por divisa
Esse V que simboliza
A vitória que virá.

Nossa vitória final
Que é a mira do meu fuzil
A ração do meu boral
A água do meu cantil
As asas do meu ideal
A glória do meu Brasil

Honra e Glória ao Ex-Combatente do Rio Grande do Sul



1945 Aos 80 anos da Vitória da FEB na Campanha da Itália **2025**

Bibliografia

AMARO, Jr., J. As aventuras do Fogo Simbólico e de seu idealizador entre nós, o jornalista Túlio de Rose. In: Revista do Globo, Porto Alegre, nº 369, 19/08/1944, p. 40-41.

BENTO, Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. 8ª Brigada de Infantaria Motorizada – Brigada Manoel Marques de Souza. Porto Alegre: Pallotti, 2001.

CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959, 7 vol.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. História do Exército Brasileiro. Brasília: EME/IBGE, 1972.

FANTI, Daniel. Tempos bons, tempos ruins – A história da LDN na guerra e na paz em Uruguaiana/RS. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 2010.

FONSECA, N. A maior corrida do Brasil. In: Revista do Globo, Porto Alegre, nº 803, 1961, p. 66-73.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. O Brasil na I Guerra Mundial. Gramado: Klassika, 2014.

HOBBSBAWM, E. Tradições inventadas. Brasília: Ministério da Educação, Direção Geral dos Desportos, Tipografia Minerva do Comércio, 1988.

MARTINS, Jefferson Teles. A Visita de Olavo Bilac ao Rio Grande do Sul e a Implantação do Programa Nacionalista entre os intelectuais Gaúchos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. N. 152. 2017

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. A Liga da Defesa Nacional – Um projeto de Modernização para o Brasil. Marília, SP: Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2012.

LDN. Corridas do Fogo Simbólico. Disponível em www.ligadadefesanacional.org.br/index.htm

SAFADY, Jorge S. Liga da Defesa Nacional – Fogo Simbólico da Pátria. São Paulo: Editora Comercial Safady Ltda., 1960.





CAMPANHA FEB



DIA DA VITÓRIA



FORNOVO DI TARO



MONTESE



MONTE CASTELLO



EMBARQUE



FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

8



ANOS

HERÓIS SEMPRE
LEMBRADOS

Em sua segunda parte, relata os primórdios da LDN no Rio Grande do Sul, inclusive a presença de Olavo Bilac na Capital dos Gaúchos. A Sessão Solene e o discurso do poeta no Colégio Militar. Transcreve os estatutos atuais e encargos cívicos da Liga do Rio Grande.

A Corrida do Fogo Simbólico da Pátria, criada a partir da ideia de um grupo de patriotas e que vem sendo realizada anualmente desde o ano de 1938, que é uma das principais atividades da LDN/RS e que busca levar a todos os rincões do Estado a Chama da Pátria, dando ocasião a que a criança e o jovem venham a amar o Brasil.

Refere outras atividades anuais da Liga: a Semana da Pátria, que envolve uma série de eventos e visa comemorar a sua data magna - o Dia da Independência, e o desfile da Mocidade em Porto Alegre, permitindo às crianças e aos jovens externarem suas ideias sobre temas relativos ao civismo e exibi-las aos cidadãos porto-alegrenses.

Na última parte, o leitor verificará como são criados os núcleos da Liga no interior do Rio Grande. Quais são os núcleos ora existentes e sua distribuição no mapa gaúcho, e, ainda, como se dá a relação entre eles e a Direção Regional. Quais são as fontes de recursos que dão sustentação a todos estes entes.

Por fim, em resumo, esta obra conta o que é a Liga e o que vem fazendo ao longo destes cem anos.



Bríg Eng Ref
Paulo Roberto de Carvalho Ferro

**“O único meio de criar homens livres é
educá-los, outro modo ainda não se
inventou, e com certeza não se inventará”**

Olavo Bilac



Liga da Defesa Nacional/RS
Avenida João Pessoa, 567 – 90040-001 – Porto
Alegre – RS – BRASIL
Fone: (51) 3225-2400 – Celular: (51) 9262-7298
E-mail: ligadadefesars@gmail.com
Site: www.ligadadefesanacional.org

